



Eletrobras
Distribuição Amazonas

Relatório de Administração
Exercício 2016

Ministério de
Minas e Energia



Sumário

1	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
2	RESUMO EXECUTIVO	8
3	PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE	12
4	REGULAÇÃO	14
4.1	AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO	14
4.2	REAJUSTE TARIFÁRIO	15
4.3	PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE	16
4.4	OUVIDORIA	16
4.4.1	<i>Manifestações Recebidas</i>	16
4.4.2	<i>Destaques</i>	17
4.5	CONSELHO DE CONSUMIDORES	17
5	EXPANSÃO	20
5.1	INVESTIMENTOS BRUTOS REALIZADOS	20
5.2	PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS EXECUTADOS	20
5.3	PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO	21
5.4	PROGRAMA LUZ PARA TODOS - PLPT	21
5.5	PLANO DE EXPANSÃO – 2017/2019	23
6	COMERCIALIZAÇÃO	25
6.1	ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES	25
6.1.1	<i>Atendimento Telefônico e Virtual</i>	25
6.1.2	<i>Atendimento Presencial</i>	25
6.2	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	25
6.3	INCORPORAÇÃO DE NOVOS CONSUMIDORES EM 2016	28
6.4	FATURAMENTO BRUTO DE ENERGIA	28
6.5	INADIMPLÊNCIA	29
6.6	CONTRATOS DE COMPRA DE ENERGIA	31
6.6.1	<i>Contratos Bilaterais</i>	31
6.6.2	<i>Contratos com Locação de Grupos Geradores de Energia no Interior</i>	31
6.6.3	<i>Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada- ACR</i>	32
6.7	PERDAS DE ENERGIA ELÉTRICA	32
6.7.1	<i>Resultados Alcançados</i>	32
6.7.2	<i>Projetos de Regularização</i>	34
7	DESEMPENHO OPERACIONAL	36
7.1	QUALIDADE DO FORNECIMENTO GLOBAL	36
7.2	QUALIDADE DO FORNECIMENTO EM MANAUS	38
7.3	QUALIDADE DO FORNECIMENTO NO INTERIOR DO ESTADO	40
8	DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	42
8.1	LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	42
8.1.1	<i>Receita Operacional</i>	42
8.2	DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	43
8.3	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	43
8.4	INDICADORES EMPRESARIAIS	45
8.5	RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	46
9	PESSOAS	48
9.1	COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	48
9.2	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM E ESTÁGIO	48

9.3	EDUCAÇÃO CORPORATIVA.....	48
9.3.1	<i>Ações Educacionais Internas</i>	48
9.3.2	<i>Ações LUME</i>	49
9.3.3	<i>Ações Educacionais Corporativas</i>	49
9.3.4	<i>Ações Educacionais Específicas</i>	49
9.4	PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO – PCR E SISTEMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO – SGD	49
9.5	BENEFÍCIOS E BEM-ESTAR SOCIAL.....	50
9.6	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)	51
10	SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE	53
10.1	AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	53
10.1.1	<i>Programa de Equidade de Gênero e Raça</i>	53
10.1.2	<i>Projeto de Coleta Seletiva</i>	54
10.1.3	<i>Projeto Consumo Consciente</i>	54
10.1.4	<i>Ações voltadas para a comunidade</i>	54
10.2	AÇÕES DE MEIO AMBIENTE	57
10.2.1	<i>Licenciamentos Ambientais</i>	57
10.2.2	<i>Auditoria, Recuperação e Preservação Ambiental</i>	57
10.2.3	<i>Programas e Projetos Ambientais</i>	57
11	GESTÃO	61
11.1	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E DIRECIONAMENTOS	61
11.1.1	<i>Visão, Missão e Valores</i>	61
11.2	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	61
11.2.1	<i>Assembleia Geral</i>	61
11.2.2	<i>Conselho de Administração</i>	62
11.2.3	<i>Conselho Fiscal</i>	62
11.2.4	<i>Diretoria Executiva</i>	62
11.3	AUDITORIA.....	63
11.3.1	<i>Auditoria Interna</i>	63
11.3.2	<i>Atividades de Controle Interno</i>	63
11.3.3	<i>Acompanhamento das Ações Pelos Órgãos de Controle Externo</i>	64
11.4	LEI SARBANES-OXLEY – SOX	64
11.5	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	65
11.5.1	<i>Segurança da Informação</i>	65
11.5.2	<i>Melhoria de Desempenho</i>	65
11.5.3	<i>Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações</i>	66
11.6	ESCRITÓRIO DE PROJETOS	66
11.7	COMUNICAÇÃO.....	67
12	PRÊMIOS CONQUISTADOS.....	70
12.1	PRÊMIO WEPS BRASIL.....	70
12.2	PRÊMIO NACIONAL DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL CHICO MENDES.....	70
13	BALANÇO SOCIAL.....	72

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Amazonas Distribuidora de Energia S.A ("Companhia", "Amazonas Energia" ou "AmE") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos interessados.

A Amazonas Energia foi conectada, em caráter experimental, ao Sistema Interligado Nacional - ("SIN") em 09/07/2013. No entanto somente em 05/05/2015, por meio do Despacho nº 1.365, a ANEEL atestou a conclusão das obras de interligação elencadas no art. 2º da Resolução Normativa nº 586, de 19/11/2013, e, portanto declarou a plena interligação comercial do Sistema Manaus ao SIN, nos termos da Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 258 de 02/08/2013, a partir do dia 01/05/2015.

Considerando a interligação do Sistema Manaus, a AmE foi alcançada pelas restrições previstas no parágrafo 5º do Artigo 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 ("Lei nº 9.074"), segundo a qual as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica não podem desenvolver atividades de geração ou transmissão de energia elétrica.

Por essa razão, os administradores da Companhia deliberaram por implementar o processo de desverticalização, que consistiu na segregação de ativos e passivos de geração e transmissão da capital das atividades de distribuição de energia, a partir da contribuição de acervo líquido para uma nova empresa que, ao final, será controlada pela Eletrobras Holding. A primeira etapa da desverticalização foi finalizada e desde o dia 01/07/2015, a Amazonas Geração e Transmissão S.A ("Amazonas GT") iniciou a fase operacional a partir da eficácia dos contratos de compra de energia com as usinas à gás UTE Aparecida e UTE Mauá, além da UHE Balbina. Cumpre informar que a última etapa do processo de desverticalização, que se trata da transferência do controle acionário majoritário da AmGT para a Eletrobras Holding, está em conclusão. Portanto, até a finalização desta última etapa, a AmGT continuará, caráter provisório, como subsidiária integral da AmE.

Em 28 de dezembro de 2015 a Eletrobras Holding submeteu à apreciação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) um plano para viabilizar as empresas distribuidoras até o final de 2016, porém em função da publicação de Despacho do MME, emitido no mesmo dia da referida AGE, foi concedido novo prazo máximo, de duzentos e dez dias, para a empresa assinar o referido Aditivo de Prorrogação do Contrato de Concessão. Portanto, não houve a deliberação do aumento de capital e da autorização para a assinatura da prorrogação do contrato de concessão da AmE.

Em 22 de julho de 2016 a 165ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Eletrobras Holding deliberou, dentre outros assuntos, pela reprovação da assinatura do Termo Aditivo de Prorrogação da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica da AmE e aprovou a mudança de controle (processo de desestatização) das Distribuidoras da Eletrobras, inclusive da AmE. Até a conclusão do processo de desestatização dessas Distribuidoras, previsto para até dezembro de 2017, elas deixaram de ser Concessionárias e passarão a ser responsáveis pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

Em 26 de julho de 2016, o Ministério de Minas e Energia - MME, mediante Portaria MME nº 388/2016, definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público por órgão ou Entidade da Administração Pública Federal.

Em 03 de agosto de 2016, com a edição da Portaria MME nº 420/2016 o Ministério de Minas e Energia - MME designou a AmE como responsável pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Amazonas, com vistas a garantir a continuidade do serviço até 31/12/2017 ou até a assunção de novo concessionário, o que ocorrer primeiro.

Em 13 de setembro de 2016 a Diretoria da ANEEL, decidiu instaurar Audiência Pública nº 063/2016, com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da regulamentação da Portaria MME nº 388/2016, que trata dos termos e condições para a



Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

Em 1º de novembro de 2016 foi emitido pelo Governo Federal o Decreto nº 8.893/16, definindo como prioridade nacional, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, a desestatização das Distribuidoras da Eletrobras, entre elas a AmE, e designou o BNDES como responsável pelo processo de desestatização. Este processo está em pleno andamento.

Em 11 de novembro de 2016, por meio da carta CTA-PR nº 463/2016-Eletrobras, foi encaminhado o Termo de Compromisso assinado, em 09/11/2016, pelos dirigentes máximos das Distribuidoras Designadas e dos Sócios Controladores por meio do qual se comprometem, dentre outros, a encaminhar à ANEEL Plano de Prestação Temporária do Serviço de Distribuição que detalhe as ações a serem tomadas pela administração com objetivo de respeitar os limites e condições definidos pela ANEEL durante o período de designação pelo Poder Concedente.

Em 14 de novembro de 2016 a Eletrobras Holding divulgou ao mercado, como Fato Relevante, o Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2017 a 2021 ("PDNG 2017-2021"), aprovado pelo Conselho de Administração, em 09/11/2016, ocasião em que apresenta a desestatização das empresas de Distribuição como uma iniciativa associada ao alcance da Disciplina Financeira (2ª Estratégia), necessária para contribuir ao atingimento da redução do indicador dívida líquida/ebitda.

Em 29 de novembro de 2016, após a análise das contribuições advindas da Audiência Pública 063/2016, a ANEEL emitiu a: (i) Resolução Normativa nº 748/2016 estabelecendo os termos e condições para a Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por Distribuidora Designada, nos termos do art. 9º da Lei n. 12.783, de 11/01/2013 e da Portaria nº 388, de 26 de julho de 2016-MME; e (ii) Resolução Homologatória nº 2.184/2016 que, baseada na Nota Técnica nº 415/2016-SCT-SRD-SRM-SRG-SFF-SFE-ASD/ANEEL de 26/11/2016, definiu os limites regulatórios de Perdas, Custos Operacionais (PMSO), e Qualidade do Serviço (DECi e FECi) a serem atingidos ao final do ano de 2017 pela AmE, bem como da Adimplência Setorial e Qualidade da informação prestada. A ANEEL estabeleceu prestação de contas mensal e relatório trimestral de acompanhamento da prestação temporária do serviço.

Merece destaque o fato de que, em razão de decisão do Juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, exarada em 14/09/2015, no Processo nº 12773-90.2015.4.01.3200, de autoria do Ministério Público Federal e outros, em face da Amazonas Distribuidora de Energia S/A e ANEEL, foi determinada a suspensão dos efeitos do Despacho n.1.365 da ANEEL, de 05/05/2015, que impôs a cobrança dos valores apontados no Sistema de Bandeiras Tarifárias para todo o Estado do Amazonas; e, conseqüentemente, a suspensão da cobrança retroativa a maio/2015, imposta aos consumidores do Amazonas, impedindo-se, desde aquela data, que esta empresa efetue qualquer cobrança de parcelas retroativas até ulterior decisão, determinando, também, a aplicação de multa por descumprimento, no valor de R\$ 2.000.000,00, por cada ato violador, a ser arcada, solidariamente, pelas rés e por seus respectivos Presidentes.

Visando desconstituir tal decisão, foram interpostos Agravos de Instrumento pela Amazonas Distribuidora de Energia S/A (processo nº 0059539-04.2015.4.01.0000), em 23/10/2015, e ANEEL (processo nº 005946-64.2015.4.01.0000), em 09/10/2015, distribuídos à Sexta Turma do TRF1, tendo como Relator o Desembargador Federal, Kássio Nunes Marques, os quais aguardam julgamento. Assim, está suspensa a cobrança dos valores apontados no Sistema de Bandeiras Tarifárias para todo o Estado do Amazonas, até o julgamento dos Agravos de Instrumentos desta empresa e da ANEEL.

Salientamos também, que a Amazonas Energia ao ser interligada ao SIN, possibilitou aos clientes regulados comprarem energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Em Junho de 2016 tivemos o primeiro cliente migrado para o mercado livre, totalizando 52 consumidores do grupo A em dezembro de 2016, equivalendo a uma receita de aproximadamente R\$ 110 milhões que deixou de ser faturada no período de junho a dezembro de 2016.

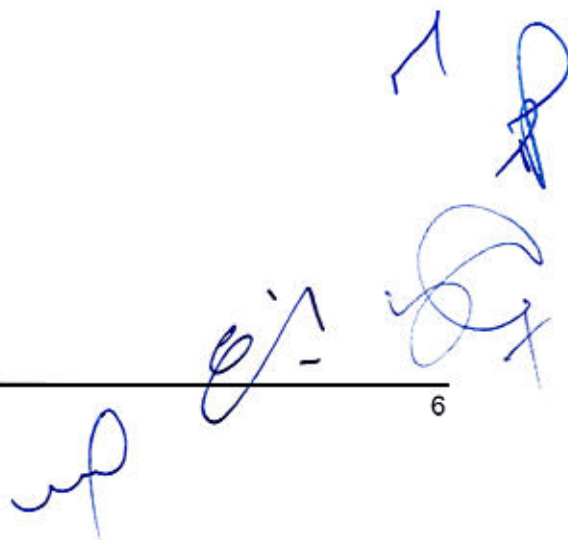


5

Registramos que importantes melhorias operacionais implantadas ao longo de 2016 propiciaram uma evolução positiva nos indicadores DECI e FECl, principalmente na Capital, onde o DECI teve uma queda de 5,8% em relação ao verificado no ano anterior e o FECl teve um resultado praticamente igual ao consolidado em 2015. É importante ressaltar que os resultados obtidos em 2015 (DEC Global de 46,55 horas e FEC Global de 29,01 interrupções) levaram a empresa a alcançar a 4ª posição no Ranking ANEEL de Qualidade das Distribuidoras no Brasil, resultados que foram divulgados pela ANEEL em 2016. O consumo faturado foi de 5.784 GWh, equivalente a um decréscimo de 9,5% sobre o ano de 2015, com destaque para a queda de 18,7% do consumo da classe industrial em Manaus, como consequência do período de baixo crescimento da economia no ano de 2016.

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores e às comunidades de nossa área de atuação, pela confiança depositada na Companhia em 2016, em especial, aos nossos colaboradores pela dedicação no desempenho de suas atividades e aos Senhores Conselheiros de Administração e Fiscal, cujo apoio e dedicação permitiram à Amazonas Energia cumprir com sucesso sua missão de atender com qualidade e confiabilidade o mercado de energia elétrica do Estado do Amazonas.

A Administração.



2. RESUMO EXECUTIVO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten number 7]

2 RESUMO EXECUTIVO

A finalidade deste tópico é de apresentar um resumo dos principais assuntos abordados no presente relatório, cujos detalhes poderão ser conhecidos durante sua leitura integral.

No ano de 2016, os investimentos brutos realizados foram da ordem de R\$ 334 milhões, cerca de 7% maior ao realizado em 2015. Desse total, R\$ 23 milhões (7%) foram aplicados no Sistema de Geração Distribuída, R\$ 206 milhões (61%) no Sistema de Distribuição, R\$ 86 milhões (26%) no Programa Luz para Todos (PLpT) e R\$ 19 milhões (6%) nos Programas de Qualidade Ambiental e de Infraestrutura e Apoio.

De forma a garantir a qualidade e o aumento da capacidade do seu Sistema de Distribuição, a Empresa aplicou recursos voltados para a redução das perdas técnicas e comerciais na capital e no interior do Estado, realizando obras de ampliação, expansão e modernização em linhas e subestações, com destaque para a extensão de 13,81 km de alimentadores em subestações existentes de 69 kV, o recondutoramento de 20 km de alimentadores – subestações de 69 kV existentes, a extensão de redes de distribuição (MT e BT) e para a regularização de 1.624 unidades consumidoras clandestinas em Manaus.

Com um investimento da ordem de R\$ 86 milhões, o Programa Luz para Todos – PLpT, ligou 6.634 unidades consumidoras em 2016. Desde o início da execução do Programa, foram construídos 20.285,21 km de rede de distribuição rural em média e baixa tensão, sendo ligados 113.438 domicílios rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 567.190 pessoas em todo o Estado do Amazonas. O acesso ao uso da energia elétrica proporcionou a essas comunidades rurais maior conforto doméstico, disponibilização de serviços essenciais antes inexistentes e a possibilidade de maior incremento na criação de emprego e renda. É válido ressaltar que no âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, já foram lançados 103,71 km de cabos subaquáticos para interligação de 500 comunidades, em 24 municípios do Amazonas.

Dos recursos aplicados no Programa de Infraestrutura e Apoio se sobressaem os voltados para a ampliação e manutenção dos ativos de informática e para a reforma e ampliação das unidades descentralizadas, tais como: postos de atendimento, construção das novas agências de Humaitá, Itacoatiara e Tabatinga, modernização completa da SE/Flores, construção do Pátio de Transformadores em Flores, construção do Anexo para abrigo do lixo reciclável – coleta seletiva, implantação do Arquivo Central no Japim, todas essas ações objetivaram propiciar aos colaboradores um ambiente de trabalho mais confortável e seguro.

No combate às perdas de energia elétrica, em 2016, foram realizadas 218.435 inspeções técnicas em unidades consumidoras, com a taxa de efetividade de 21%, e a continuidade dos projetos “Projeto Digitalização de UC em BT - Projeto Energia +” e “Projeto Substituição de Medidores Obsoletos - Projeto Energia +” (realizada a substituição de 46.662 medidores obsoletos até dezembro de 2016);

Como resultante das diversas ações de melhoria realizadas no Sistema de Distribuição da capital e do interior do Estado do Amazonas em 2016, a Empresa apresentou um DEC Global de 47,79 horas e um FEC Global de 29,92 interrupções, resultados 2,7% e 3,1% maior, respectivamente, que o consolidado em 2015. Apesar dessa pequena piora, é importante ressaltar que os resultados desses indicadores obtidos em 2016 ficaram abaixo dos demais resultados apresentados pelos anos anteriores a 2015. É também necessário salientar que os resultados obtidos em 2015 (DEC de 46,55 horas e FEC de 29,01 interrupções) levaram a empresa a alcançar a 4ª posição no Ranking ANEEL de Qualidade das Distribuidoras no Brasil, resultados que foram divulgados pela ANEEL em 2016.

A Companhia, por meio de contratos com diversas empresas, compra energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), além de locar grupos geradores operantes no interior, garantiu a energia de 10.577 GWh requerida pelo mercado da capital e interior do Estado em 2016, inferior em 1,3% da ocorrida em 2015. A demanda máxima do sistema foi de 1.784 MW, valor 1,4% abaixo da realizada no ano anterior.

É importante destacar que em Manaus, o aumento de 151,1% da energia importada do SIN, resultou numa diminuição de 36,2% da energia gerada a gás e de 41,1% da energia gerada por usinas termelétricas a óleo, proporcionando uma significativa economia de recursos financeiros, com redução dos impactos ambientais.

No interior do Estado do Amazonas a Empresa é responsável pela operação e manutenção do sistema térmico isolado para atendimento das sedes de 57 municípios e de 38 localidades. O Sistema Térmico Isolado é composto por 75 grupos geradores próprios que correspondem a uma potência de 64,78 MW e 573 grupos geradores alugados que correspondem a uma potência de 434,92 MW, totalizando 499,7 MW de potência nominal instalada. A Amazonas Energia também possui um parque fotovoltaico constituído de 12 mini usinas para atender algumas comunidades remotas do interior do Estado.

A Empresa forneceu energia elétrica para 945.231 unidades consumidoras ativas, que consumiram 5.784 GWh em 2016 (9,5% menor que em 2015) gerando um faturamento bruto de R\$ 2,8 bilhões (34% maior que em 2015). Além desses recursos oriundos da comercialização da energia, a Empresa recebeu um subsídio no montante de R\$ 197 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e a receita de R\$ 315 milhões da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. É importante registrar que a Eletrobras Distribuição Amazonas ao ser interligada ao SIN, possibilitou aos clientes regulados comprarem energia no Ambiente de Contratação Livre- ACL, resultando numa migração para o mercado livre de 52 consumidores do grupo A de junho a dezembro de 2016, equivalendo a uma receita de aproximadamente R\$ 110 milhões que deixou de ser faturada nesse período.

A inadimplência ativa total, entendida como o estoque acumulado de créditos junto aos consumidores, alcançou em dezembro de 2016, o saldo de R\$ 433,3 milhões contra R\$ 289,7 milhões em dezembro de 2015, representando um aumento de 50%. Importante frisar que esse aumento expressivo no valor da inadimplência ativa em 2016, se deve em grande parte ao montante de R\$ 154,2 milhões referente ao saldo das principais dívidas (débitos vencidos de valores de grande monta, em média mais de 5 (cinco) anos inadimplente, com ações judiciais e liminar impedindo ações de cobrança), que juntas representaram 35,6% do total.

Os Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, direcionados para a busca de inovações que façam frente aos desafios tecnológicos e de atendimento de seu mercado próprio, e os de Eficiência Energética - PEE, com ações de combate ao desperdício de energia elétrica, de melhoria da eficiência energética de equipamentos e de adoção de mudança de hábitos no uso da energia elétrica tiveram desenvolvimento satisfatório. Atuando desde o ano 2000, a Empresa possui uma carteira de 45 projetos de P&D, dos quais 43 concluídos e 2 em andamento, com desembolso total de R\$ 43,7 milhões até 31/12/2016. No tocante aos Projetos de PEE a Empresa possui uma carteira de 28 projetos, com um valor total investido até 31/12/2016 de R\$ 53,4 milhões.

De forma autônoma ou por meio de parcerias estratégicas a Empresa vem desenvolvendo diversos programas socioambientais em observância a Política Ambiental e a Política de Sustentabilidade da Eletrobras, visando à melhoria da qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental no Estado do Amazonas. Buscando sempre atuar em sintonia com os órgãos de licenciamento ambiental e urbanístico, são realizadas ações permanentes de treinamento, inspeções e auditorias ambientais, prevenção de acidentes, gestão de resíduos, redução das emissões de gases de efeito estufa, conservação de espécies ameaçadas de extinção, de reabilitação e soltura de espécies da fauna, de reflorestamento de áreas degradadas, de monitoramento da qualidade da água e de educação ambiental, que consolidam uma posição de vanguarda no trato das questões ambientais no setor elétrico brasileiro e mundial.

Em relação às ações de sustentabilidade, a Companhia desenvolve projetos e ações que proporcionam geração de renda, promoção de cidadania, preservação ambiental e educação sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica nas comunidades adjacentes a seus empreendimentos. Reafirma seu compromisso com a igualdade e direito de oportunidades entre

homens e mulheres no ambiente empresarial, além de ser signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - resultado da parceria da ONU Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas.

A empresa encerrou o ano de 2016, com 1.723 colaboradores em seu quadro próprio, 0,7% menor que o quadro de 2015. Foram investidos R\$ 1,4 milhões com a realização de 682 ações educacionais, desembolsados R\$ 34,6 milhões para custear a assistência hospitalar, médica e odontológica e gastos R\$ 31,9 milhões com os principais benefícios oferecidos pela Empresa, onde se destaca o Auxílio-Alimentação, com um custo de R\$ 25,6 milhões.



3. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE

3 PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE

A economia do Amazonas está diretamente ligada ao Polo Industrial de Manaus – PIM, propulsor do desenvolvimento regional. Entretanto, as dificuldades econômicas existentes em 2015, cotinuarão na economia brasileira em 2016, que impactou a geração de emprego no parque industrial, fechando em dezembro com aproximadamente 78.440 postos de trabalho, entre mão de obra efetiva, temporária e terceirizada. A média mensal de 2016 ficou estabelecida em 79.095 mil empregos. Em 2015 o PIM alcançou em média 98.000 mil empregos.

Em 2016 o faturamento global do PIM alcançou aproximadamente R\$ 72 bilhões, contra os R\$ 79,2 bilhões do ano anterior. Em dólar, os US\$ 23 bilhões alcançados, em 2016, representaram uma queda de 9,09% na comparação com o ano de 2015 (US\$ 25,30 bilhões). É válido ressaltar que ocorreu uma desvalorização de 5,72% da moeda americana em relação ao real, comparando-se o valor médio do ano de 2016 (R\$ 3,13) com o do ano de 2015 (R\$ 3,32).

A crise econômica brasileira tem causado retração nas atividades econômicas em geral, inclusive no nível de emprego, de tal forma que o Produto Interno Bruto do país teve crescimento negativo de 3,6% em 2016. A capital concentra aproximadamente 80% do Produto Interno Bruto – PIB do Amazonas, que em 2016 estima-se que tenha sido de R\$ 96,4 bilhões (equivalente a aproximadamente 1,5% do PIB nacional) superior 6,67% ao PIB de 2015. Importante salientar que estamos trabalhando com dados estimados, visto que o PIB de 2016 ainda não foi fechado. Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, o terceiro trimestre de 2016 teve um crescimento de 1,44% em relação ao segundo trimestre corrente. A quase totalidade da produção fabril do PIM é direcionada ao mercado nacional (95%), cuja demanda regional depende do mercado de trabalho, mercado de crédito e das transferências institucionais, com as variações nas transações comerciais repercutindo no ritmo da economia local. A condução da política econômica do Governo tem causado retração do consumo, principalmente pelo aumento do desemprego, oneração fiscal e tarifária e dificuldade no repasse de recursos federais aos estados e municípios.

Entretanto, permanecem presentes as expectativas positivas sobre o que poderá ocorrer nas atividades socioeconômicas do Estado do Amazonas nos anos vindouros, pois já existem vários empreendimentos à espera de oportunidade para que sejam efetivamente realizados, inclusive com grande potencialidade de sucesso: i) a expectativa que o Polo Industrial de Manaus receba investimentos de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, com implantação prevista para os anos vindouros; ii) a possibilidade da retomada da construção da BR-319 (Manaus-Porto Velho), cujo funcionamento minimizará os custos no fluxo de mercadorias para o resto do país, especialmente para o escoamento da manufatura do PIM; iii) a consolidação da matriz energética do gás natural nas termoeletricas da região e nas linhas de produção das indústrias do PIM, com os ganhos de produtividade absorvendo os custos tarifários e de adequação dos equipamentos; e iv) os investimentos estaduais nos sete municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), em infraestrutura necessária ao desenvolvimento e incentivo na produção regional, levando em conta a vocação natural e a potencialidade econômica das localidades.

A projeção dos requisitos de energia e demanda para o período 2017/2026, se baseou nas perspectivas de expansão moderada da economia amazonense descritas acima, apresentando um crescimento médio anual de 5% para a energia requerida e de 6,5% para a demanda, que exigirá investimentos constantes da Amazonas Energia, de forma a ofertar ao mercado uma prestação de serviço com qualidade e confiabilidade.

Requisitos	Energia (GW) Demanda (MW)										Crescimento Médio Anual (%)
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Energia	10.696	11.119	11.509	12.118	12.602	13.096	13.598	14.277	14.990	15.739	5
Demanda	1.602	1.668	1.741	1.795	1.860	1.919	1.979	2.108	2.245	2.391	6,5

4. REGULAÇÃO



4 REGULAÇÃO

4.1 Ambiente Regulatório da Concessão

A Amazonas Energia e a União tinham celebrado entre si o contrato de concessão nº 20/2001, tendo sido assinados quatro termos aditivos, sendo no último, inclusos dispositivos que garantiam a incorporação de valores relativos aos itens financeiros, na indenização, quando da extinção da concessão.

Após a conversão da Medida Provisória nº 579, publicada em 11 de setembro de 2012, na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi facultado à União prorrogar as concessões vincendas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, pelo prazo máximo de trinta anos. Em 30 de novembro de 2015, foi publicado o Despacho MME s/n que deferiu, nos termos do art. 11 da Lei nº 12.783/2013, o requerimento para prorrogação do prazo da concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão nº 20/2001 – ANEEL.

No dia 22 de julho de 2016, durante a 165ª Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Eletrobras decidiram não aprovar a prorrogação das concessões das seis Empresas de Distribuição do grupo Eletrobras – Ceal, Cepisa, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia e Amazonas Energia.

No dia 26 de julho de 2016, expirou o prazo estabelecido para que a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. assinasse o novo Contrato de Concessão, a fim de formalizar suas intenções de manter-se como Agente Prestador do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica em sua área de concessão. Em 28 de julho de 2016, por meio da Portaria nº 388/2016, o Ministério de Minas e Energia – MME definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Esta referida Portaria define que a remuneração adequada, necessária para assegurar a continuidade e a prestação adequada do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, deve considerar a geração operacional de caixa, deduzida dos investimentos em reposição e os juros da dívida líquida. Nesse sentido, caso as receitas tarifárias sejam insuficientes para assegurar tal condição, o responsável, poderá receber recursos, inclusive oriundos de empréstimos da Reserva Global de Reversão - RGR, em conformidade com o art. 9º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 12.783, de 2013.

Em 03 de agosto de 2016, a Portaria MME nº 420/2016, designou, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.783/2013, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., como Responsável pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, com vistas a garantir a continuidade do serviço, até a assunção de novo concessionário ou até 31 de dezembro de 2017.

Neste cenário, foi instruída a Audiência Pública nº 063/2016, tendo como objetivo regulamentar as condições para a Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelas Distribuidoras Designadas.

No entanto, em razão da necessidade de aplicação imediata de alguns dispositivos, e para não comprometer a continuidade da prestação dos serviços, foi publicado o Despacho ANEEL nº 2.447/2016, que resolveu, cautelarmente, até a publicação do ato resultante da AP nº 63/2016, determinar, dentre outros comandos:

- (i) encaminhamento do Plano de Prestação Temporária do Serviço de Distribuição, conforme orientações da ANEEL; e
- (ii) assinatura do Termo de Compromisso, como condição de precedente para a liberação dos recursos de CCC, CDE e RGR, do empréstimo com recursos da RGR e da aplicação de reajustes e revisões tarifárias.

Como resultado da Audiência Pública nº 063/2016, foram publicadas a Resolução Normativa nº 748/2016 e a Resolução Homologatória nº 2.184/2016, ambas de 29 de novembro de 2016, sendo a última retificada pela Resolução Homologatória nº 2.199/2017, de 17 de janeiro de 2017.

A Resolução Homologatória nº 2.184/2016 definiu os limites regulatórios de perdas a serem utilizados nos processos tarifários até o ano de 2025; os limites de Perdas, Custos Operacionais, DECI e FECI a serem atingidos ao final do ano de 2017; bem como o valor da Remuneração Adequada de Referência a ser utilizada nos empréstimos da RGR.

4.2 Reajuste Tarifário

Em de 21 de junho de 2016, a publicação da Lei 13.299, promoveu alterações na Lei nº 12.111/2009 relativamente ao custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, com reflexos diretos na parcela A, especificamente na compra de energia, a qual representa maior participação relativa na composição dos custos da tarifa. A modificação consiste em dois principais componentes do cálculo do custo de compra de energia, quais sejam: preço médio do Ambiente de Contratação Regulada - ACR e reconhecimento de perdas de energia.

A alteração, promovida no Art. 4º da Lei 12.111/09, determina o reconhecimento dos custos com a compra de energia, para fins tarifários, necessários para atender a diferença entre a carga real e o mercado regulatório. Dessa forma, no processo tarifário de 2016, a carga real de perdas utilizada, considerou as perdas técnicas e não técnicas efetivamente realizadas em 2015.

Importa ressaltar que a Portaria MME nº 388/2016 destaca no parágrafo 4º, do artigo 9º, que no reposicionamento tarifário do ano de designação do prestador de serviço, serão aplicadas as regras de Reajuste Tarifário previstos nos Contratos de Concessão não prorrogados.

Em 1º de novembro de 2016, a Resolução Homologatória nº 2.167 suspendeu o processamento do reajuste tarifário anual de 2016, prorrogou a vigência das tarifas de aplicação constantes da Resolução Homologatória nº 1.980, de 27 de outubro de 2015, haja vista a não assinatura do Termo de Compromisso associado à prestação de serviço temporária, o que implicou na observância do inadimplemento no recolhimento de suas obrigações intrassetoriais identificado no período.

No dia 11 de novembro de 2016, a empresa protocolou o Termo de Compromisso referente ao Plano de Prestação Temporária do Serviço de Distribuição.

Em 29 de novembro de 2016, foi publicada Resolução Homologatória nº 2.182, que ratificou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2016, que conduziu, a partir desta data, a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 20,01%, sendo de 17,78%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 21,57%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Grupo de Consumo	Varição Tarifária (%)
Alta Tensão >2,3 kV	17,78
BT – Baixa tensão < 2,3 kV	21,57
Efeito médio geral	20,01

O efeito médio de 20,01% decorreu:

- (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculado conforme Índice de Reajuste Tarifário – IRT estabelecido no contrato de concessão;
- (ii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2015, que vigoraram até a data do reajuste em processamento; e
- (iii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes.

A atualização dos custos da Parcela A e da B contribuiu para o efeito médio em 10,05% ao se adotarem como base de comparação os custos da Parcela A e da B atualmente contidos nas tarifas, sendo 9,32% referente à variação de custos de Parcela A e 0,72% à variação de custos da Parcela B.

Em relação à atualização dos componentes financeiros apurados no atual reajuste, para compensação nos 12 meses subsequentes, esses contribuíram no efeito tarifário em 2,48%. Já o efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo anterior, representou uma redução de 7,49% no atual reajuste.

4.3 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Projetos de Eficiência Energética – PEE

Em consonância com as diretrizes da Agência Reguladora, os Projetos de P&D desenvolvidos pela Amazonas Energia estão direcionados para a busca de inovações que façam frente aos desafios tecnológicos e de atendimento ao seu mercado próprio. Já os de Eficiência Energética - PEE estão voltados para ações de combate ao desperdício de energia elétrica, de melhoria da eficiência energética de equipamentos e de adoção de mudança de hábitos no uso da energia elétrica. O quadro a seguir mostra a situação em 31/12/2016 dos investimentos nos Programas relativos ao P&D e PEE:

Projetos	Limite Regulatório	Recursos – R\$ mil		
		Saldo Contábil a Aplicar em Novos Projetos	Saldo de Projetos em Andamento	Valores a aplicar em Novos Projetos em 2017
PEE	62.132	42.000	75	65.000
P&D	25.313	16.000	1.547	13.000

A Amazonas Energia contrata a execução de Projetos de P&D desde o ano 2000, e já possui uma carteira de 45 projetos, dos quais 43 já foram concluídos (R\$ 38,6 milhões) e 2 estão em andamento (R\$ 5,0 milhões), com desembolso total de R\$ 43,7 milhões até 31/12/2016.

Do total de projetos em andamento, um é voltado para a tipologia de Medição, Faturamento e combate a Perdas Comerciais ("Recuperação de Mercado - Energia Segura com Inibidores de Furtos") e o outro para a Pesquisa Aplicada dentro da Cadeia de Inovação ("Desenvolvimento experimental de traje para trabalhos envolvendo alta tensão baseado em tecnologias vestíveis - *wearable technologies*").

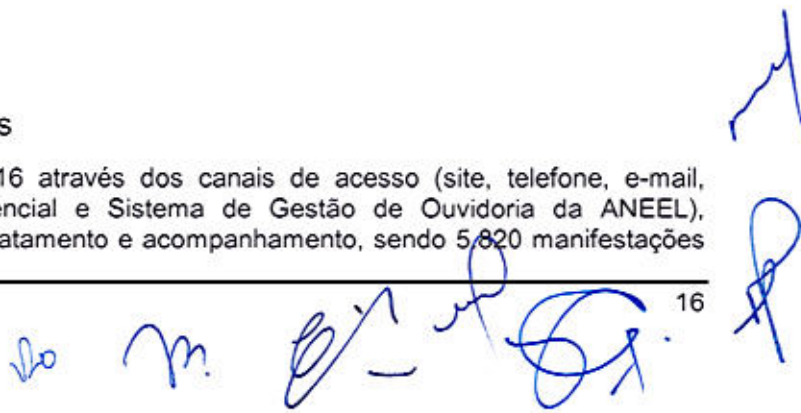
A Amazonas Energia contrata a execução de Projetos de PEE desde o ano 2000, e já possui uma carteira de 28 projetos (18 na capital e 10 no interior do Estado do Amazonas). O valor total gasto com projetos de PEE, até 31/12/2016, foi de R\$ 53,4 milhões.

Em cumprimento as normas estabelecidas pela ANEEL, cerca de 99% dos recursos aplicados pela empresa nos projetos de PEE em 2016 foram direcionados para os de tipologia Baixa Renda (BR) e 1% apenas para projetos de tipologia Poder Público (PP). Vale a pena ressaltar, que para o desenvolvimento de todos os projetos de PEE está prevista a destinação final e manufatura reversa dos materiais substituídos, em consonância com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS.

4.4 Ouvidoria

4.4.1 Manifestações Recebidas

As manifestações recebidas em 2016 através dos canais de acesso (site, telefone, e-mail, correspondência, atendimento presencial e Sistema de Gestão de Ouvidoria da ANEEL), resultaram em 6.155 registros para tratamento e acompanhamento, sendo 5.820 manifestações



efetuadas diretamente na Ouvidoria da Concessionária (entre externas e internas) e 333 encaminhadas pela ANEEL, representando um acréscimo de 4,59% quando comparado ao exercício de 2015, que totalizou 5.885 registros.

Canal de Acesso	2015	2016	Varição 16/15 (%)
Amazonas Energia	4.711	5.820	23,54
ANEEL	1.174	333	- 71,64
Ouvidorias Demandas Internas	0	2	-
Total	5.885	6.155	4,59

4.4.2 Destaques

i) foram ajustados os procedimentos ao “**Caminho do Entendimento**” implantado pela ANEEL, reduzindo o quantitativo de registros na ANEEL em 71,64%, solucionando um maior número de reclamações na própria Distribuidora; ii) a Ouvidoria realizou reuniões com a direção e as áreas demandadas, visando solucionar as manifestações pendentes; iii) foram recebidos novos equipamentos de informática proporcionando maior agilidade no atendimento aos clientes e no serviço realizado pelos colaboradores iv) a Ouvidoria ajustou os processos de controle, mantendo a estrutura física e quantitativo de colaboradores adequados ao cumprimento da Resolução Normativa n.º 470/2011, da ANEEL; v) Importantes participações nos eventos “Encontro Nacional dos Secretários Executivos dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica”, “Reuniões do Fórum Nacional dos Ouvidores do Setor Elétrico” e “XV Encontro Nacional dos Ouvidores do Setor Elétrico”; vi) apoio às ações do Conselho de Consumidores com participação nos Encontros Regionais e Nacionais e nas reuniões dirigidas aos secretários e presidentes, promovidas pela ANEEL; vii) contínuo monitoramento das demandas registradas no Sistema de Informação ao Cidadão-SIC, controlado pela Controladoria Geral da União - CGU, em atendimento à Lei n.º 12.527/2011 e viii) execução de ações voltadas para a consecução das metas e indicadores, estabelecidos no planejamento estratégico empresarial e no Plano de Resultado apresentado à ANEEL em 2016.

4.5 Conselho de Consumidores

O Conselho de Consumidores da Amazonas Energia é uma entidade de caráter consultivo, não remunerado e sem personalidade jurídica, composto por cinco membros titulares e cinco suplentes indicados por entidades representativas das classes de consumidores (residencial, comercial, rural, industrial e poder público). Vale destacar que seu principal objetivo é representar os interesses dos consumidores junto à Distribuidora e aos segmentos destas classes.

O Conselho, constituído e organizado em conformidade com a Resolução Normativa n.º 451/2011, durante o ano de 2016 participou dos seguintes eventos: “Encontros Regionais dos Conselhos nas regiões Norte e Nordeste”; “Encontro Nacional de Conselho de Consumidores de Energia” realizado em Campo Grande – MS; “3ª Reunião com Presidentes e Secretários Executivos dos Conselhos de Consumidores de Energia”, promovido pela ANEEL; “4º Encontro Nacional por Classes de Conselho de Consumidores” promovido pela ANEEL; Reunião Presencial da Audiência Pública, também promovido pela Aneel. Em 2016 ocorreu a revisão da REN 451/2011, bem como do Regimento Interno, adequando às novas regulamentações.

Foi promovida a 3ª Audiência Pública do Conselho de Consumidores, no qual foram abordados os temas: Programa Luz para Todos, Projeto Energia + e Sistema Elétrico de Distribuição, definidos em reunião ordinária conforme orientação da SMA/ANEEL, além de eleger os membros do conselho de consumidores indicados pelas entidades representativas, para o mandato de 2017/2020. Foram realizadas visitas técnicas em dois postos de atendimento, a fim de verificar as condições de atendimento ao público. Apoiou juntamente com a empresa Eletrobras Distribuição Amazonas o evento promovido pela classe residencial (ADCEA), o Projeto de Intervenção Socioeducativo, cujo objetivo era despertar a consciência e persuadir os líderes

e formadores de opinião a adotarem mudanças de hábitos, além de dar visibilidade à existência do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do nosso Estado.

João N. [Signature]

5. EXPANSÃO

João M. [Signature] *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*

5 EXPANSÃO

5.1 Investimentos Brutos Realizados

Desde 2009, um ano depois da Eletrobras ter centralizado a gestão de suas empresas de distribuição, até 2015, a Amazonas Energia realizou investimentos que totalizaram R\$ 3,8 bilhões. Em 2016 a empresa investiu o montante de R\$ 334 milhões, valor 7% maior que o realizado no ano anterior, sendo 61% desse total destinado ao Programa de Distribuição.

Em 01 de julho de 2015 o processo de desverticalização foi concluído, ficando as atividades de Geração e Transmissão da capital sob a responsabilidade de uma nova empresa denominada Amazonas GT, desta forma os valores investidos, decorrentes das atividades de geração e transmissão, estão contemplados até junho de 2015. Os investimentos realizados no período de 2009 a 2016 estão apresentados na tabela a seguir:

Investimentos Brutos Realizados 2009/2015 – R\$ milhões (1)										
Programas	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação (%) 16/15	% de Participação 2016
Geração	56	137	100	280	548	52	54	23	-57	7
Transmissão	74	37	98	54	82	41	4	0	0	0
Distribuição	74	102	133	274	296	176	154	206	34	61
Luz Para Todos	92	165	139	114	99	126	81	86	6	26
Qualidade Ambiental	-	-	-	-	-	4	1	2	100	1
Infraestrutura de Apoio	15	49	34	29	20	14	17	17	0	5
Total	311	490	504	751	1.045	413	312	334	7	100

(1) inclui todos os tributos.

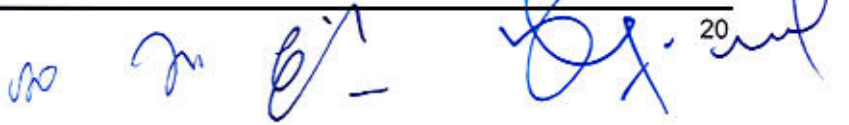
Visando garantir a continuidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica no Estado do Amazonas, a Empresa investiu R\$ 23 milhões no Programa de Geração em 2016, cujos recursos foram direcionados para a manutenção e ampliação da capacidade do Parque de Geração Térmica no interior do Estado. Já no Programa de Distribuição a Amazonas Energia investiu o montante de R\$ 206 milhões, valor 34% maior ao investido em 2015.

Em 2016 a Empresa investiu R\$ 2 milhões na preservação e conservação ambiental em empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas. Já na manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento e na manutenção e adequação de bens móveis e imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, foi investido um montante de R\$ 17 milhões. Para a ampliação de rede rural de distribuição de energia elétrica no Amazonas (Programa Luz Para Todos), foi realizado em 2016 um investimento no montante de R\$ 86 milhões.

5.2 Principais Empreendimentos Executados

Os recursos investidos foram direcionados de forma a garantir a qualidade e o aumento da capacidade de seu sistema de distribuição, bem como a execução de ações voltadas para a redução dos indicadores DEC, FEC, TMAE e do índice de perdas na capital e no interior do Estado. Neste sentido, foram executadas obras e serviços para a ampliação, modernização, adequação e manutenção de subestações e redes de distribuição, onde se destacam:

- i. Elaboração de 09 projetos básicos para implantação das Subestações 138kV Centro, Distrito Três, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Itapiranga, Silves, Amazonas, Iranduba Dois, Manacapuru;
- ii. Elaboração de 03 projetos básicos para ampliação das Subestações 138kV Mauá Três, Compensa e Cachoeira Grande;
- iii. Elaboração de 02 projetos básicos para ampliação das Subestações 69kV Cachoeirinha e Marapatá;



- iv. Elaboração de 01 projeto básico para implantação da LT 69kV Marapatá / Consumidores Especiais;
- v. Elaboração de 08 projetos básicos para implantação das LT's 138kV Jorge Teixeira / Distrito Três, Compensa/Iranduba Dois, Lechuga / Amazonas, Silves (MTE) / Itacoatiara, Silves Dois - AME/ Itapiranga, Silves MTE / Silves Dois – AME, Lechuga / Rio Preto da Eva e do seccionamento da LT 138kV Cachoeira Grande / Compensa;
- vi. Elaboração de 02 projetos básicos para Contratação de Serviços de Redes de Distribuição na Capital e Interior, e Serviços de Apoio a Fiscalização e Gerenciamento de Obras de Redes de Distribuição;
- vii. Extensão de 13,81 km de alimentadores em Subestações Existentes de 69 kV;
- viii. Recondutoramento de 20 km de alimentadores – Subestações de 69 kV Existentes;
- ix. Extensão de redes de distribuição (MT e BT) – 6,87 km em Manaus, sendo 3,99 km para regularizar consumidores clandestinos, e 2,87 Km para interligação de subestações de clientes em 13,8kV;
- x. Regularização de Consumidores Clandestinos – 1.624 UCs em Manaus;
- xi. Adequação de circuitos secundários de distribuição – 96Km de rede de distribuição de MT e BT.

Além das ações citadas acima, ressaltamos a importância da aquisição de 03 (três) terrenos para a construção de Subestações de 138/13.8 kV nos municípios de Silves, Itapiranga e Itacoatiara.

5.3 Projetos de Regularização

i) "Projeto de Digitalização e Qualidade de Energia - Projeto Energia +": O projeto tem como objetivo melhorar o desempenho econômico-financeiro do negócio de distribuição, alcançando os níveis regulatórios. Contempla a instalação de 333 religadores automáticos trifásicos, 25 bancos reguladores trifásicos de tensão e 130 bancos de capacitores nas redes de distribuição da Amazonas Energia. A etapa de instalação iniciou em 2014, onde foram instalados 61 religadores, 12 banco de reguladores e 101 bancos de capacitores, resultando num total de 174 equipamentos. Em 2015, foram instalados mais 262 equipamentos, sendo 228 religadores, 07 banco de reguladores e 27 bancos de capacitores, totalizando um percentual de realização física final de 89%. Em 2016, com recursos próprios da Amazonas Energia, foram instalados 14 equipamentos, sendo 09 religadores e 05 bancos de reguladores, resultando em um percentual de realização física final de 92%.

ii) "Projeto de Regularização de unidades consumidoras clandestinas ou ligados à rede de forma irregular, em áreas com PNT>50% – Projeto Energia +": O projeto tem como objetivo a execução de reforma, adequação e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica, em média e baixa tensão, com a instalação de ramal de ligação e padrão do consumidor, para regularização de 40.488 consumidores clandestinos ou ligados a rede de forma irregular, situados em áreas do perímetro urbano da cidade de Manaus, que apresentem perdas não técnicas maiores que 50%. As obras foram iniciadas em meados de agosto de 2015, sendo executados até o momento, em reforma de rede de distribuição, 84,87km de média tensão e 167,44km de baixa tensão e ampliado 10,45km de média tensão e 5,19km de baixa tensão. Quanto à regularização dos consumidores clandestinos ou ligados de forma irregular, foram regularizadas 9.934 unidades consumidoras, com percentual de realização física de 24,54%. A energia agregada pelo projeto, até dezembro de 2016 foi de 2,68 GWh. Foi prorrogada a data do término da execução das obras para dezembro de 2017.

5.4 Programa Luz Para Todos - PLpT

O Programa Nacional da Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica – PLpT, foi instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto n.º 4.873 de 11 de novembro de 2003. Sua execução foi prorrogada até 31/12/2018, por meio de Decreto Lei n.º 83.387, de 30 de dezembro de 2014, de forma a propiciar o atendimento dos brasileiros da zona rural que ainda não tinham

acesso aos serviços de energia elétrica. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação da Eletrobras e das Empresas Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica.

Devido às peculiaridades da área de concessão da Amazonas Energia, principalmente as associadas à sua geografia econômica, dimensões territoriais continentais, logística de transportes e dificuldades de acesso, a execução do programa está requerendo um grande esforço de todos os setores da Companhia, envolvidos na execução do Programa, no sentido de que as dificuldades específicas dessa região sejam gradativamente superadas e as metas propostas sejam alcançadas.

Diversas ações são necessárias antes da execução das obras, dentre as quais se destacam: o levantamento técnico georeferenciado das localidades a serem atendidas, a fim de que seja definida a forma de atendimento mais adequada (rede de distribuição, geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativas) e a execução de estudos dos impactos ambientais das obras para a obtenção de licença de implantação dos projetos junto aos órgãos competentes. Ao final da execução das obras, são elaborados os cadastros de todas as unidades atendidas e os *as-built* de todas as construções, que são inseridos nos sistemas corporativos, destacando-se ainda as ações de fiscalização e o acompanhamento das obras.

Dentre as novas tecnologias necessárias para vencer as adversidades da Amazônia, a utilização dos cabos subaquáticos para realização de travessias de rios e lagos de grandes extensões ou de intensa navegação, tem se mostrado uma ótima alternativa em substituição a construção de novas usinas térmicas ou à instalação de torres. Seu uso tem possibilitado o atendimento de comunidades consideradas remotas (isoladas das isoladas) e, ao mesmo tempo, garantido a segurança da navegação e da população ribeirinha. Cabe ressaltar que este tipo de obra requer autorização da Marinha do Brasil, responsável pelo policiamento da costa brasileira e das águas interiores. Por essa razão, os projetos das travessias são elaborados em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) e, com as normas da Marinha do Brasil (NORMAN), sendo submetidos à aprovação da mesma, antes das execuções das obras. No âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, já foram lançados 103,71 km de cabos subaquáticos para interligação de aproximadamente 500 comunidades, em 24 municípios.

No âmbito do PLpT da Amazonas Energia, foi projetada e executada a construção de 12 (doze) Mini usinas Fotovoltaicas com Mini redes associadas, e com um sistema inédito no Brasil, à época, de venda da energia para as unidades, utilizando o modelo de pré-pagamento. Foram atendidas 212 unidades consumidoras, distribuídas nas seguintes comunidades: Aracari, Sobrado e Bom Jesus do Puduari (município de Novo Airão); Terra Nova (município de Barcelos); Nossa Senhora do Carmo (município de Beruri); São Sebastião do Rio Preto (município de Autazes); Mourão e Santo Antônio (município de Eirunepé) e Santa Maria, São José, Santa Luzia e Nossa Senhora de Nazaré (município de Maués).

Encontra-se em análise na Eletrobras o Programa de Obras da 1ª Tranche dos Sistemas Remotos, visando o atendimento através de energia solar fotovoltaica de 2.484 novas ligações situadas nas regiões remotas do Estado do Amazonas. O investimento previsto é de R\$ 78,5 milhões, sendo distribuídas em 42 Microssistemas Isolados de Geração e Distribuição de Energia Elétrica (MIGDI) e 1.209 Sistemas Individuais de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente (SIGFI).

Cabe destacar que, no ano de 2016 a Amazonas Energia, através do Programa Luz para Todos, construiu 1.353 km de rede elétrica, atendendo 6.634 domicílios em 184 comunidades. Foram beneficiadas 96 escolas, 10 postos de saúde, 20 poços artesianos, 11 centros sociais, 08 projetos de assentamentos e 06 comunidades indígenas.

O quadro a seguir demonstra o resumo físico das obras realizadas pelo Programa desde o início de sua execução (2004 – 2016).

Quantidade de Obras	Domicílios		Extensão da Rede (km)			Postes	Nº de Transformadores	Potência Instalada (kVA)
	Em 2016	Até 2016	MT	BT	Total			
3.249	6.634	113.438	19.412,81	872,40	20.285,21	232.105	52.475	280.000

5.5 Plano de Expansão – 2017/2019

No quadro a seguir, estão relacionadas às principais obras previstas para expansão do Sistema de Distribuição, que além de garantir a melhoria na confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia, promoverão também o reforço necessário ao sistema existente.

Expansão do Sistema de Distribuição – 2017

Adequar a SE Mauá Três – substituição de 3 TRs 138/69 kV – 150 MVA (Correção da defasagem angular); Ampliar a SE Marapatá 69/13,8 kV – 1 Entrada de Linha para atender consumidores especiais; Ampliar a SE Marapatá 69/13,8 – 3º TR 69/13,8 kV – 40 MVA – Saídas de 7 alimentadores; Ampliar a SE Mauá Três – 4º ATR 138/69 kV – 150 MVA; Adequar a SE Mauá Três – Seccionamento de linhas de 69 kV; Ampliar a SE Compensa 1348/13,8 kV – 3º TR 138/13,8 kV – 40 MVA – Saídas de 7 alimentadores;

Expansão do Sistema de Distribuição – 2018

Ampliar SE Cachoeira Grande – 4º TR 138/13,8 kV – 40 MVA – Saídas de 7 alimentadores; Ampliar/Modernizar a SE Cachoeirinha – 4º TR 69/13,8 kV – 26,6 MVA – Saídas de 5 alimentadores; Implantar a LD 69 kV Marapatá/Consumidores Especiais – CS – 1x477 MCM; Adquirir SE Móvel 138/69/13,8 kV; Implantar a SE Centro-TRs 1º, 2º, 3º e 4º 138/13,8 kV – 40 MVA – Saídas de 24 alimentadores; Implantar o seccionamento da LT 138 kV Cachoeira / Compensa – CS – 2x795 MCM – 1 km; Implantar SE Distrito Três – TRs 1º, 2º e 3º 138/13,8 kV – 40 MVA – 5 saídas de alimentadores; Implantar a LT 138 kV Jorge Teixeira / Distrito Três - C1 e C2 – 2x795 MCM – 4,1 km; Ampliar a SE V8 (Substituir 02 TRs 69/13,8 kV por 2 TRs 26,6 MVA) – 5 saídas de alimentadores;

Expansão do Sistema de Distribuição – 2019

Ampliar a SE V8 (Substituir 02 TRs 69/13,8 kV – 13,3 MVA por 2 TRs 69/13,8 kV – 26,6 MVA) – 5 saídas de alimentadores; Implantar a SE Amazonas – TRs 138/69 kV 1º e 2º – 60 MVA e TRs 138/13,8 kV 1º, 2º e 3º – 40 MVA – 15 saídas de alimentadores; Implantar LT 69 kV Amazonas / Santo Antônio – CS – 1x1272 MCM – 16 km; Implantar LT 138 kV Lechuga / Amazonas – C1 e C2 – 2x954 MCM – 05 km e seccionar LT 69 Manauara / Cidade Nova na SE Amazonas; Recondutorar LT 69 kV (447 MCM por 954 MCM) – 30 km; Implantar a SE Ariáú – 1º TR 69/13,8 kV – 13,3 MVA – 2 saídas de alimentadores; Implantar a SE Cacau Pirera – 1º TR 69/13,8 kV – 13,3 MVA – 2 saídas de alimentadores; Implantar SE Parque Dez – TRs 138/13,8 kV 1º, 2º e 3º – 40 MVA – 15 saídas de alimentadores; Implantar LT 138 kV Cachoeira Grande / Parque Dez – CD – 2x795 MCM – 4,5 km; Implantar SE Distrito Quatro – TRs 138/13,8 kV 1º, 2º e 3º – 40 MVA – 15 saídas de alimentadores; Implantar a LT 138 kV Mauá Três / Distrito Quatro – CD – 2x795 MCM – 3 km; Implantar SE Santa Etelvina – TRS 138/13,8 kV 1º, 2º e 3º – 40 MVA – 15 saídas de alimentadores; Implantar LT 138 kV Amazonas / Santa Etelvina – CD – 2x795 MCM – 7,9 km; Recondutorar LT 69 kV (447 MCM por 954 MCM) – 30 km

As interligações dos municípios de Itacoatiara, Silves, Itapiranga, Rio Preto da Eva, Manacapuru e Iranduba ao Sistema Interligado Nacional – SIN, previstos para o ano de 2019, foram retiradas do plano de obra da distribuidora uma vez que essas interligações ficaram condicionadas ao Decreto Nº 8.695, de 21 de março de 2016, que permitiu que empresas de transmissão assumam a implantação de redes com tensão que, até agora, era de responsabilidade das Distribuidoras. Na prática, as novas linhas com nível de tensão igual a 138 kV e respectivas subestações, localizadas na Amazônia Legal, poderão ser, a partir de 15 de abril de 2016, ofertadas nos leilões de transmissão.

Além das obras de expansão de linhas de distribuição e subestações, serão também realizados serviços anuais de expansão e melhoria no segmento de Média Tensão – MT e Baixa Tensão – BT, com a utilização de cabos isolados e tecnologia em *Spacer Cable*, instalação de equipamentos especiais, tais como: capacitores, reguladores de tensão e relógios de automatizados, visando atender com qualidade e continuidade o fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

6. COMERCIALIZAÇÃO

Handwritten signature in blue ink

6 COMERCIALIZAÇÃO

6.1 Atendimento aos Consumidores

Conforme estabelece a regulamentação da ANEEL, a Amazonas Energia disponibiliza aos seus clientes diversas formas de atendimento, tanto na capital quanto no interior do Estado. Presencialmente a Empresa disponibiliza as agências e os postos de atendimentos ao cidadão, atendimento telefônico (0800) e virtual, por meio da *Internet*.

6.1.1 Atendimento Telefônico e Virtual

Os serviços de atendimento realizados por meio do telefone ou da internet, tem como principal característica a sua disponibilidade ininterrupta, ou seja, podem ser utilizados durante qualquer hora do dia. Essa prática de atendimento tem, ao longo dos últimos anos, proporcionado comodidade, assim como a redução da quantidade dos atendimentos físicos e aumentado à interação entre os consumidores e a Companhia. Em 2016, foram realizados 1.214.229 atendimentos, dos quais, 66,31 % foram provenientes da Central de Atendimento. A Companhia disponibiliza o número 08007013001 destinado ao atendimento de todos os clientes. O consumidor pode também se manifestar via internet (Fale Conosco), por meio do acesso ao sítio da Companhia (www.eletrabrasamazonas.com), que em 2016, foi responsável por 0,31% do total de atendimentos.

6.1.2 Atendimento Presencial

O atendimento presencial é disponibilizado em todos os municípios do Estado. Em Manaus, esse atendimento é feito pelo Posto de Atendimento situado na Rua 10 de Julho, nº 269 – Centro, funcionando de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 16h00min, e vem recebendo sucessivas melhorias na sua capacidade de atendimento e no conforto oferecido aos seus clientes. No ano de 2016 foram realizados 233.752 atendimentos na capital, sendo 85,27% para demanda de serviços e 14,73% para reclamações em geral.

Também em Manaus, o atendimento pode ser realizado nos locais de Pronto Atendimento ao Cidadão - PAC, funcionando de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min as 17h00min, nos endereços a seguir discriminados:

- i) PAC São José - Alameda Cosme Ferreira, nº 8.047 - São José;
- ii) PAC Sumaúma - Av. Noel Nutels, 1762 - Cidade Nova, Sumaúma Park Shopping;
- iii) PAC do Via Norte Shopping, Av. Arquiteto José Henrique Bento Rodrigues, nº 3760 – Monte das Oliveiras;
- iv) PAC do Parque 10 Mall, Rua Lindon Johnson, nº 55 - Parque 10;
- v) PAC Leste, Av. Autaz Mirim, nº 288 - Tancredo Neves;
- vi) PAC Compensa, Av Brasil, nº 1325 - Compensa.

6.2 Fornecimento de Energia Elétrica

A Companhia, por meio de contratos com diversas empresas, compra energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), além de locar grupos geradores operantes no interior, garantiu a energia de 10.577 GWh requerida pelo mercado da capital e interior do Estado em 2016, inferior em 1,3% da ocorrida em 2015. A demanda máxima do sistema foi de 1.784 MW e 1,4% abaixo da realizada no ano anterior.

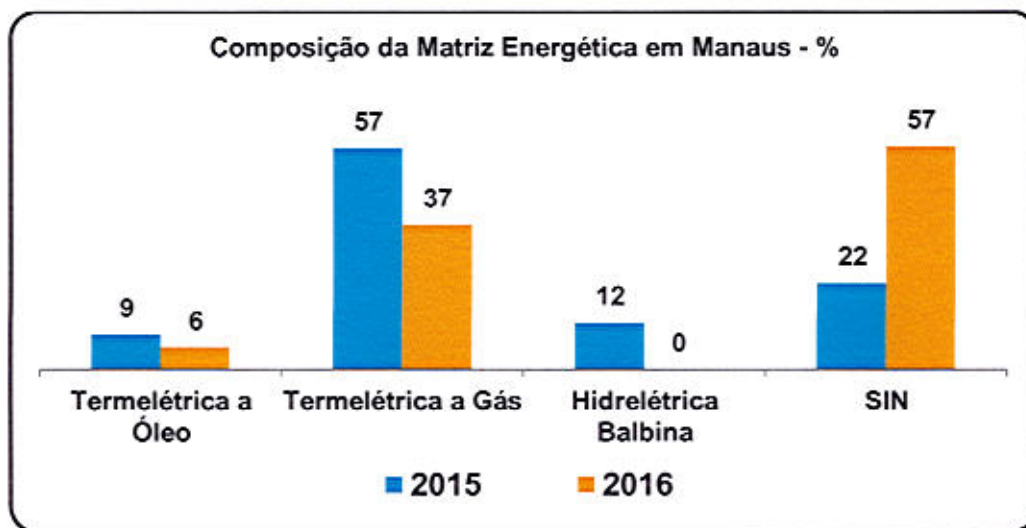
No interior do Estado do Amazonas a empresa é responsável pela operação e manutenção do sistema térmico isolado para atendimento das sedes de 57 municípios e de 38 localidades. O Sistema é composto por 95 usinas termelétricas, constituídas por um total de 648 Grupos Geradores, sendo 627 grupos geradores com motores a combustão interna a partir de óleo diesel (Próprios+Locados), 21 grupos geradores com motores a combustão interna a partir de Gás Natural (Próprios). No total a empresa possui 75 grupos geradores próprios que correspondem a uma potência de 64,78 MW e 573 grupos geradores alugados que correspondem a uma potência de 434,92 MW, totalizando 499,7 MW de potência nominal instalada.

É importante salientar que em Manaus, o aumento de 151,1% da energia importada do SIN, resultou numa diminuição de 36,2% da energia gerada a gás e de 41,1% da energia gerada por usinas termelétricas a óleo, proporcionando uma significativa economia de recursos financeiros, com redução dos impactos ambientais. A tabela e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a energia requerida por fonte de suprimento para atender o mercado de Manaus e a composição da matriz energética da capital do Estado do Amazonas.

Por último vale ressaltar que a energia de Balbina esta sendo diretamente injetada no Sistema Interligado nacional (SIN), portanto sendo contabilizada dentro do SIN.

Energia Requerida em Manaus

Fonte de Suprimento	2016		2015		Variação (%) 16/15
	GWh	% de Participação	GWh	% de Participação	
Termelétrica a Óleo	506	6	859	9	-41,1
Termelétrica a Gás	3.314	37	5.193	57	-36,2
Hidrelétrica Balbina	0	0	1.080	12	-12
SIN	5.060	57	2.015	22	151,1
Total	8.880	100	9.147	100	-2,92



Ao final do ano de 2016 a Empresa fornecia energia para 945.231 consumidores ativos, representando um crescimento de 5,1% em relação ao ano anterior. O consumo faturado foi de 5.784 GWh, equivalente a um decréscimo de 9,5% sobre o ano de 2015.

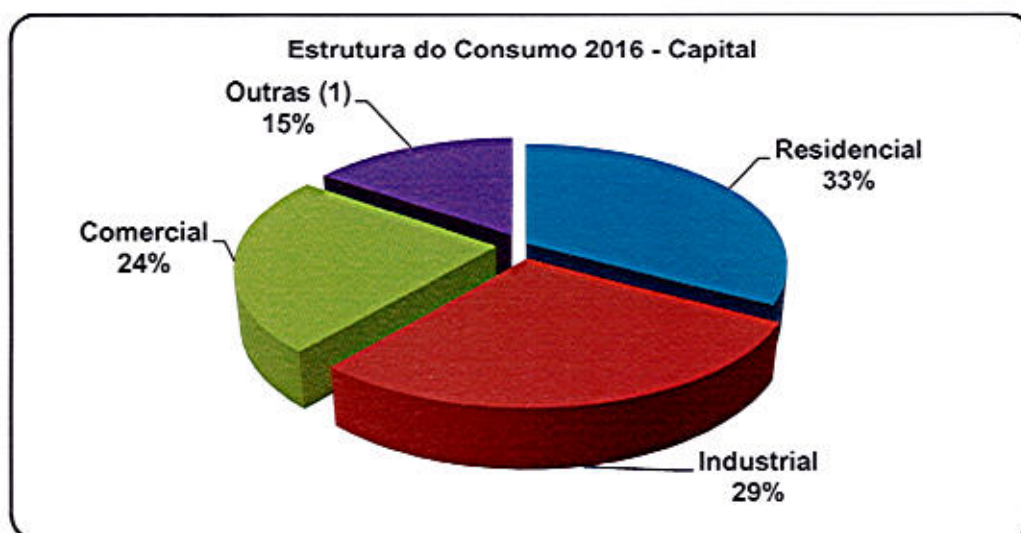
A capital registrou 556.226 consumidores, representando um incremento de 5,6% em relação ao existente em 2015, enquanto que a energia consumida retraiu 11,3%, com destaque para a diminuição registrada no consumo das classes residencial e industrial, que foram respectivamente, de 4,4% e 18,7%. O quadro a seguir apresenta a evolução do nº de consumidores e do consumo de energia elétrica na capital:

(Handwritten signatures and scribbles in blue ink)

Classes de Consumo	Números de consumidores e Consumo de Energia Elétrica - Capital					
	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2016	2015	Variação (%) 16/15	2016	2015	Variação (%) 16/15
Residencial	503.326	474.163	6,1	1.493	1.562	- 4,4
Industrial	1.886	1.901	- 0,8	1.295	1.593	- 18,7
Comercial	47.198	46.245	2,1	1.071	1.181	- 9,3
Outras (1)	3.816	3.722	2,5	686	790	- 13,2
Total	556.226	526.631	5,6	4.545	5.126	-11,3

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]+consumidor livre

O gráfico a seguir apresenta a segmentação do mercado de energia elétrica entre as principais classes de consumo na capital, com destaque para a queda na representatividade da classe industrial em relação a 2015, de 2%, decorrente da desaceleração produtiva das indústrias que compõem o PIM. A participação do consumo residencial aumentou em 3%, e a classe comercial aumentou sua participação em 1%, passando de 23% para 24%. A classe Outras que inclui o consumo das classes Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Consumo Próprio, corresponderam a 15% do consumo total.



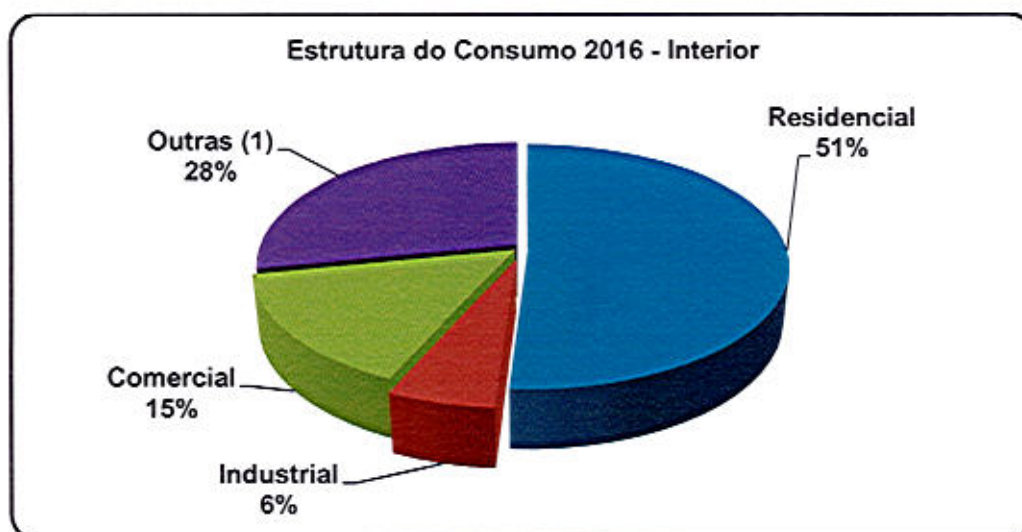
(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]

No interior do Estado, foi registrado o número de 389.005 consumidores ativos, distribuídos por um território de 1.566.419 km², onde grande parte das localidades possui menos de 1.000 consumidores. No ano de 2016, o total consumido de energia elétrica no interior do Amazonas foi de 1.239 GWh, equivalente a uma diminuição de 2,0% sobre o ano de 2015. A estrutura de consumo do interior do Estado é predominantemente residencial, representando 51% do mercado, contra apenas 6% de consumo industrial, 15% de consumo comercial, ficando as demais classes com 28% de participação sobre o total. A tabela e o gráfico a seguir, apresentam, respectivamente, a evolução do nº de consumidores e do consumo no interior e a composição do consumo no ano de 2016.

Classes de Consumo	Números de consumidores e Consumo de Energia Elétrica - Interior					
	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2016	2015	Variação (%) 16/15	2016	2015	Variação (%) 16/15
Residencial	310.250	295.008	5,2	632	628	0,63
Industrial	1.103	1.127	- 2,1	70	77	- 9,1
Comercial	27.691	27.230	1,7	189	197	- 4,1
Outras (1)	49.961	48.969	2,0	348	362	- 3,9
Total	389.005	372.334	4,5	1.239	1.264	- 2,0

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]

(Handwritten signatures and scribbles)



(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]

6.3 Incorporação de Novos Consumidores em 2016

A Empresa realizou no Estado a incorporação de 16.671 novos consumidores no ano de 2016, sendo 15.242 residenciais, 461 comerciais e 992 nas outras classes. Ponto de atenção para a classe industrial que teve redução de 24 consumidores em relação ao ano de 2016, refletindo o encolhimento da produção fabril no ano passado motivada pela crise econômica que afeta o país.

6.4 Faturamento Bruto de Energia

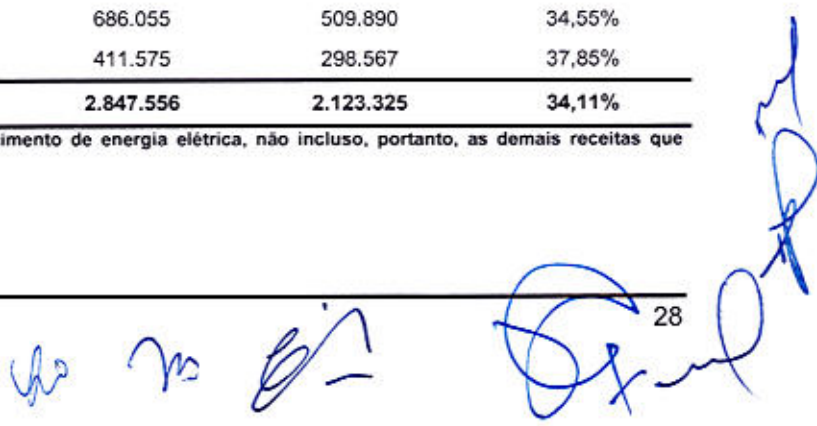
Em 2016 o faturamento bruto totalizou R\$ 2.847,6 milhões, representando um aumento de 34,11% sobre o ano anterior. O quadro e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a comparação entre os anos de 2016 e 2015 da energia faturada por classe e sua composição em 2016. Além dessa receita de comercialização, a Empresa recebeu um subsídio no montante de R\$ 197 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE e uma receita de R\$ 315 milhões proveniente da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE.

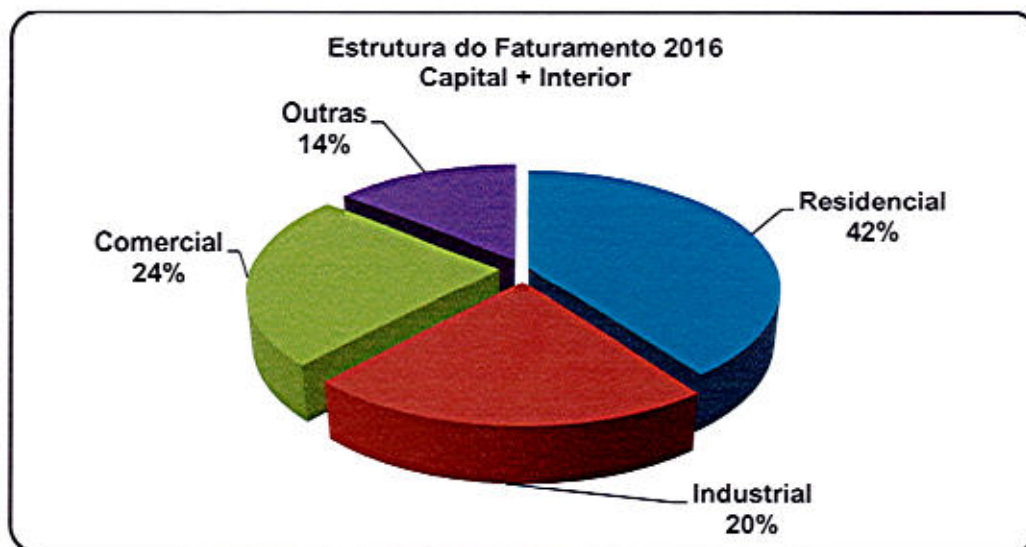
É importante registrar que a Eletrobras Distribuição Amazonas ao ser interligada ao SIN, possibilitou aos clientes regulados comprarem energia no Ambiente de Contratação Livre- ACL, resultando numa migração para o mercado livre de 52 consumidores do grupo A de junho a dezembro de 2016, equivalendo a uma receita de aproximadamente R\$ 110 milhões que deixou de ser faturada nesse período.

Fornecimento de Energia por Classe	2016	2015	Varição 16/15 (%)
Residencial	1.181.037	844.168	39,91%
Industrial	568.888	470.700	20,86%
Comercial	686.055	509.890	34,55%
Outras (2)	411.575	298.567	37,85%
Total	2.847.556	2.123.325	34,11%

(1) Inclui apenas o faturamento derivado do fornecimento de energia elétrica, não incluso, portanto, as demais receitas que compõem a Receita Bruta da Companhia.

(2) Não inclui o consumo próprio [próprio + interno].





6.5 Inadimplência

Para a redução do grau de inadimplência, foram realizadas diversas ações das quais se destacam as elencadas na tabela abaixo:

Discriminação	2016	2015	Varição 16/15 (%)
Cortes Gerados	287.977	166.547	72,9
Executados	94.315	82.944	13,7
% de Execução dos Cortes	33%	50%	- 66
SPC e SERASA – (R\$ mil)	1.781	1.817	- 2,0
Cobrança Jurídica - (R\$ mil)	28.409	23.181	22,5
Cobrança Parcelamento à Vista – (R\$ mil)	96.284	23.180	315,4
Cobrança Parcelamento à Prazo – (R\$ mil)	276.557	71.723	285,6

Em 2016, foram gerados aproximadamente 288 mil cortes, representando um acréscimo de 72,9% em relação a 2015. Foram executados 33% dos cortes gerados em 2016 em comparação com 50% de realização em 2015. Houve uma queda de 2,0% das ações de negativação no SPC e SERASA, que passaram de R\$ 1.817 mil em 2015 para R\$ 1.781 mil em 2016. As cobranças de parcelamento à vista e a prazo cresceram 315,4% e 285,6%, respectivamente, em relação ao realizado no ano de 2015.

A inadimplência ativa total, entendida como o estoque acumulado de créditos junto aos consumidores, alcançou em dezembro de 2016, o saldo de R\$ 433,3 milhões contra R\$ 289,7 milhões em dezembro de 2015, representando um aumento de 50%. Importante frisar que esse aumento expressivo no valor da inadimplência ativa em 2016, se deve em grande parte ao montante de R\$ 154,248 mil referente ao saldo das principais dívidas (débitos vencidos de valores de grande monta, em média mais de 5 (cinco) anos inadimplente, com ações judiciais e liminar impedindo ações de cobrança), que juntas representaram 35,6% do total, conforme mostra o quadro a seguir:

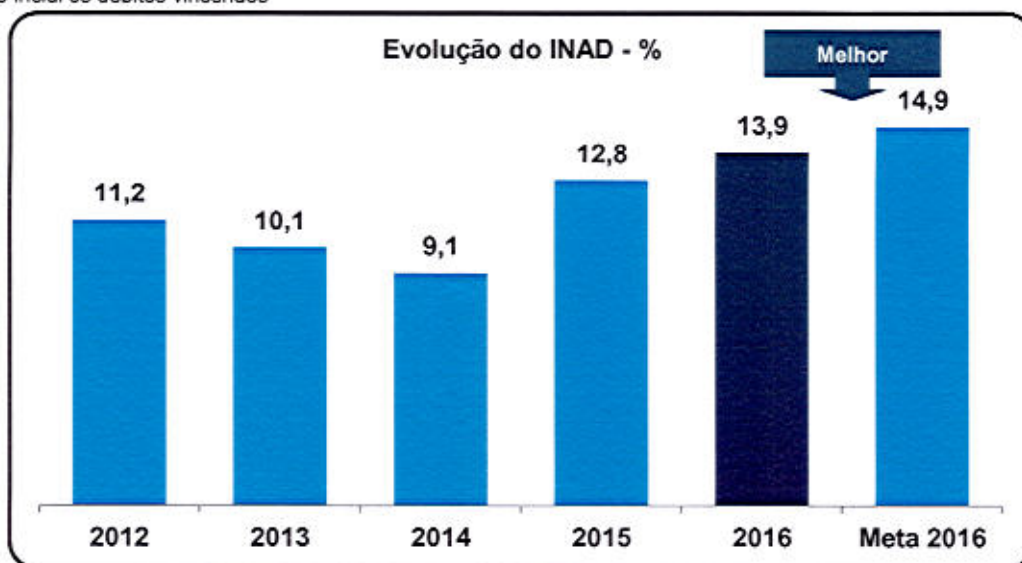
Principais Dívidas – 2016 - R\$ mil		
Discriminação	Total da Dívida	% de Participação s/ Total
SAAE MANACAPURU	30.464,7	7,0
PREF. DE MANACAPURU	28.844,1	6,7
PREF. DE LÁBREA	21.465,6	5,0
SUSAM SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE	18.635,9	4,3
BENAION INDUSTRIA DE PAPEL E CELULOSE S/A	16.927,2	3,9
SAAE TEFÉ	14.882,1	3,4
ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S A ITAUTINGA	12.936,6	3,0
PREF DE IPIXUNA	10.091,8	2,3
TOTAL PRINCIPAIS DÍVIDAS	154.248,0	35,6
TOTAL INADIMPLÊNCIA	433.286,0	100,0

Vale destacar, que todos os Poderes Públicos devedores, têm sido notificados com a proposta de negociação dos seus débitos em condições adequadas e com a inclusão no CADIN no caso de inadimplemento, com comunicação ao Tribunal de Contas do Estado.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a comparação da inadimplência por classe de consumo entre os anos de 2015 e 2016 e a evolução do INAD para o período 2012-2016:

Classe de Consumo	Inadimplência por Classe – R\$ mil – (1)								
	Capital			Interior			Total		
	2016	2015	Variação 16/15 (%)	2016	2015	Variação 16/15 (%)	2016	2015	Variação 16/15 (%)
Residencial	127.465	85.582	49	46.348	32.158	44	173.813	117.740	48
Industrial	38.978	21.574	81	11.056	7.285	52	50.033	28.859	73
Comercial	56.272	40.947	37	12.285	9.793	25	68.557	50.740	35
Rural	665	307	117	5.252	3.986	32	5.917	4.293	38
P. Público Municipal	3.353	745	350	41.154	22.747	81	44.507	23.492	89
P. Público Estadual	25.953	25.238	3	10.131	7.827	29	36.084	33.065	9
P. Público Federal	3.876	2.862	35	1.266	1.114	14	5.142	3.976	29
Illum. Pública	11.047	46	23.915	2.491	1.212	106	13.538	1.258	976
Serv. Público	1.152	148	679	34.543	26.137	32	35.695	26.285	36
Total Geral	268.761	177.450	51	164.525	112.259	47	433.286	289.709	50

(1) Não inclui os débitos vincendos



[Handwritten signatures and initials]

6.6 Contratos de Compra de Energia

6.6.1 Contratos Bilaterais

Com a desverticalização das empresas ocorrida em 01/07/2015, os contratos de compra de energia com a Amazonas GT passaram a ter sua eficácia com o fornecimento de energia térmica gerada pelas usinas a gás de Aparecida e Mauá, além da UHE-Balbina.

Além dos contratos de compra de energia com a Amazonas GT, a Amazonas Energia também possui contratos para suprimento de energia para a capital do Estado, com cinco Produtores Independentes de Energia – PIEs, cujos contratos foram assinados em 2005, com vigência de 20 anos. A tabela a seguir demonstra o desempenho desses contratos no exercício de 2016:

Discriminação	Potência Contratada (MW)	Média Potência Garantida (MW)	Disponibilidade de Potência Contratada (%)	Quantidade de Energia Comprada (MWh)
Geradora de Energia do Amazonas S/A	60	59,61	99,35	528.229
Companhia Energética Manauara	60	60,00	100,00	504.893
Rio Amazonas Energia S/A	65	64,80	99,69	452.653
Breitener Tambaqui S/A.	60	59,88	99,80	478.730
Breitener Jaraqui S/A.	60	59,93	99,89	456.128
Balbina	130,1	97,80	75,05	1.144.691
Aparecida	145,3	132,14	90,94	1.276.320
Mauá Bloco III	98,6	99,81	101,21	866.190

6.6.2 Contratos com Locação de Grupos Geradores de Energia no Interior

A Amazonas Energia possui contratos de Locação de Grupos Geradores, com disponibilidade de potência total de 434,92 MW para atender as necessidades de geração das localidades do interior do Estado do Amazonas. A tabela a seguir demonstra o desempenho dos contratos em vigência no exercício de 2016.

Locadoras	Potência Contratada (MW)	Média Potência Garantida (MW)	Disponibilidade de Potência Contratada (%)	Valor Faturado (R\$ mil)
Aggreko Energia e Locação de Geradores	116,46	104,81	90	62.691
Oliveira Energia Geração e Serviços	218,90	197,01	90	108.339
Powertech Comercial	59,36	53,42	90	51.586
Gopower Air Locações	34,80	31,32	90	20.872
A Geradora	5,40	4,86	90	4.434
Total	434,92			247.922

6.6.3 Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada- ACR

A Amazonas Energia foi conectada ao SIN em 09/07/2013 pela SE Lechuga. Entretanto, segundo a Portaria MME nº 258/13, a plena interligação do Sistema Manaus ao SIN ficou condicionada à efetiva operação comercial das instalações de transmissão, inclusive as instalações de âmbito da distribuição, com atendimento de condições técnicas equivalentes às do SIN, conforme Regulação da ANEEL.

A Amazonas Energia que estava limitada a receber apenas parte da energia contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a partir de 01/05/2015 quando foram superadas as limitações técnicas na rede de distribuição, a energia oriunda do SIN passou a ser recebida em caráter pleno.

Nas tabelas a seguir constam os leilões que a Companhia já participou, com os respectivos montantes de energia comprada e tarifas praticadas.

Fontes Alternativas						
Leilão	Edital	Fonte	Início	Total de Energia Comprada (MWh)	MW médio	Preço Médio por MWh (R\$)
2º (A-3)	jul/10	Hidroelétrica	1/1/2013	5.371.429	18,25	146,99
		Biomassa e Eólica		45.677.723	252,81	134,23

Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

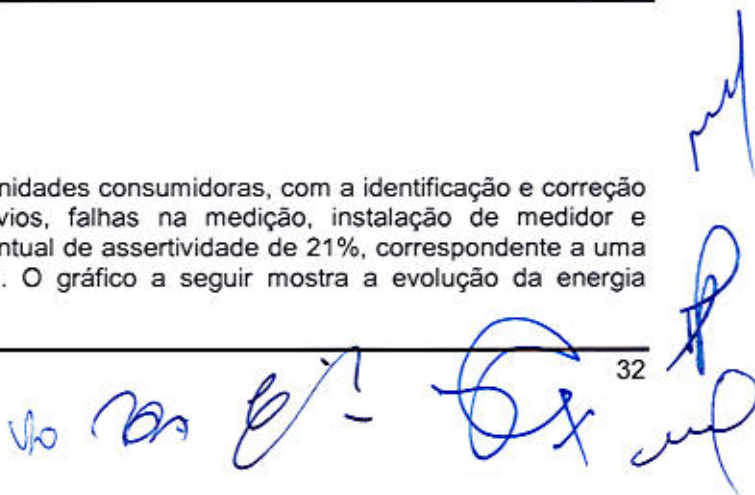
Energia Nova						
Leilão	Edital	Fonte	Início	Total de Energia Comprada (MWh)	MW médio	Preço Médio por MWh (R\$)
UHE Jirau	mai/08	Hidrelétrica	1/2/2013	16.886.960	66,20	71,37
7º (A-5)	mar/08	Hidrelétrica	1/9/2016	1.514.321	5,49	98,98
		Outras Fontes	1/1/2013	10.115.015	370,59	145,23
8º (A-3)	fev/09	Hidrelétrica	1/1/2012	25.012	0,09	144,00
		Outras Fontes		126.300	0,92	144,60
Belo Monte	jun/09	Hidrelétrica	1/1/2015	13.743.331	53,47	77,97
10º (A-5)	mar/10	Hidrelétrica	1/1/2015	3.608.166	13,70	99,48
11º (A-5)	abr/10	Hidrelétrica	1/1/2015	11.019.654	40,547	67,31
12º (A-3)	jul/11	Hidrelétrica	1/3/2014	6.117.565	22,63	102,00
		Outras Fontes	1/3/2014	22.650.059	125,05	102,09

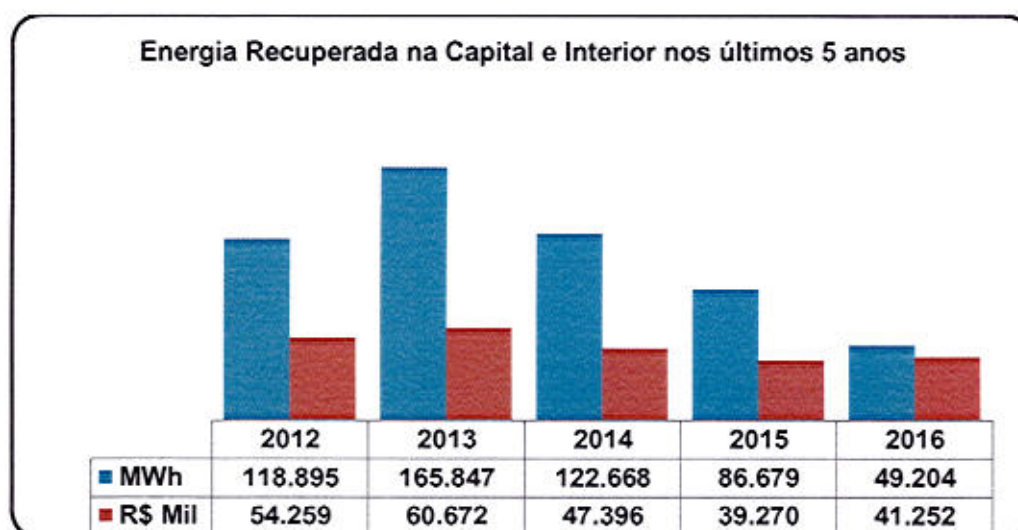
Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

6.7 Perdas de Energia Elétrica

6.7.1 Resultados Alcançados

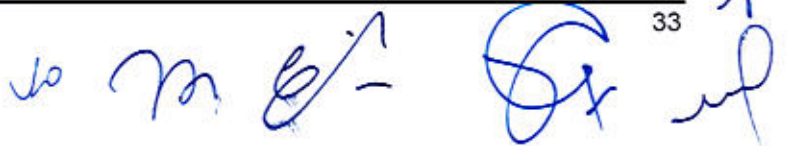
Foram realizadas 218.435 inspeções em unidades consumidoras, com a identificação e correção de 46.822 irregularidades (fraudes, desvios, falhas na medição, instalação de medidor e regularização de clandestinos), num percentual de assertividade de 21%, correspondente a uma recuperação de energia de 49.204 MWh. O gráfico a seguir mostra a evolução da energia recuperada para o período 2012/2016:





Foram realizadas operações especiais de fiscalização feitas em conjunto com o Instituto de Criminalística (IC), Polícia Civil, Polícia Militar, e a Delegacia Especializada de Combate ao Furto de Serviços (DECFS), com grande repercussão na imprensa local, dentre as quais destacamos:

i) Na Marina do Davi, zona Oeste de Manaus, ação de combate às perdas de energia elétrica, com a limpeza de ligações clandestinas na rede de baixa tensão. Foram desativadas 200 ligações na operação, as ligações clandestinas estavam instaladas em total precariedade e, em alguns casos, os fios elétricos estavam em contato com a água ameaçando a segurança da população; ii) Operação especial em conjunto com a Delegacia Especializada em Combate ao Furto de Energia - DECFS, um flagrante em uma Clínica localizada na Av. Constantino Nery, consumindo energia de forma clandestina. Durante a operação, foi encontrada no local uma subestação com dois transformadores ligados de forma irregular e que não apresentavam medição. A subestação foi desligada e o responsável pela Clínica foi notificado a comparecer a Delegacia e prestar esclarecimentos. O consumo total da carga que estava em operação era de 68.767 kWh, o que representa o valor mensal de R\$ 28.621,72, sendo o prejuízo total de perdas de energia estimado em R\$ 85.865,16; iii) Autuação em um Um Porto, localizado na Estrada Manuel Urbano, logo após a ponte Rio Negro, foi flagrado consumindo energia elétrica de forma clandestina, não apresentava medição do consumo de energia elétrica, e os cabos de energia estavam ligados diretamente na rede elétrica da Distribuidora. A rede foi desligada, o responsável pelo Porto foi notificado a comparecer a Delegacia e prestar esclarecimentos. O consumo total da carga que estava em operação era de 36.775 kWh, o que representa o valor mensal de R\$ 49.527,66; iv) Foi realizada ação intensiva contra o uso irregular de energia elétrica (furtos e fraudes), em que foi flagrada uma fábrica de gelo em construção, localizada no Bairro do Tarumã, que estava furtando energia elétrica e a qual constatou-se que havia um transformador de 45 kVA instalado no poste da concessionária, sendo o consumo total de energia furtada no montante de 3.585 kWh, representando R\$ 2.838,11 não faturados; v) Em uma ação comandada pelo Grupo Integrado de prevenção às invasões em Áreas Públicas (GIPIAP) no qual foram desligadas 47 ligações clandestinas. Não foi possível realizar regularização dos consumidores que consumiam energia elétrica clandestinamente no local, por motivos de algumas se localizarem em área de ocupação irregular (invasão) e outras não apresentarem padrão de entrada em condições de segurança para fornecer energia elétrica de forma adequada e sem riscos para a vida dos consumidores em questão; vi) Em 06 (seis) Igrejas evangélicas localizadas na Zona Norte foram identificadas com ligação Clandestina na rede de Baixa Tensão todas sem medidores de energia elétrica; vii) Ação de fiscalização visando combater e coibir a prática de furto de energia numa Empresa de Reciclagem Plástica, localizada na Rua Rio Mutuzinho no Bairro Armando Mendes, constatou-se na mesma um desvio de energia. O proprietário da reciclagem foi conduzido pela autoridade policial até a Delegacia Especializada sendo flagrantado por furto de energia e liberado somente após o pagamento da

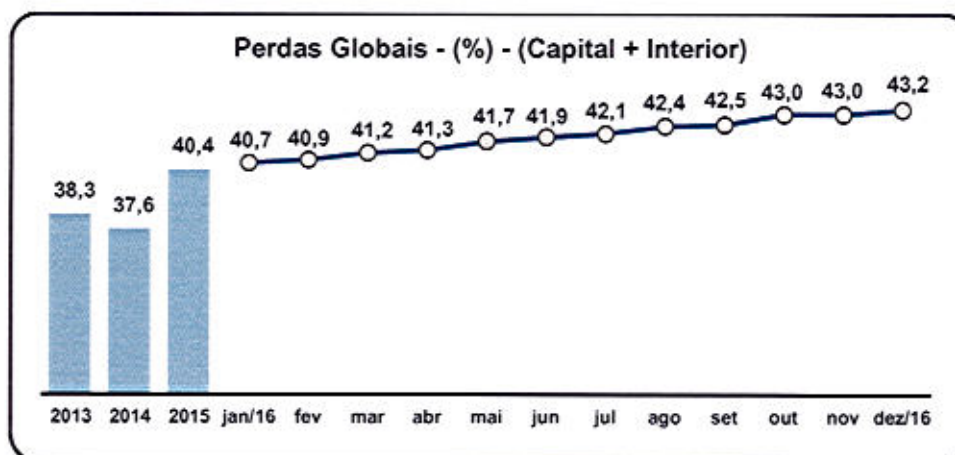


fiança de R\$ 2.000,00. Somado os valores das ações para fins de recuperação de energia, os Prejuízos causados à Distribuidora foram da ordem de 109 MWh, perfazendo um total de R\$ 138.233.

O quadro a seguir apresenta o resumo de ações realizadas em unidades consumidoras clandestinas na rede de média tensão em 2016.

Resumo de serviços em unidades consumidoras clandestinas em MT (Média Tensão)	
Total de Transformadores Regularizados	30
Total de Transformadores Desligados	16
Total de Potência de Transformadores (kVA)	685,5

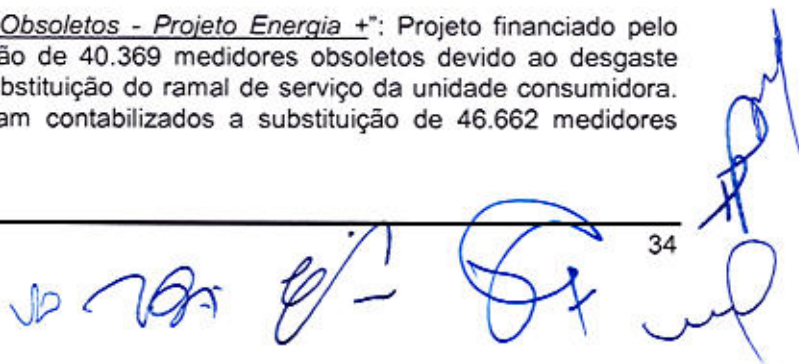
Para execução do plano de combate às perdas foi desembolsado, em 2016, o montante de R\$ 64,2 milhões (Custeio = R\$ 12,8 milhões e Investimento = R\$ 51,4 milhões). Durante o ano o índice de perda global aumentou 2,8 p.p. (pontos percentuais) em relação a 2015, conforme mostra o gráfico a seguir que apresenta a evolução das Perdas Globais para o período 2013/2016.



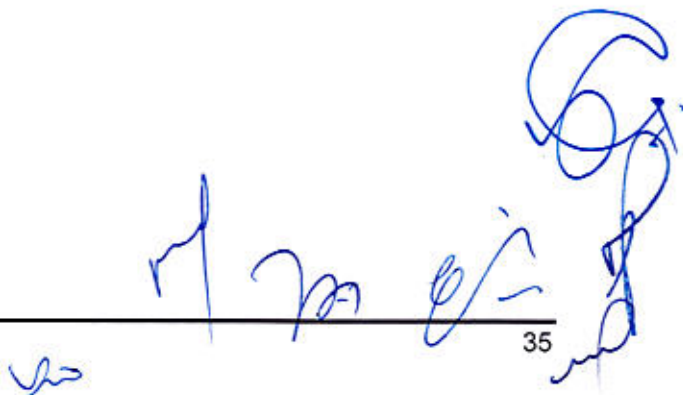
6.7.2 Projetos de Regularização

i) O projeto AM0002 – Digitalização de UC MT e BT (também conhecido como Projeto AMI – **Advanced Metering Infrastructure**), tem como principal objetivo implantar uma infraestrutura avançada de medição, um Centro de Supervisão Regional (CSR) de Telemedição em Manaus e um Centro de Inteligência da Medição (CIM) em Brasília, de modo a reduzir as perdas comerciais e melhorar a eficiência das ações de fiscalização e regularização de unidades consumidoras. No ano de 2016 foi melhorada a estrutura do CSR de Manaus, com entrega de 03 novas estações de trabalho (mesa + cadeira + computador de última geração) no mesmo padrão de qualidade do CIM de Brasília, que foi concluído em dezembro de 2015. Destaca-se a entrada em operação do novo Sistema de Gestão da Medição EnergyIP, que é responsável pelo monitoramento das unidades de baixa tensão telemedidas pelo projeto. Em termos de avanço físico foram telemedidos 1.410 unidades consumidoras de baixa tensão através da Rede RF-MESH, e outras 177 através de remota dedicada. Além disso, foram substituídas 3.249 remotas do parque antigo de telemedição de Manaus, saindo da rede GPRS para 3G.

ii) "Projeto Substituição de Medidores Obsoletos - Projeto Energia +": Projeto financiado pelo Banco Mundial, que prevê a substituição de 40.369 medidores obsoletos devido ao desgaste natural e pelo tempo de vida útil e a substituição do ramal de serviço da unidade consumidora. Tendo iniciado em maio de 2013, foram contabilizados a substituição de 46.662 medidores obsoletos até dezembro de 2016.



7. DESEMPENHO OPERACIONAL



7 DESEMPENHO OPERACIONAL

7.1 Qualidade do Fornecimento Global

Em 2016, a Eletrobras Distribuição Amazonas apresentou um DEC Global de 47,79 horas e um FEC Global de 29,92 interrupções, resultados 2,7% e 3,1% maior, respectivamente, que o DEC e FEC Globais consolidado em 2015. Apesar dessa pequena piora, é importante ressaltar que esses resultados ficaram abaixo dos demais resultados apresentados pelos anos anteriores a 2015, conforme demonstra a tabela abaixo. Essas pequenas diferenças para maior se deram em razão das dificuldades enfrentadas pela distribuidora no que se refere a contrato de serviços que atendem às demandas emergenciais e comerciais. Esses impedimentos foram tratados e resolvidos tempestivamente, de forma a não nos distanciarmos muito da tendência de queda apresentada na evolução desses indicadores nos últimos anos. É importante ressaltar que os resultados obtidos em 2015 (DEC de 46,55 horas e FEC de 29,01 interrupções) levaram a empresa a alcançar a 4ª posição no Ranking ANEEL de Qualidade das Distribuidoras no Brasil.

Evolução do DEC e FEC – 2010/2016				
Ano	DEC Global (horas)	Variação s/ Ano Anterior (%)	FEC Global (interrupções)	Variação s/ Ano Anterior (%)
2010	69,14	-	56,47	-
2011	54,83	- 20,7	51,23	- 9,3
2012	65,02	18,6	51,10	- 0,2
2013	56,08	- 13,7	39,30	- 23,1
2014	55,01	- 1,9	37,53	- 4,5
2015	46,55	- 15,4	29,01	- 22,7
2016	47,79	2,7	29,92	3,1

Fonte: ANEEL

Vale ressaltar que a Eletrobras Distribuição Amazonas tem a missão difícil de distribuir energia elétrica para uma região repleta de particularidades que não se aplicam ao resto do país, onde podemos destacar: **i)** Chuvas Fortes e/ou Temporais; **ii)** Número expressivo de Descargas Atmosféricas; **iii)** Logística muito complexa (períodos de cheias e períodos de secas dos rios); **iv)** Grandes distâncias entre as localidades/cidades e a Capital; **v)** Meio de transporte para a realização das ações é predominantemente fluvial; **vi)** Complexidade nas ações de reparo, em razão do supracitado; e **vii)** Número expressivo de Vegetação e Animais Sobre a Rede.

Com o objetivo de aumentar a confiabilidade e flexibilidade do sistema foram desenvolvidas diversas ações de melhoria em 2016, dentre as quais se destacam:

i) uso de sistema de despacho automático de ocorrências, em tempo real, o SDM – Sistema de Despacho Móvel.

No período tivemos um grande avanço na dinâmica de despacho das ocorrências emergenciais e comerciais, pois o sistema SDM operou em sua plenitude, com todas as equipes multifuncionais mobilizadas e atendendo as demandas.

ii) renovação do parque gerador do interior.

A Eletrobras Distribuição Amazonas implantou no período de 2010 a 2013 quatro usinas térmicas para geração de energia tendo como combustível principal o Gás Natural, nos municípios de Anamá, Anori, Caapiranga e Codajás no interior do Estado do Amazonas, com investimento total de R\$ 42,2 milhões.

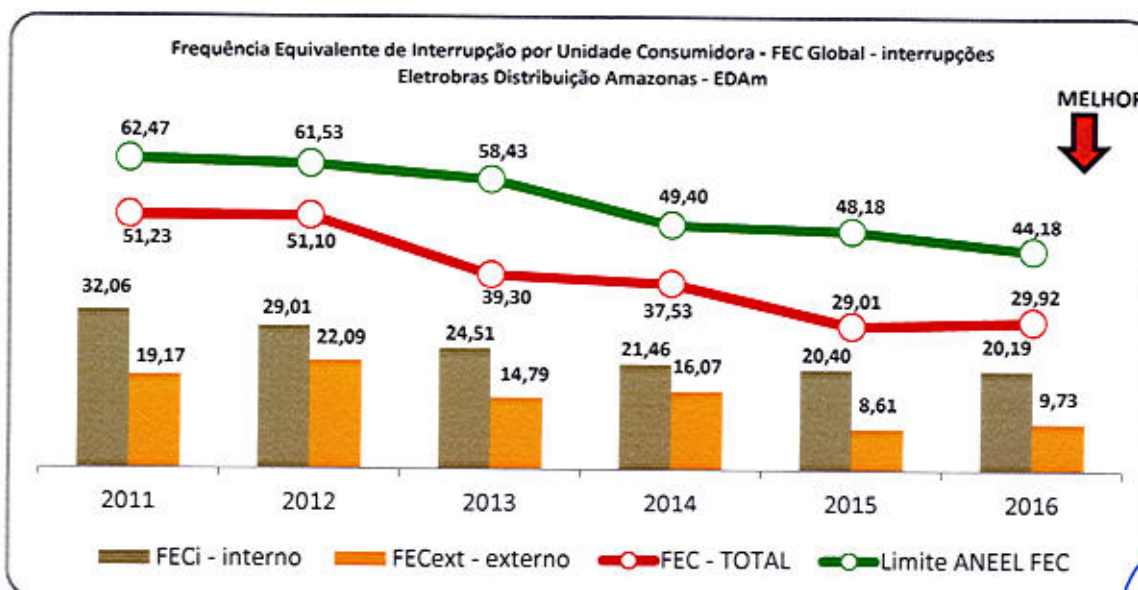
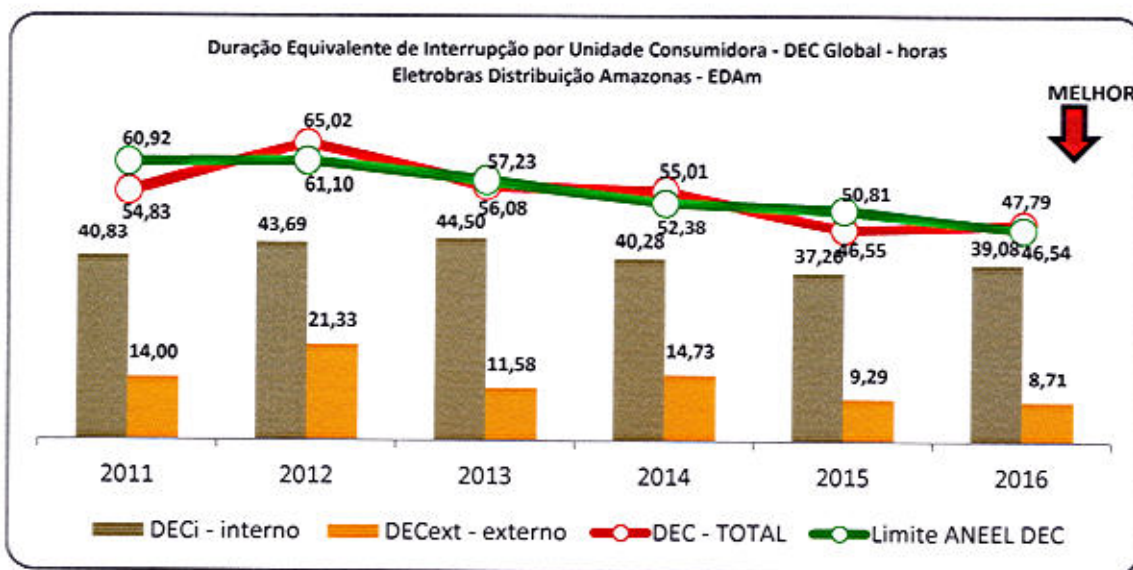
Foi assinado em 02/07/2015 um Contrato de Manutenção no valor de R\$ 6,9 milhões para implantação de manutenção preventiva, onde foram realizados treinamentos para os operadores das usinas, criadas equipes de manutenção fixas nas localidades e aumento do tempo de atendimento para 24 horas por dia.

Com um investimento total de R\$ 11,0 milhões, foram adicionados ao Sistema de Geração do Interior 159 grupos geradores totalizando 124 MW de potência.

iii) execução dos serviços de poda, tanto na capital quanto no interior.

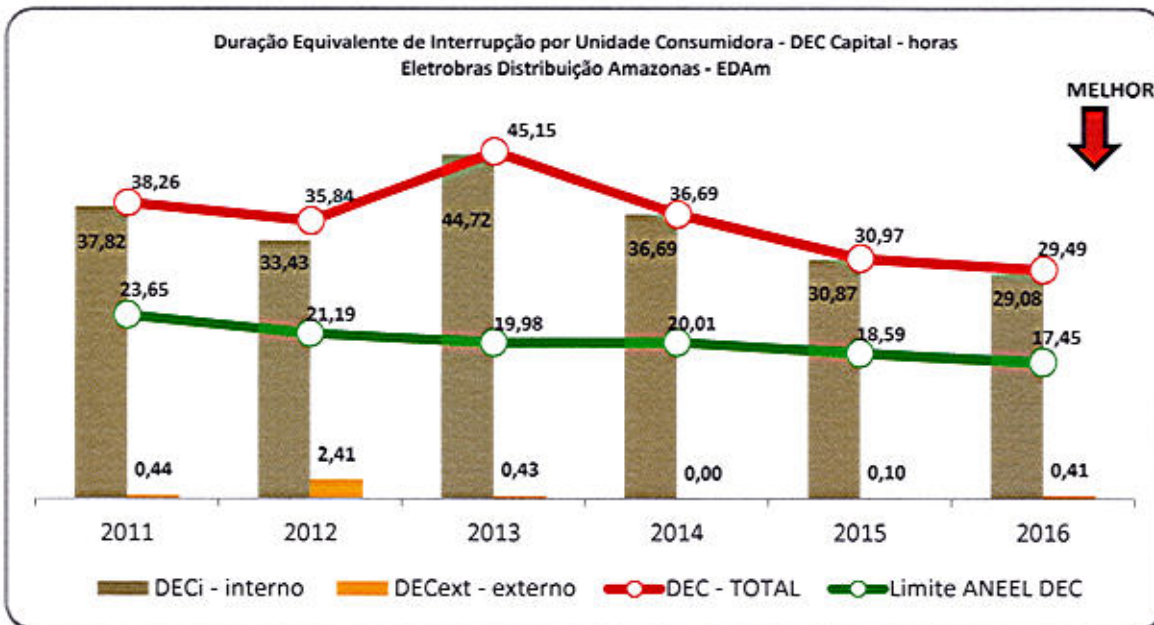
O Sistema de Distribuição de energia elétrica da Amazonas Energia tem como característica imperativa de ser composto por rede aérea. Isso acrescenta uma dificuldade no processo de distribuição de energia, pois a região possui uma infinidade de vegetação que é constantemente alimentada por períodos intermitentes de sol e chuva, pois se trata da região amazônica. Isso culmina na necessidade constante de podas periódicas no sistema.

Os gráficos abaixo mostram a evolução para o período 2011/2016, do DEC e FEC Global, das suas composições e dos valores limites desses indicadores determinados pela ANEEL:



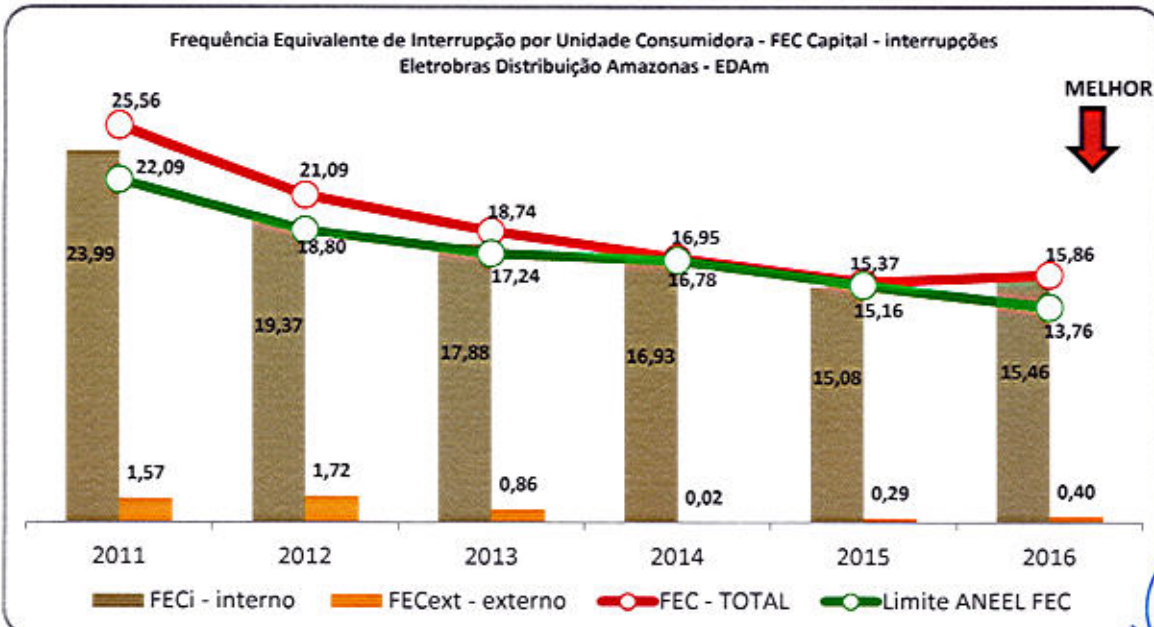
7.2 Qualidade do Fornecimento em Manaus

O gráfico a seguir mostra a evolução do DECI apurado em Manaus no período 2011/2017, aonde esse indicador vem apresentando uma tendência de queda desde o ano de 2014. Em 2016, embora tenha ainda, como nos anos anteriores, ficado acima do limite ANEEL, foi 5,8% menor do que o realizado em 2015.



Em 2016 o FECi fechou em 15,46 interrupções, acima 2,5% ao de 2015, como resultante das dificuldades contratuais com as prestadoras de serviço, o que implicou em menor quantidade de equipes. Todas as tratativas foram realizadas para que o indicador não ficasse muito distante dos valores alcançados nos últimos anos.

O gráfico abaixo mostra a evolução desse indicador para o período 2011/2016:



Muitas ações de melhoria foram aplicadas ao sistema em 2016, no entanto, na capital alguns fatores contribuíram para que os resultados apresentados não fossem melhores, dentre os quais se destacam:

i) no primeiro semestre houve a troca de prestadores de serviços que atendem às demandas comerciais e emergenciais, onde foi aplicada ação de contratação de equipes multifuncionais ao atendimento do sistema. Essa transição ocorreu com alguns problemas de mobilização das contratadas, treinamento de mão-de-obra na execução dos serviços e uso dos recursos de tecnologia empregada nos atendimentos/despachos;

ii) no período houve, como consequência desse primeiro fator, algumas dificuldades relativas à execução dos serviços em campo por parte da mão-de-obra, em razão da falta de experiência por parte dos contratados;

iii) no segundo semestre a multifuncionalidade foi aplicada em sua plenitude. Nessa etapa todas as viaturas e equipes previstas em contrato foram disponibilizadas para atuarem na empresa. Nesse período, muita dificuldade relativa ao sistema de despacho e periféricos foram percebidos e tratados. Logo, a ferramenta de despacho apresentou necessidade de melhorias a serem implementadas e, como consequência, houve necessidade de massificar o treinamento da mão-de-obra executora no uso da tecnologia e aplicar a devida ação para eliminar elementos que estavam causando problemas no aplicativo; e,

iv) alguns eventos nas subestações pertinentes à empresa foram registrados, o que implicou na intensificação da execução do cronograma de manutenção das mesmas, vislumbrando assegurar a confiabilidade do sistema;

Por outro lado, também foram implementadas pela empresa uma série de ações importantes para a melhoria do sistema, onde se pode destacar:

i) acompanhamento e poda de vegetação nos circuitos mais críticos do sistema;

ii) acompanhamento e manutenção nos circuitos mais críticos do sistema;

iii) inspeção e manutenção em equipamentos religadores;

iv) inspeção e manutenção em equipamentos reguladores de tensão;

v) priorização na manutenção das subestações e linhas pertinentes à empresa;

vi) construção e/ou reforma de rede, utilizando tecnologia de rede blindada;

vii) reforço na equipe de supervisores que acompanham as equipes de atendimento emergencial;

viii) Reforço no acompanhamento das equipes nas saídas das bases;

ix) Criação de nova rotina de tratamento aos problemas do despacho móvel de ocorrências;

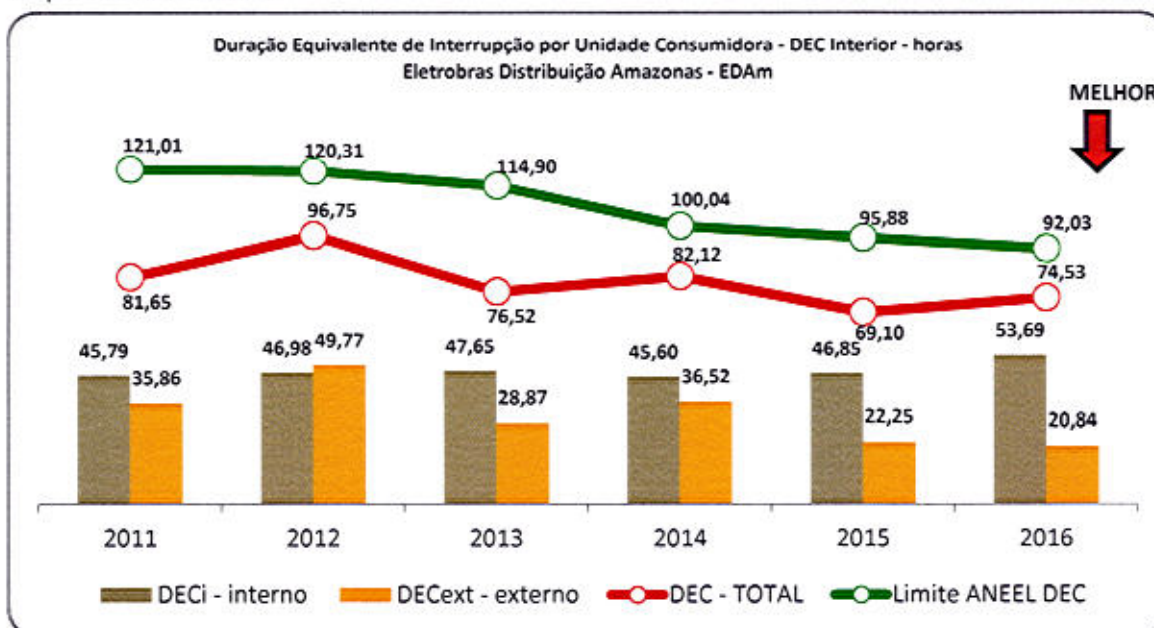
x) Estruturação de painel supervisorio no centro de operação;

xi) Relatório de ocorrências com tratamento diário dos serviços executados pelas equipes multifuncionais; e,

xii) Utilização de equipes especiais para atendimento às demandas urgentes.

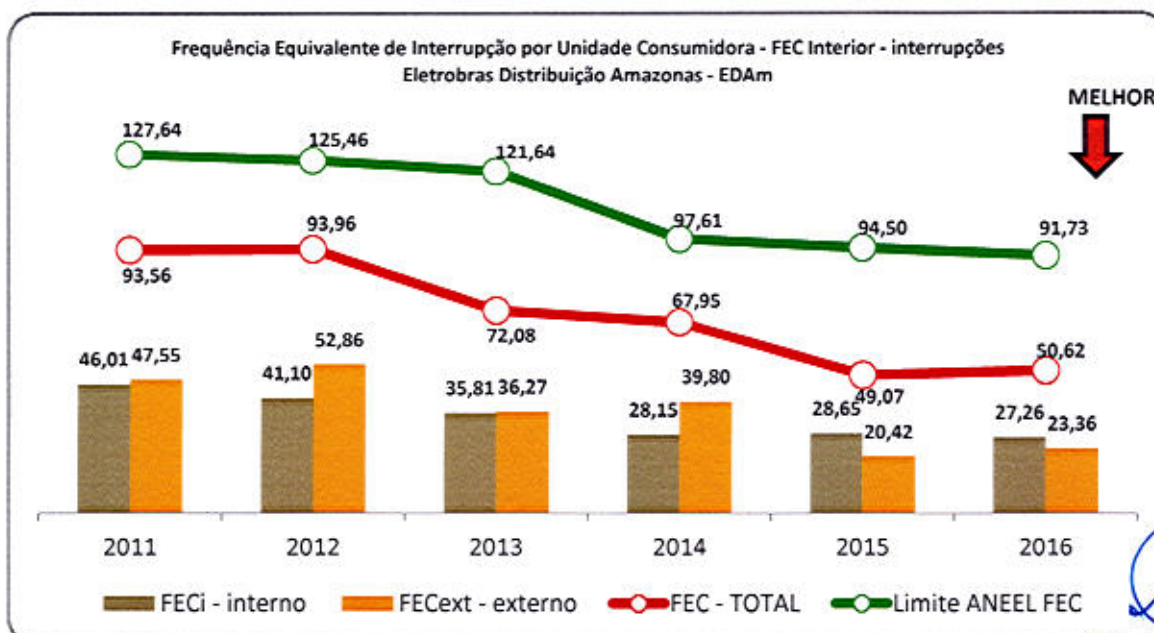
7.3 Qualidade do Fornecimento no Interior do Estado

Em 2016 o DECI foi apurado com o resultado de 53,69 horas, ficando acima 14,6% ao valor alcançado em 2015. O gráfico a seguir mostra a evolução do DEC apurado no Interior do Estado no período 2011/2017:



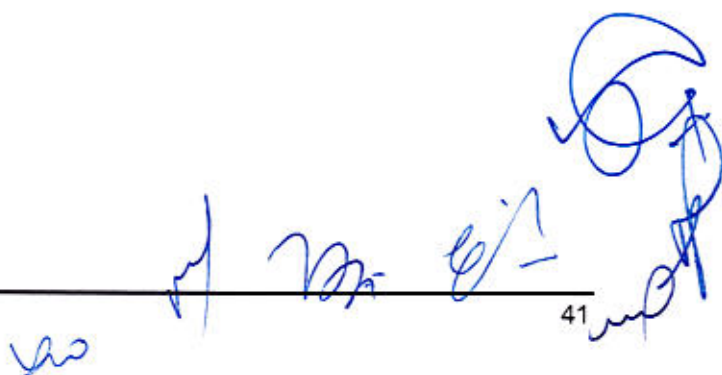
As interrupções originadas do processo de geração de energia dos sistemas isolados do interior são responsáveis por grande parte dos resultados apurados, sendo que as ações estabelecidas para este processo no decorrer dos próximos anos reduzirão gradativamente sua influência no resultado global e associado às ações do sistema de distribuição para o ciclo 2015-2018 permitirão que esse indicador apresente uma evolução decrescente dos seus resultados.

Em 2016 o FECi foi de 27,26 interrupções, ficando melhor que 2015 cerca de 4,85%.



8. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

41



8 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1 Lucro/Prejuízo do Exercício

As Demonstrações Financeiras da Amazonas Energia consolidou o exercício de 2016 com um prejuízo líquido de R\$ 4,8 bilhões, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 2,3 bilhões do exercício de 2015, representando um aumento de 107,29% os principais efeitos na comparação com os dois exercícios são:

8.1.1 Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta em 2016, atingiu R\$ 3,5 bilhões, montante 4,49%, superior aos R\$ 3,4 bilhões registrados no exercício de 2015, conforme demonstra o quadro a seguir:

Descrição	Receita Operacional – R\$ mil		
	2016	2015	2016/2015 (%)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	2.813.907	2.123.326	32,52
Energia elétrica de curto prazo - PLD	314.833	670.432	-53,04
Receita de Construção	283.747	281.451	0,82
CDE - Equilíbrio da Redução da Tarifa	197.516	238.090	-17,04
Ativos e Passivos regulatórios - OCPC 08	(129.406)	(949)	13.536,04
Outras Receitas	65.641	81.560	-19,52
Total	3.546.238	3.393.910	4,49

(1) Esta rubrica não contempla o faturamento do consumo próprio (administrativo) e interno (usinas e subestações).

A Receita de Fornecimento de Energia Elétrica alcançou um incremento de R\$ 690.581 mil em relação ao ano de 2015. Este incremento está associado, principalmente, ao reposicionamento tarifário de 35,67%, com efeito médio para o consumidor de 40,45%, aplicado a partir de fevereiro de 2016, com efeito retroativo a novembro de 2015, tendo este reposicionamento refletido no preço de repasse equivalente ao ACR-médio para cálculo dessa receita, saindo de R\$ 192,61/MW médios em 2015 para R\$ 295,10/MW médios em 2016. Houve ainda a inclusão do encargo CDE e o incremento do encargo de serviços do sistema – ESS. Este aumento tarifário foi, parcialmente, compensado pela diminuição da receita transferida para a atividade de geração em virtude da desverticalização da Amazonas GT. A variação no ano de 2016 seria maior se não fosse o efeito da desconsolidação da Amazonas GT, a partir de julho de 2015, tendo o primeiro semestre de 2015, contemplado a receita da energia gerada pelos ativos da Amazonas GT, que em 2016, está afetando, via equivalência patrimonial e provisões, o resultado da Amazonas D.

A Receita de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foi de R\$ 670.432 mil em 2015 comparada a R\$ 314.833 mil em 2016, representando um decréscimo de 53,04% decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: i) diminuição de 58,97% do preço de liquidação das diferenças (PLD) no submercado norte passando de 250,90 R\$/MWh em 2015 para 102,94 R\$/MWh em 2016; ii) aumento da participação da energia do Sistema Interligado Nacional na matriz energética da Companhia, saindo de 44,23% em 2015, para 60,21% em 2016, restando menos energia a ser liquidada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

A Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição atingiu o montante de R\$ 283.747 mil em 2016, comparados a R\$ 281.451 mil em 2015, um aumento de 0,82%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

A Receita de Ativos e Passivos Regulatórios apresentou um acréscimo de 13.536% devido a menor constituição da CVA (despesa de R\$ 75 milhões, principalmente em razão da diferença do preço médio dos contratos de compra de energia (R\$ 200,27/MWh) e o preço de repasse do ACR médio nas tarifas (R\$ 295,10/MWh) e amortização dos valores já homologados no montante de R\$ 57 mil em 2016.

8.2 Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional apresentaram um aumento de 13,35% em relação a 2015, conforme apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Deduções à Receita Operacional – R\$ mil		
	2016	2015	2016/2015 (%)
Quota para Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	-	-	-
Encargos do Consumidor – P&D e PEE	- 24.707	- 48.576	-49,14
Impostos e Contribuições sobre a Receita	- 851.683	- 724.567	17,54
Total	- 876.390	- 773.143	13,35

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram maiores em 13,35%. Este acréscimo se deve, principalmente, pela variação positiva das receitas de fornecimento e curto prazo analisadas em conjunto.

8.3 Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais em 2016 produziram um montante de R\$ 5.491 milhões, que comparado com valor de R\$ 3.512,9 milhões em 2015, evidenciou um aumento de 56,31%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais – R\$ mil		
	2016	2015	2016/2015 (%)
Custos e Despesas Não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	- 1.758.515	- 1.685.067	4,36
Compensação Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	-	- 4.200	-100
Custos e Despesas Controláveis			
Pessoal	- 357.755	- 333.479	7,28
Material	- 25.391	- 35.419	- 28,31
Serviço de Terceiros	- 235.434	- 246.366	- 4,44
Custo de Construção	-283.747	- 281.451	0,82
Combustível para Produção de Energia Elétrica	- 3.476.449	- 3.828.978	-9,21
Recuperação de Despesa - CCC	3.513.758	3.798.015	-7,48
Depreciação e Amortização	- 138.870	- 159.852	-13,13
Provisão / Reversão Operacionais	-2.335.027	-193.461	-1.106,98
Aluguéis	-228.740	-257.848	-11,29
Outros Custos/ Despesas	-164.861	-284.795	42,11
Total	-5.491.031	-3.512.901	56,31

As principais rubricas que contribuíram para o aumento dos Custos e Despesas Operacionais foram:

Provisão / Reversão Operacionais:

O aumento de 1.106,98% nesta rubrica foi motivado em especialmente por:

i) **Provisão Consumidores – PCLD:** em 2016 foi constituída uma provisão de PCLD no montante de R\$ 205 milhões motivado principalmente pelo aumento da inadimplência devido a conjuntura econômica desfavorável e pelo reposicionamento tarifário de 40,54%. Maior evolução na inadimplência foi identificada nas classes residencial e comercial.

ii) **Impairment:** no ano de 2016 o cálculo do impairment do intangível foi no valor de 113 milhões, considerando o prazo da prestação de serviços temporários até 31 de dezembro de 2017.

iii) **Litígios Fiscais:** Houve uma reclassificação de risco, no montante de R\$ 130 milhões referente a oito autos de infrações lavrados pelo fisco estadual em virtude da ausência de estorno de créditos de ICMS sobre perdas de energia elétrica.

iv) **Litígios Cíveis:** Contingências de R\$ 499 milhões devido à reclassificação de risco no montante de R\$ 422 milhões das ações movidas por Produtores Independentes de Energia e locadores de grupos geradores, cujos objetos são os seguintes: data base do reajuste contratual, anexo G, danos materiais e encargos moratórios.

v) **Provisão ANEEL CCC:** provisão operacional no valor de R\$ 522 milhões, sobre recebíveis que foram suspensos, no montante total de cerca de R\$ 2.721 milhões, no âmbito do processo de orçamento da CDE de 2017, relativos às repactuações de créditos devidos pelo fundo setorial CDE à empresa. A provisão foi calculada considerando o custo para capacitação desses recursos, de 19,17% (CDI+5,54%).

vi) **Contrato Oneroso:** contrato oneroso de R\$ 763 milhões, sendo R\$ 709 milhões referente ao excedente do teste de recuperabilidade aplicado aos ativos do grupo Intangível da atividade de Distribuição e R\$ 54 referente ao contrato de compra de energia (CCVE) da UTE Aparecida em decorrência da suspensão do fornecimento de gás natural para a referida usina gerando uma obrigação de ressarcimento a Amazonas Geração e Transmissão

Outros Custos / Despesas:

O aumento de 42,11% foi decorrente, especialmente, dos seguintes fatos:

i) **Encargos do Uso de Rede Elétrica** – Em 2016 a variação se deu em razão, principalmente, da desconsolidação da Amazonas GT, a partir de julho de 2015.

ii) **Fator de corte de Perdas Regulatórias** - A variação se deu em razão, principalmente do fator de corte de perdas regulatórias. Em que a partir da publicação da Lei 13.299/2016 até o processo tarifário de 2016 não foram aplicados aos reembolsos mensais da Conta de Consumo de Combustíveis o fator de corte de perdas regulatórias estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 427/2009.

Energia Elétrica Comprada para Revenda:

Esta despesa apresentou aumento de 4,36% com aumento líquido de R\$ 73.448 mil em relação ao exercício de 2015, cujo impacto foi proporcionado, principalmente, pela contabilização atípica, no ano de 2015, relativa à medição da Subestação Mauá III, onde suas grandezas elétricas não estavam sendo medidas adequadamente pela CCEE, levando a uma despesa adicional da ordem de R\$ 345 milhões, devido ao efeito retroativo da contabilização para incluir desde a entrada em operação da referida subestação. Esta contabilização atípica, em 2015, acabou por

compensar o efeito na conta de energia comprada para revenda, de 2016, relativo ao aumento de despesas decorrentes da não geração de energia suficiente pela UTE Aparecida, pertencente à Amazonas GT, em razão da interrupção do fornecimento de gás. Considerando que, no modelo de desverticalização atual, a Amazonas Energia é responsável pela entrega de combustível à UTE Aparecida para a geração de energia, as despesas relativas a referida compra de energia são repassadas da Amazonas GT para a Amazonas D. Em 2016, a despesa referente à compra de energia não gerada pela UTE Aparecida foi de R\$ 86 milhões.

8.4 Indicadores Empresariais

Descrição	Indicadores Econômicos		
	2016	2015	2016/2015 (%)
Dados Econômico-Financeiros – R\$ mil			
Receita Operacional Bruta	3.546.238	3.393.910	4,49
Receita Operacional Líquida	2.669.847	2.620.768	1,87
EBITDA (LAJIDA)	-2.682.314	-732.281	-266,30
Resultado do Serviço	-2.821.183	-892.133	-216,23
Resultado Financeiro	- 1.957.349	- 1.210.594	61,69
Lucro (Prejuízo) Líquido	-4.967.814	-2.344.049	111,93
Ativo Total	11.038.442	13.902.698	-20,60
Dívida Bruta	20.373.075	18.266.296	11,53
Dívida Líquida *	20.273.026	18.080.923	12,12
Patrimônio Líquido	-9.334.633	-4.363.598	113,92
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	-1,00	-0,28	59,86 pp**
Margem Líquida	-1,86	- 0,89	79,95 pp**
Índice de Endividamento	1,85	1,31	17,45 pp**
Ações			
Valor Patrimonial por ação ***	- 1,49	- 0,70	113,92
Lucro (Prejuízo) por ação ***	- 0,79	- 0,37	111,93

*Dívida líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

** pp – pontos percentuais

*** Lote de mil ações

O EBITDA (sigla em inglês) ou LAJIDA corresponde ao Lucro Operacional antes da dedução das despesas de depreciação e amortização. O LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA da Companhia está demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	LAJIDA – R\$ mil		
	2016	2015	2016/2015 (%)
Lucro (Prejuízo) Bruto	2.669.847	2.620.767	1,87
(-) Despesas Operacionais (exceto Depreciação)	- 5.352.161	- 3.353.049	59,62
(=) LAJIDA	-2.682.314	-732.282	-266,30
(-) Depreciação e Amortização	-138.870	-159.852	-13,13
(=) Lucro (Prejuízo) antes dos Juros e Imposto de Renda	-2.821.184	- 892.134	-216,23
(+/-) Resultado Financeiro	-1.957.349	- 1.210.594	61,69
(=) Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda	-4.778.533	-2.102.728	127,25
(+) Resultado Investimentos em Participações Societárias	-189.281	-241.320	21,56
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	-4.967.814	-2.344.048	111,93

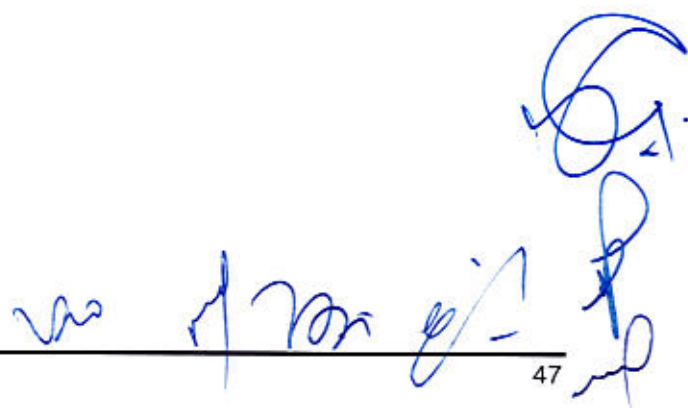
O aumento em 111,93% do LAJIDA em 2016, em comparação ao mesmo período de 2015, deve-se, principalmente, aos seguintes fatores não gerenciáveis: i) a energia comprada para revenda teve um aumento de 4,36% e essas despesas relativas a referida compra de energia são repassadas da Amazonas GT para Amazonas D. ii) as provisões operacionais tiveram um aumento de 1.106,98% em relação ao ano de 2015. Entre as provisões realizadas temos a do Impairment no valor de R\$ 113 milhões; os litígios fiscais de R\$ 130 milhões referentes a oito autos de infração lavrados pelo fisco estadual; R\$ 205 milhões de PCLD decorrentes do reposicionamento tarifário em torno de 40,54% e da conjuntura econômica desfavorável; os litígios cíveis no montante de R\$ 422 milhões movidos pelos produtores independentes de energia e locadores de grupos geradores; A provisão ANEEL – CCC no valor de R\$ 522 milhões sobre recebíveis que foram suspensos no âmbito do processo de orçamento da CDE de 2017 e; o registro do contrato oneroso de R\$ 763 milhões, sendo R\$ 709 milhões resultante do teste de recuperabilidade aplicado aos ativos do grupo de Intangível da Amazonas D e R\$ 54 milhões referente ao contrato de compra de energia (CCVE). iii) Admissão de 135 empregados no final de 2015, com impacto de 3% sobre o custo de pessoal, reajuste de 5% em maio e 4,28% em setembro de 2016 e os custos com o plano de saúde em decorrência do aumento de internações. iv) Os encargos da Dívida aumentou 28%, no qual destacamos R\$ 667 milhões de atualização de dívidas com a Petrobras e BR, R\$ 1.211 milhões de contratos de confissão de dívidas e R\$ 236 milhões oriundos de empréstimos e financiamentos contratados para cobertura de déficit operacional de investimentos. v) Atualização monetária de passivos contingentes no montante de R\$ 550 milhões; vi) Atualização do Passivo Regulatório CVA que teve uma variação de 920,7% de 2015 para 2016, principalmente de atualização, no ano de 2016, do passivo regulatório CVA Energia no montante de R\$ 2,0 milhões e; vii) O aumento de outras despesas financeiras em virtude da atualização das dívidas vencidas (juros contratuais) com a controlada AmGT no montante de R\$ 56 milhões referente ao fornecimento de EE (CCVEs).

8.5 Receita (Despesa) Financeira

Descrição	Resultado Financeiro – R\$ mil		
	2016	2015	2016/2015 (%)
Acréscimo Moratório sobre Energia Vendida	81.689	55.093	48,27
Varição Monetária Líquida	2.985	15.593	-80,86
Multa s/Fornecimento e Suprimento de Energia	19.372	28.975	-33,14
Ganho/Perda de Avaliação Atuarial	1.982	1.321	50,04
Encargos de Dívidas	- 236.492	- 232.506	1,71
Encargos financeiros – arrendamento mercantil	- 303.381	- 273.391	10,97
Juros e Multas	387.426	580.598	-33,27
Atualização dos Fornecedores - CCC	- 1.878.660	- 1.410.532	33,19
Outras	-32.271	24.526	- 233,04
Total	- 1.957.350	- 1.210.593	61,69

O Resultado Financeiro Líquido em 2016 teve um aumento de 61,69% em relação ao ano de 2015 em virtude em função da atualização monetária do Direito a Receber da CCC. Os Contratos de Confissão de Dívidas - CCD celebrados em dezembro de 2014, cuja parcela não garantida pelo Fundo CDE está sendo suportada pelo caixa da Companhia, com a atualização da dívida pela taxa SELIC. Destacamos que a parte garantida pela CDE está sendo atualizada pela SELIC, neutralizando a parcela correspondente da dívida com a BR Distribuidora/Petrobras.

9. PESSOAS



9 PESSOAS

9.1 Composição da Força de Trabalho

A Empresa encerrou o ano de 2016 com 1.723 empregados em seu quadro próprio, contando ainda com 84 estagiários e 22 aprendizes. A tabela abaixo demonstra a evolução da força de trabalho própria da organização nos últimos anos:

Ano	Nº de Empregados Próprios
2012	2.279
2013	2.129
2014	2.110
2015	1.736
2016	1.723

9.2 Programa de Aprendizagem e Estágio

A Empresa manteve em 2016 os seus Programas de Aprendizagem e de Estágio, que tem por objetivo capacitar e proporcionar aos participantes a inserção no mercado de trabalho competitivo atual, cumprindo com as determinações contidas nas legislações que os regulamentam.

Em 2016 a organização realizou um *workshop* para seus jovens aprendizes, que abordou temas relacionados ao desenvolvimento profissional, bem como um *workshop* para seus estagiários, cujo objetivo foi retratar a postura profissional e o desenvolvimento do senso de responsabilidade e comprometimento com as competências exigidas no mercado de trabalho atual.

9.3 Educação Corporativa

Em 2016 a Empresa investiu mais de R\$ 1,4 milhões na educação de seus colaboradores, realizando 682 ações educacionais, que resultaram num total de 60.660 horas de treinamento, viabilizando aos colaboradores 2.698 oportunidades de participações em ações educacionais, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tipo de Ação	Nº de Ações Educacionais	Nº de Participantes	Total de Horas Treinadas	Investimento Total (R\$ Mil)
Externa	112	949	22.351	1.082
Interna	55	1491	28.142	28
UNISE	2	4	163	18
LUME	471	215	5.643	-
Projeto Energia +	11	6	375	35
Pós Graduação	25	25	3.684	199
Idiomas	6	6	302	9
Total	682	2.698	60.660	1.371

9.3.1 Ações Educacionais Internas

Das inúmeras ações educacionais internas realizadas em 2016, destacam-se as seguintes: i) Treinamento de recadastramento de consumidores. A ação contou com 108 participantes e um total de 6.048 horas de treinamento; ii) Workshop de gestores e fiscais de contratos, com 132 participantes e 528 horas treinadas; iii) Treinamento dos POPs e NR-35, com carga horária de 4.280 horas e 107 participantes; iv) Treinamento do sistema Oracle/Discoverer com participação

de 110 funcionários e 770 horas treinadas; e v) Programa de capacitação voltado para segurança do trabalho, com carga horária de 108 horas e 108 participantes.

9.3.2 Ações LUME

Foram ofertados treinamentos por meio da TV Corporativa das Empresas Distribuidoras da Eletrobras - LUME, tecnologia que combina vídeo aula e *web*. Essa ferramenta disponibiliza soluções efetivas em EAD (Educação à Distância), por meio de uma programação mensal de cursos de autodesenvolvimento, gestão corporativa e gestão pública.

A utilização da LUME além de aprimorar a formação e o desenvolvimento da força de trabalho da organização, contribuiu para a redução do PMSO da organização, visto que, os cursos realizados por meio dessa ferramenta evitaram gastos comuns em ações externas de treinamento, tais como: passagem, hospedagem, diárias, etc.

No ano de 2016, os cursos que tiveram maiores destaques entre os colaboradores foram: i) Atendimento eficiente ao cliente: introdução, com 192 horas treinadas; ii) Escrita para e-mails profissionais, com 511 horas treinadas; iii) Gestão eficaz do tempo, com 231 horas treinadas; iv) relacionamento interpessoal no trabalho I, com 240 horas treinadas; v) relacionamento interpessoal no trabalho II, com 258 horas treinadas.

9.3.3 Ações Educacionais Corporativas

Pela UNISE foram realizados os seguintes cursos: i) Formação de auditores - nível avançado; ii) MBA gestão de negócios; e iii) Treinamento de implantação do ProERP.

9.3.4 Ações Educacionais Específicas

No que tange às ações educacionais específicas realizadas em 2016 podemos destacar as seguintes atividades: i) Curso básico da NR-10 e SEP com 720 horas de curso para 9 colaboradores; ii) Curso de gestão tributária de convênios e contratos, totalizando 960 horas; iii) Reciclagem NR-10 e SEP totalizando 6.216 horas de treinamento; iv) Formação em coaching integrativo com 884 horas treinadas; v) Curso de gestão e fiscalização de contratos de distribuição de energia elétrica – CGCA, com 576 horas de curso; vi) Curso de projeções econômicas-financeiras no setor de energia elétrica – CPED com 480 horas treinadas; vii) Curso gestão e fiscalização eficiente de contratos administrativos, com 640 horas de treinamento; e viii) Curso da NR-35, com 1.872 horas treinadas.

9.4 Plano de Carreira e Remuneração – PCR e Sistema de Gestão de Desempenho – SGD

O Plano de Carreira e Remuneração - PCR, com foco em Competências e Resultados, está estruturado em quatro dimensões: Carreira, Cargos, Remuneração e Desempenho, além das bases conceituais e de informação que sustentaram toda a concepção do modelo.

O PCR é aplicado em conjunto com o SGD buscando canalizar os esforços das pessoas para o alcance de objetivos e resultados que garantam a rentabilidade, a sustentabilidade, a competitividade e a geração de valor.

Além disso, busca desenvolver as potencialidades dos empregados e subsidia os processos de Gestão de Pessoas, tais como crescimento na carreira, mobilidade, treinamento, desenvolvimento e gestão da qualidade de vida no trabalho.

O processo avaliativo abrange a Avaliação de Competências e Avaliação de Metas. A primeira consiste na Avaliação Individual de competências realizada pelo gestor com o empregado sob sua subordinação. A segunda refere-se ao resultado da Meta Empresarial, estipulada pelo CMDE e das Metas de Equipe monitoradas através do Programa Gestão à Vista.

O 4º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho diz respeito à avaliação de competências e resultados, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2015. No 4º Ciclo do SGD, 1.531 empregados foram avaliados, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Diretoria	Nº de Empregados Avaliados
Presidência	91
Diretoria de Gestão	116
Diretoria Comercial	132
Diretoria Financeira	38
Diretoria de Operação da Capital	275
Diretoria de Operação do Interior	800
Diretoria de Planejamento	79
Total	1.531

9.5 Benefícios e Bem-Estar Social

Em 2016 a empresa desembolsou R\$ 34,6 milhões para custear a saúde suplementar de seus beneficiários, que abrange a assistência hospitalar, médica e odontológica.

O Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - PPRS possui, aproximadamente, 8.177 beneficiários, sendo 1.723 titulares e 5.656 dependentes. O PPRS conta com 165 credenciados, compostos por profissionais qualificados, que prestam serviços de qualidade aos usuários do plano.

Além da garantia de atendimento no Estado do Amazonas, os beneficiários, por meio dos Convênios de Reciprocidades celebrados com a Boa Vista Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia S.A., E-Vida (Eletronorte), Eletros-Saúde, Eletrosul, Fachesf e Forluz, podem ser atendidos em todas as regiões do país.

Além do investimento em saúde, no quadro a seguir estão elencados outros benefícios oferecidos aos empregados e seus dependentes, bem como, os respectivos recursos aplicados:

Benefícios	Beneficiários	Custo (R\$ Mil)
Auxílio Academia	88	66
Auxílio-Creche	167	1.106
Auxílio-Educação (Escolar)	299	2.103
Auxílio-Educação (Superior)	12	217
Auxílio-Alimentação	(*)	25.617
Auxílio-Transporte	(*)	2.530
Auxílio Funeral	29	101
Auxílio Material Escolar	141	164
Total	-	31.904

(*) Benefício proporcionado a todos os colaboradores próprios da Empresa.

Visando contribuir para o bem-estar dos empregados, priorizando o desenvolvimento das suas potencialidades biopsicossociais, a Empresa desembolsou nos Programas de Qualidade de Vida

em torno de R\$ 270 mil, para desenvolver as seguintes ações: Campanha de Carnaval, Avaliação Psicossocial, Jogos Internos, Jogos do SESI, III Corrida Energia Saudável, Quick Massagem, Movimento "Energia do Bem", Programa "Sob Medida" (reeducação alimentar) e Programa Mais Vida (visita às agências do interior do Estado levando informações sobre benefícios, qualidade de vida e segurança do trabalho).

9.6 Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)

No ano de 2016 foram realizadas 44 inspeções em empregados próprios e 206 auditorias técnicas em SST nas empresas contratadas, gerando 29 relatórios de inconformidades enviados as áreas por meio de recomendação de segurança a fim de promover ações de correção e prevenir prejuízo à segurança dos empregados próprios e terceirizados. Foram realizadas visitas técnicas às Agências descentralizadas, onde foram inspecionados os ambientes laborais, áreas externas e áreas de armazenamento de inflamáveis das usinas termelétricas, que originaram relatórios de viagem e recomendações de segurança das não conformidades encontradas, posteriormente enviadas aos departamentos responsáveis. Mensalmente foram divulgados pela *Intranet* os informativos de segurança enfocando diversos temas, tais como: ambiente de trabalho organizado, riscos em máquinas e equipamentos, trabalho seguro, uso de EPIs, dentre outros.

Foram realizados vários treinamentos de CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), conforme Norma Regulamentadora NR-5 do MTE, tanto na Capital quanto nas Agências descentralizadas do interior do Estado do Amazonas. Foram acompanhadas diversas diligências periciais em insalubridade e periculosidade, oriunda de ações e demandas judiciais envolvendo empregos do quadro próprio e quadro de contratadas.

Em 2016 foi realizada a Campanha de Vacinação contra Gripe (H1N1), com a aplicação de 500 doses da vacina nos colaboradores da empresa.

A tabela abaixo mostra a evolução do número de acidentes, acidentes com afastamento e taxa de frequência no período de 2014 a 2016 envolvendo empregados do quadro próprio:

Discriminação	2016	2015	2014
Número de Acidentes	12	3	7
Acidentes com Afastamento	2	1	5
Taxa de Frequência	4,2	0,47	1,18

10. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

10 SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

10.1 Ações de Sustentabilidade

10.1.1 Programa de Equidade de Gênero e Raça

A Amazonas Energia é participante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça desde 2007, tendo recebido o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça nas 2ª, 3ª 4ª e 5ª edições do Programa. O programa de iniciativa do Governo Federal reafirma os compromissos de promoção de igualdade entre homens e mulheres. Em 2016, iniciou-se a execução o plano de ação da 6ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Política para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos, que consiste no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no ambiente empresarial. Este programa consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para redução das desigualdades de gênero e raça no ambiente corporativo. Destacamos as ações que foram desenvolvidas para o cumprimento do plano de ação:

i) DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Tem como objetivo refletir sobre a importância de conhecer e participar da elaboração de políticas públicas para fortalecer o empoderamento das mulheres. Realizado em março de 2016 na Unidade V8, contou com a presença de 145 participantes.

ii) DIA DO HOMEM

Realizado em julho de 2016, na Unidade V8, o evento contou com presença de 73 participantes e teve como temáticas a autoestima, cuidados com a saúde, cuidados domésticos e machismo (igualdade entre homens e mulheres), a partir de uma palestra motivacional do Pedagogo Antonio Matos.

iii) OUTUBRO ROSA

Realizado no período de 25 a 28 de outubro, a Campanha Outubro Rosa objetivou alertar as mulheres e colaboradores de forma geral sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce e propiciar canais informativos sobre o câncer de mama, promover hábitos saudáveis de vida e cuidados que auxiliem na prevenção e/ou no diagnóstico precoce da doença.

Para promover essas reflexões, várias ações foram feitas, como o uso de iluminação rosa e faixas em unidades da empresa; uso de papel de parede para computadores referentes à Campanha; convidamos os/as colaboradores/as a vestirem rosa e tirarem fotos de suas equipes para divulgar nos canais de comunicação interna; abordagem lúdica com os colaboradores no ambiente de trabalho, com visita de atores caracterizados (grupo de teatro) às salas de algumas unidades da Empresa para fazerem abordagem sobre a Campanha, distribuindo material informativo; fixação de cartazes sobre o assunto nas unidades da empresa e distribuição de material informativo, e palestra sobre o assunto por médico Mastologista da Fundação CECON na Sede II, no dia 28 de outubro de 2016, com a presença de 115 participantes. Durante a Campanha foram oferecidos serviços de massoterapia, fisioterapia e acupuntura, tendo sido feitos 61 atendimentos.

iv) NOVEMBRO AZUL

Realizado no período de 21 a 25 de novembro de 2016 a Campanha Novembro Azul, teve como objetivo alertar os homens e colaboradoras de forma geral sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce e propiciar canais informativos sobre o câncer de próstata, promover hábitos saudáveis de vida e cuidados que auxiliem na prevenção e/ou no diagnóstico precoce da doença. Para promover essas reflexões, várias ações foram feitas, como o uso de iluminação azul e faixas em unidades da empresa; uso de papel de parede para computadores referentes à Campanha; convidamos os/as colaboradores/as a vestir azul e tirarem fotos para divulgação nos canais de comunicação interna; distribuição de material informativo (cartazes e folders). Realização de palestras sobre o assunto por especialistas no V8, Cidade Nova, Sede II e Flores,

que contou com um total de 213 participantes. Foram ainda oferecidos serviços de massoterapia, fisioterapia e acupuntura, tendo sido feitos 45 atendimentos.

v) CAMPANHA 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Realizada Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres com publicação de informativos via Outlook sobre as datas que compõem essa Campanha.

10.1.2 Projeto de Coleta Seletiva

Em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006, a empresa desenvolve esse projeto que objetiva a redução do descarte de materiais reciclados. A Comissão de Coleta Seletiva, criada em 2013, é responsável pela implantação e supervisão da separação dos resíduos recicláveis descartados nas unidades da Companhia, bem como, pela divulgação semestral dos resultados dessas ações. A nova comissão de Coleta seletiva, criada pela portaria 005/2016, ficou responsável pela implantação e supervisão da separação dos resíduos recicláveis na unidade da Companhia, bem como, pela divulgação semestral dos resultados das ações desenvolvidas no âmbito da empresa. Foi feito o lançamento do edital para habilitação de Associações de Catadores, cuja publicação foi realizada no dia 16/07/2016 no Diário do Amazonas e Jornal A Critica, com o calendário para entrega de documentação, análise e resultado final. Em novembro, as associações habilitadas participaram da audiência pública na qual houve um sorteio para determinar a ordem de início de trabalho de cada associação. Ao longo do ano de 2016 a associação ARPA apoiava a Comissão de Coleta Seletiva, coletando o material reciclável em todas as unidades da companhia em Manaus/AM.

10.1.3 Projeto Consumo Consciente

Consiste no desenvolvimento de ações educativas direcionadas ao público interno e externo que objetivam o consumo consciente, contribuindo para as mudanças de hábitos e reduzindo os impactos ambientais e desgaste do meio ambiente. Além disso, é realizado o levantamento periódico de informações sobre o consumo de água, energia elétrica e papel por unidade da Companhia que são divulgadas aos colaboradores com dicas de redução do consumo. Entre as ações desenvolvidas podemos citar: a divulgação de datas importantes, como Dia Mundial do Meio Ambiente, Dia do Consumo Consciente, etc., atividades de conscientização do público interno e externo, palestras e exposições dos Projetos Ambientais; exposição da casa de eficiência energética, distribuição de cartilhas e informativos, realização interna da Blitz da Energia. Em 2016 o tema consumo consciente foi incluído no projeto Portas Abertas, junto com outros temas como segurança na rede elétrica, dicas de consumo de energia e geração de energia limpa. Foram realizadas palestras de conscientização em cinco escolas públicas localizadas no entorno da empresa e contou com a participação de, aproximadamente, 1.500 alunos. Também participamos como convidados de eventos como Dia do Meio Ambiente ocorrido no Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS onde foram dadas informações de Consumo Consciente para mais de 250 alunos; Ação Social na Comunidade Mundo Novo com 40 pessoas atendidas; Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho realizado na Empresa SUMIDENSO com mais de 300 colaboradores sendo orientados sobre uso e consumo seguro de energia e Semana da Cidadania realizada na empresa Moto Honda da Amazônia beneficiando mais de 50 pessoas com a exposição da Casa Eficiência Energética.

10.1.4 Ações voltadas para a comunidade

Em 2016, a Empresa realizou as seguintes ações e projetos voltados para a comunidade:

i) Programa de Combate à Violência Sexual Infantil e Juvenil

A Campanha de Combate à Exploração Sexual Infantil e Juvenil foi aprovada por meio da Resolução nº 114/2014 de 29/07/2014. Com a aprovação do Plano de ação pela Diretoria Executiva da Empresa, algumas ações foram executadas, como: evento alusivo ao dia de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes; Livro de manifesto possibilitando coletar assinatura dos colaboradores que aderiram à campanha; Aprovação da Política de

Responsabilidade Social que trata sobre as Diretrizes - Práticas de Trabalho, itens 4.2.2 - *Combater a exploração sexual infanto-juvenil, o trabalho análogo ao escravo, o assédio moral e sexual em todas as instâncias e qualquer tipo de discriminação, intimidação e constrangimento.* O objetivo da campanha é esclarecer sobre a importância da prevenção, incentivando a denúncia contra atos que caracterizem exploração sexual ou trabalho infantil. Outros fatores importantes foram a inserção na Cláusula de Responsabilidade Social nos novos contratos de atividades produtiva, coibindo qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como a inserção nas faturas de energia elétrica, a partir do Protocolo de Intenções e Realizações celebradas entre o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e a Eletrobras Distribuição Amazonas, alertando os consumidores para denunciar por meio do Disque 100 dessas práticas abusivas.

ii) Parceria UNICEF

Em 2016 o trabalho desenvolvido pela empresa com a UNICEF teve como foco a temática "Construindo uma cultura de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes", em que 160 crianças e adolescentes foram informadas sobre diversos assuntos relacionados ao tema: como o histórico do programa, porque devemos falar de violência, o previsto no artigo 227 da Constituição da República de 1988, como agir em casos de violência, os canais de denúncia, dentre outros. Dentro dessa ação foram realizadas palestras objetivando a difusão do conhecimento sobre preservação do meio ambiente, consumo consciente de energia, descarte correto e conservação do sauím de coleira. Esta ação contou, também, com as parcerias do Instituto Soka, Centro de Estudos e Projetos Ambientais do Amazonas (CEPEAM), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Sociedade de Conservação da Vida Silvestre (WCS Brasil) sob a coordenação da Assessoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Eletrobras Distribuição Amazonas.

iii) Projeto Pesca Sustentável

Em 2016 foram iniciadas as negociações para a implantação do projeto de um **Centro Comunitário de Produção – CCP Pesca Sustentável**, que prevê a conjugação de esforços e o repasse de recursos para a aquisição e instalação de materiais e equipamentos necessários à implantação de um CCP para processamento de pescado em uma embarcação de 23,5m x 8,5m, com sede no município de Carauari, estado do Amazonas, e atendendo também comunidades pesqueiras ao longo do rio Juruá. Foi elaborado o projeto com o orçamento e demais informações necessárias à execução dessa atividade que visa gerar renda para comunidades carentes por meio do uso produtivo de energia elétrica. Foram realizadas reuniões entre os parceiros com a definição dos próximos passos para a execução do projeto. A implantação do CCP junto à **Associação dos Produtores Rurais de Carauari - ASPROC**, formada por pescadores de base familiar, irá possibilitar o beneficiamento de sua produção, respeitando-se as boas práticas de fabricação e, conseqüentemente, a qualidade que o mercado exige.

iv) Projeto de Intervenção nas Comunidades

A Eletrobras Distribuição Amazonas em parceria com o Conselho de Consumidores de Energia Elétrica, Lideranças Comunitárias e Associação das Donas de Casa da Cidade de Manaus – ADCEA promoveram no mês de junho, 4 (quatro) eventos socioeducativos nas zonas habitacionais da Cidade de Manaus, oportunidade em que Rodas de Conversas foram oferecidas com os temas: Consumo Consciente; Abordagem sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; Programa de Prevenção à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e Ofertas de Prestação de Serviços Diversos da Concessionária de Energia Elétrica. Participaram das atividades cerca de 120 pessoas.

O objetivo do Projeto é expor os serviços oferecidos pela empresa aos líderes formadores de opinião e as donas de casa, de modo que estes adotem mudanças de hábitos e de atitudes, em favor de novos valores sociais, dar maior visibilidade ao **Conselho de Consumidores de**

Energia Elétrica enquanto espaço de representatividade dos segmentos que o constituem, em especial a classe residencial e, criar uma atmosfera favorável a um bom relacionamento entre Empresa, Conselho de Consumidores e moradores das comunidades envolvidas.

v) Projeto “Horta Comunitária de Silves”

No dia seis de dezembro de 2016 completou-se dois anos da assinatura do Termo de Compromisso realizado entre a Eletrobras Distribuição Amazonas e a Associação Solidariedade Amazonas, do projeto Horta Comunitária de Silves, implantado com o objetivo de gerar renda a comunidades carentes através do uso produtivo da energia elétrica. Em visitas técnicas para verificação, acompanhamento e monitoramento dos resultados obtidos, houve constatação de progresso no aspecto social e econômico, já se percebendo entre os participantes do projeto, uma significativa melhoria no seu padrão de vida, como a reforma de suas casas, aquisição de bens eletroeletrônicos e a utilização em suas propriedades, dos conhecimentos técnicos de plantio e manejo adquirido no processo de capacitação. Essas capacitações foram fornecidas pela Eletrobras Distribuição Amazonas e também pela Associação Solidariedade Amazonas, parceira do projeto, beneficiando 20 famílias.

O objetivo do Projeto Horta Comunitária foi uma forma de geração de trabalho e renda encontrada pela distribuidora, para tentar reduzir ou eliminar a carência social e econômica estimulando ou permitindo que as comunidades formadas por pessoas de baixa renda, atendidas por iluminação elétrica fornecida pela distribuidora, iniciassem seus próprios negócios, dirigidos ao mercado ou para sua subsistência, de forma cooperada, associada ou individualmente, aumentando a demanda de trabalho e elevando o nível de ocupação. Nesses dois anos foram colhidos mais de 15.000 quilos de pimentão, mais de 4.500 pés de alface, mais de 2.000 quilos de tomate e mais 1.000 quilos de repolho gerando uma renda de aproximadamente 70 mil reais, de onde foi tirada uma parcela para aquisição de insumos para continuidade do projeto e o restante distribuído entre os participantes dos projetos.

A empresa participou, também, de reuniões sobre o projeto Unidade de Observação de Material Propagativo de Cafeeiro Conilon BRS Ouro Preto, exclusivamente para viveirista com habilitação para cafeeiro, visando à produção e comercialização de mudas clonais. Desenvolvida pela Embrapa Rondônia em parceria com o Consórcio Pesquisa Café, essa variedade pode impulsionar a competitividade na Amazônia, com a criação de outras Unidades de Observação e pólos cafeeiros. A produtividade média do café é de 16 sacas/ha, mas a nova cultivar apresenta potencial de 70 sacas beneficiadas por hectare em lavouras de sequeiro, podendo chegar a 110 sacas com irrigação. O café Conilon BRS Ouro Preto tem grãos com maior uniformidade de maturação, peneira média acima de 14, apresenta rendimento no beneficiamento acima de 52% e possui tolerância à ferrugem alaranjada. Esse projeto irá até março de 2017, mas, já sinalizado, a extensão dessa data até que se completem todos os estudos previstos para nossa região. Nessa extensão foi verificada a inclusão, como parceiro do projeto, da Eletrobras Distribuição Amazonas. Nossa participação seria nas construções de poços artesianos e da casa de mudas que irão beneficiar os membros da Associação. A Embrapa Amazonas e o IDAM Silves, elaborarão os projetos que serão colocados para nossa apreciação na viabilidade de execução.

vi) Ação Global

Em 07 de julho de 2016, na sede da Federação das Indústrias do Amazonas – FIEAM, a Eletrobras Distribuição Amazonas recebeu Certificado do Serviço Social da Indústria - SESI pela participação no evento da Ação Global/2016. A Empresa participou do evento no dia 21 de maio de 2016 na Sede da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, município de Presidente Figueiredo/AM, realizando serviços de educação em consumo consciente; atendimento comercial; exposição da casa de eficiência energética; apresentação dos projetos socioambientais. Ao todo foram feitos 205 (duzentos e cinco) atendimentos, sendo 80 para homens e 125 para mulheres. A Eletrobras Distribuição Amazonas também distribuiu 250 (duzentas e cinquenta) cartilhas informativas e apresentação da Casinha de Eficiência Energética.

A Ação Global é uma iniciativa do SESI em Parceria com a Rede Globo, realizada simultaneamente em todo o Brasil e que tem como objetivo atingir a população menos favorecida. A efetivação da Ação Global só é possível através da mobilização de vários parceiros. Um mutirão de serviços essenciais, integrados e gratuitos nas áreas de cidadania, saúde, educação, lazer, esporte e cultura, promovidos por voluntários de diversas áreas.

10.2 Ações de Meio Ambiente

10.2.1 Licenciamentos Ambientais

Visando a obtenção das licenças ambientais para a expansão do Sistema de Transmissão no nível de tensão de 138 e para ampliação da geração de energia no Estado do Amazonas, foram elaborados diversos estudos ambientais, dentre os quais: Relatório Ambiental Simplificado – RAS, Estudo de Gerenciamento de Risco, Investigação Confirmatória e Detalhada de Contaminantes. O quadro a seguir apresenta um resumo das Licenças Ambientais e Autorizações obtidas durante o ano de 2016:

Discriminação	Quantidade
Licenças Prévia	6
Licenças de Instalação	2
Licenças de Operação	26
Alvará de Construção / Terraplanagem	2
Autorizações	0
Certidão de Viabilidade Ambiental	0
Certidão de Informação Técnica de Uso do Solo	0
Total	36

10.2.2 Auditoria, Recuperação e Preservação Ambiental

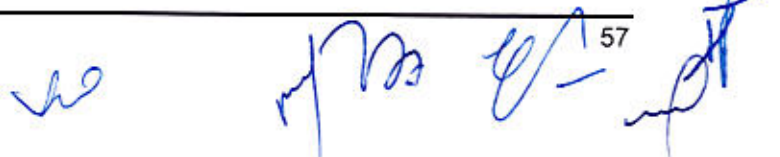
Em 2016 foram adotadas ações para a melhoria do desempenho ambiental nas Usinas Termelétricas da Amazonas Energia. Foram realizadas 14 Inspeções Ambientais nas usinas termelétricas, onde foram realizados treinamentos e ministradas orientações aos operadores das usinas, sobre a aplicabilidade de 10 instruções técnicas operacionais. Foram também realizadas vinte ações de contingência ambiental, com a realização de limpeza e remoção de solo com contaminantes. Tais ações culminaram com a manutenção do baixo quantitativo de multas e passivos ambientais.

10.2.3 Programas e Projetos Ambientais

i) Projeto Logística e Manufatura Reversa

O objetivo do projeto é promover a alienação ambientalmente sustentável para empresas recicladoras certificadas, dos medidores obsoletos substituídos da rede de distribuição de energia elétrica por meio do Projeto Energia +. De modo a evitar que esses equipamentos retornem de forma clandestina à rede de distribuição ou que tenham parte de seus componentes descartados em lixões, os componentes desses materiais, como o alumínio, cobre, plástico e ferro retornaram à cadeia produtiva como matéria prima para a fabricação de novos materiais/equipamentos.

O objetivo secundário do projeto é capacitar às equipes internas para o procedimento de alienação dos materiais inservíveis retirados da rede de distribuição, para empresas recicladoras, devidamente certificadas ambientalmente. No ano de 2016 foi realizado o Leilão nº 01/2016 com a alienação à empresa Marcos Geovani Marques – ME de 70.000 (setenta mil) medidores de energia elétrica, gerando uma renda de R\$ 73.500,00 (setenta e três mil e



57

quinhentos reais). Foi realizada uma visita de inspeção técnica na recicladora Marcos Geovani Marques – ME, localizada em Guaxupé/MG, na qual foi apresentada a documentação de registro da empresa nos órgãos competentes, bem como, a estrutura física e funcional para a reciclagem de materiais. Foram emitidos os certificados de destinação final dos medidores entregues à recicladora, atestando que após a desmontagem dos equipamentos, houve a separação dos componentes, sendo cada um deles destinado como matéria prima à indústria de transformação.

Por meio das ações do projeto, a Eletrobras Distribuição Amazonas recebeu o Prêmio Socioambiental Chico Mendes, edição 2016, sendo autorizada a utilizar o “Selo Verde”. A partir das ações do projeto foram inseridos na cadeia da logística e manufatura reversa outros bens considerados inservíveis, como pneus, transformadores de potência e de tensão, dentre outros. Com isso, a Eletrobras Distribuição Amazonas vem promovendo ações que visam o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos gerados nas suas atividades, por meio de práticas que promovem o desenvolvimento sustentável.

ii) Programa de Monitoramento e Destinação Final de Resíduos

Foram descartados adequadamente, em 2016, em atendimento à legislação ambiental vigente, 3.443 m³ de efluentes oleosos, que inclui óleo lubrificante usado ou contaminado (1.870 m³), água contaminada com óleo (1.446 m³), borra oleosa (5 m³), resíduos provenientes do sistema separador de água e óleo (122 m³) e 549 toneladas de resíduos sólidos contaminados com resíduos oleosos e outros contaminantes, como filtros de óleo, filtros de ar, estopas e outros resíduos gerados nas usinas térmicas e subestações. Os resíduos foram coletados por empresa credenciada junto ao órgão ambiental, sendo emitidos os correspondentes Manifestos para Transporte de Resíduos Perigosos (MTRs) e seus respectivos certificados de destinação final, os quais são apresentados ao órgão ambiental para renovação da licença ambiental dos empreendimentos da concessionária.

iii) Programa de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa

No Ano de 2016 o Projeto de Mudanças Climáticas foi incluído no portfólio do Escritório de Projetos (EGP) por recomendação da Eletrobras Holding. O Projeto teve início com o Termo de Abertura do Projeto (TAP) com indicação de novas metas de redução para o período 2016-2019 (3% o uso de combustíveis fósseis móveis - veículos rodoviários de controle direto da empresa; 5% o consumo próprio de energia elétrica; 5% o consumo próprio de água), levantamentos de dados de consumo, criação da Estrutura Analítica de Projetos (EAP) e levantamento das partes interessadas. No segundo semestre de 2016 houve interrupção do projeto pela Eletrobras Holding, devido às mudanças na Diretoria de Distribuição, e descontinuidade pela Diretoria da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., visto o atual cenário financeiro nas empresas de Distribuição.

A redução de consumo de energia elétrica e água, observada no ano de 2016, deu-se em decorrência da transferência de ativos para a Eletrobras Amazonas G&T.

Consumo	2016	2015	2014	2013	2012	Variação (%)			
						13/12	14/13	15/14	16/15
Energia - MWh	6.404	13.514	14.154	13.920	14.043	-0,9	1,7	-4,5	-52,6
Combustível – m ³	509.364	542.664	554.014	497.812	542.655	-8,3	11,3	1,6	-6,1
Água – m ³	15.961	16.048	18.985	-	-	-	-	-15,5	-0,5

iv) Projeto Semana do Meio Ambiente

A Empresa realizou no período de 06 a 10 de junho, a Semana do Meio Ambiente 2016, com uma programação diversificada com ações socioambientais internas e externas. O evento teve por objetivo esclarecer sobre a importância da gestão de resíduos sólidos e consumo consciente, incentivando a prática de atitudes saudáveis, utilizando os recursos naturais visando a

sustentabilidade das futuras gerações. A semana contou com eventos diversos, como uma palestra realizada no município de Coari sobre “gestão de resíduos sólidos e consumo consciente” para mais de 300 alunos da Escola Estadual Prefeito Alexandre Montoril e também para colaboradores da agência da localidade. No decorrer da semana, foram realizadas apresentações teatrais com o tema de meio ambiente nas unidades da empresa: Sede I, Sede II, Flores, V8 e 10 de Julho; Feira de Exposição de produtos reciclados no hall de entrada da Sede I; apresentação cultural pelo grupo “Curumim na Lata” que trabalha com a formação de músicos a partir da utilização de instrumentos produzidos com materiais reciclados. Cerca de 40 alunos das escolas estaduais “Monteiro de Souza” e “Machado de Assis” participaram de uma programação especial durante a Semana do Meio Ambiente, sendo levados para uma visita guiada pelos técnicos da Assessoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, no Bosque da Ciência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), onde viram de perto exemplares da fauna e da flora da região e aprenderam sobre a ecologia e meio ambiente.





v) Projeto Internalização dos Manuais Ambientais

Em 2016, foram realizados dois Workshops de Manuais Ambientais: Workshop de Internalização dos Manuais Ambientais de Gestão de Resíduos Perigosos, no dia 30 de agosto de 2016, com Treinamento “in loco” na UTE Flores e Treinamento “in company”, na Sede II; e Workshop de Internalização do Manual Ambiental de Gestão dos Resíduos Sólidos, no dia 25 de outubro, com treinamento “in loco” no Almoxarifado de Flores. Nessa etapa os colaboradores participantes puderam aprimorar na prática os conhecimentos sobre Resíduos Sólidos, com cenário real de disposição de resíduos. No período da tarde, o treinamento foi realizado no Auditório Branco, na Sede II. A Consultora e Auditora Líder em Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001), Engenheira Ambiental e de Segurança do Trabalho, Cheila Oliveira foi a responsável pela capacitação nos dois eventos. Esses manuais visam o aprimoramento de procedimentos técnicos voltados à redução de impactos ambientais nas atividades da empresa, propiciando a melhoria dos indicadores ambientais e da imagem da empresa perante a sociedade.

vi) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

No ano de 2016 foi executado, no interior, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas das Usinas de Itacoatiara (7.000 m² de área recuperada) e na capital ocorreu o monitoramento do PRAD da Linha de Transmissão Cachoeira Grande - Compensa, onde o projeto foi elaborado para mitigar os impactos causados na implantação do empreendimento no Parque Municipal do Mindu e no Corredor Ecológico do Mindu.





59

11. GESTÃO

[Handwritten signature]

11 GESTÃO

11.1 Orientações Estratégicas e Direcionamentos

No exercício de 2016, a Amazonas Energia não deu continuidade aos Planos de Negócios e de Resultados, bem como, não foi trabalhado nas EDE a questão do Planejamento Estratégico.

11.1.1 Visão, Missão e Valores

As orientações de caráter estratégico da Amazonas Energia fazem parte do Grupo Eletrobras, quais sejam:

Visão das Empresas Eletrobras: "Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores Companhias do setor elétrico."

Missão: "Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável."

Valores: "Foco em resultados, Empreendedorismo e Inovação, Valorização e Comprometimento das Pessoas, Ética e Transparência".

11.2 Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa baseia-se nos princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo entre suas principais características a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes, nos mais altos níveis de padrões profissionais e éticos referentes à condução dos negócios da Companhia.

A Companhia busca o desenvolvimento sustentável por meio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de seus empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os seus acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

11.2.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu no dia 28 de abril de 2016, ocasião em que foi aprovado o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2015, além da destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a fixação da remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia. Destacamos, ainda, 02 (duas) Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas nos dias 25/07/2016 e 17/08/2016, respectivamente.

A primeira tratou da assinatura de Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, ANEEL n.º 020/2001, da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., a ser firmado com o Ministério de Minas e Energia (MME), para atendimento a todos os municípios do estado do Amazonas, na qual deliberou pela decisão proferida na 165ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras, realizada no dia 22/07/2016, qual seja: 1) Reprovar a assinatura de Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, n.º Aneel 020/2001, nos termos do Decreto n.º 8.461 de 02 de junho de 2015, do Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica n.º 3.540, de 20 de outubro de 2015, da Medida Provisória n.º 706/2015, de 28 de dezembro de 2015, do Despacho sem número do MME, de 28 de dezembro de 2015 e da Minuta de Instrumento Contratual divulgado pela Aneel.

A segunda tratou da eleição de Conselheiro de Administração da Amazonas Energia, na qual deliberou pela eleição do Senhor Luiz Henrique Hamann para compor o Conselho de Administração da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., em substituição ao Senhor Marcos Aurélio Madureira da Silva, para cumprir o mandato remanescente, iniciado em 28/04/2016, e a encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária de 2017.

11.2.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão Colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na Lei e no Estatuto Social da Companhia, reuniu-se 35 vezes durante o ano de 2016.

Em 17/08/2016 houve a eleição do Senhor Luiz Henrique Hamann, para exercer, a partir de desta data, a Presidência do Conselho de Administração da Companhia, até a realização da primeira Assembleia Geral. A partir de 01/11/2016, o Senhor Antônio Carlos Faria de Paiva renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

O Colegiado é composto por seis membros, sendo que dentre eles um é o Diretor-Presidente da Companhia. Outro é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e os demais são eleitos na forma do Estatuto Social, respeitadas as disposições legais pertinentes, conforme segue:

Membros	Representação
Luiz Henrique Hamann (Presidente)	Eletrobras
Antônio Carlos Faria de Paiva	Eletrobras
Willamy Moreira Frota	Ministério de Minas e Energia (MME)
Janete Duarte	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Robésio Maciel de Sena	Ministério de Minas e Energia (MME)
Lincoln Robert da Costa Souza	Conselheiro eleito pelos Empregados

11.2.3 Conselho Fiscal

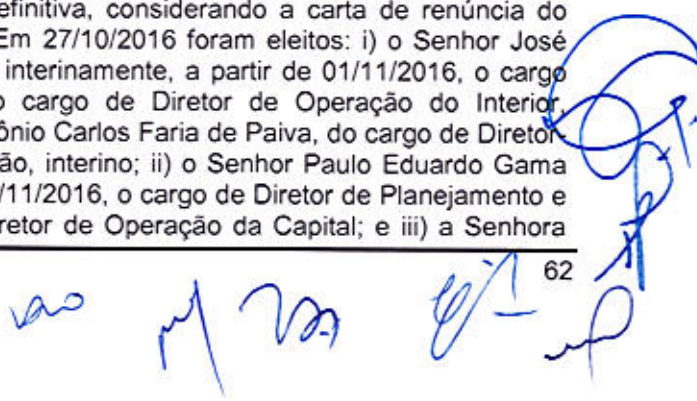
O Conselho Fiscal, órgão Colegiado, de caráter permanente, composto por três membros titulares e suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), cujo mandato é de um ano, podendo ser reeleitos, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, respeitado o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº. 757, de 19 de fevereiro de 1993, todos brasileiros e domiciliados no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em 2016, o Conselho Fiscal reuniu-se 13 vezes, para fiscalizar os atos dos administradores da Companhia, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, assim como, pronunciar-se sobre os assuntos de sua competência, sendo composto pelos seguintes membros:

Membros	Representação
Dalton José de Oliveira (Presidente)	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.(Eletrobras)
Francisco de Assis Duarte de Lima	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.(Eletrobras)
Krisjanis Figueiroa Bakuzis	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

11.2.4 Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação. Reuniu-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente. No ano de 2016 foram realizadas 61 reuniões, objetivando assegurar o funcionamento regular da Companhia.

Em 17/06/2016 foi indicado o Senhor Antônio Carlos Faria de Paiva, para exercer, interinamente, o cargo de Diretor de Planejamento e Expansão da empresa, cumulativamente, com o cargo de Diretor-Presidente, a partir desta data, até a realização da reunião do Conselho de Administração para decidir a substituição definitiva, considerando a carta de renúncia do Senhor Marcos Vinícius de Almeida Nogueira. Em 27/10/2016 foram eleitos: i) o Senhor José Francisco Albuquerque da Rocha, para exercer interinamente, a partir de 01/11/2016, o cargo de Diretor-Presidente, cumulativamente com o cargo de Diretor de Operação do Interior, considerando a carta de renúncia do Senhor Antônio Carlos Faria de Paiva, do cargo de Diretor-Presidente e Diretor de Planejamento e Expansão, interino; ii) o Senhor Paulo Eduardo Gama Maciel para exercer interinamente, a partir de 01/11/2016, o cargo de Diretor de Planejamento e Expansão, cumulativamente com o cargo de Diretor de Operação da Capital; e iii) a Senhora



Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira, para exercer interinamente o cargo de Diretora de Gestão, cumulativamente com o cargo de Diretora Comercial, a partir de 28/10/2016, em substituição ao Senhor Renato de Oliveira Guerreiro, destituído pelo Conselho de Administração. Em 15/12/2016 foi eleito o Senhor Valdeni Batista Milhomens, para exercer o cargo de Diretor de Gestão, a partir de 19/12/2016, em substituição à Senhora Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira que estava interinamente no cargo.

A Diretoria Executiva encerrou o exercício social de 2016, composta pelos seguintes membros:

Membros	Diretoria
José Francisco Albuquerque da Rocha (interinamente)	Presidência
Paulo Roberto dos Santos Silveira	Financeira
Valdeni Batista Milhomens	Gestão
Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira Noronha	Comercial
Paulo Eduardo Gama Maciel (interinamente)	Planejamento e Expansão
Paulo Eduardo Gama Maciel	Operação da Capital
José Francisco Albuquerque da Rocha	Operação do Interior

11.3 Auditoria

11.3.1 Auditoria Interna

A Auditoria Interna encontra-se vinculada ao Conselho de Administração e tem como função geral a execução de atividades inerentes à natureza e especialização de auditoria, segundo os padrões usuais aplicáveis, visando avaliar a adequação e a efetividade dos métodos e sistemas de controle interno, estabelecidos nos planos e políticas da Administração Superior da Companhia e a observância dos princípios, orientações, normas e legislação emanadas dos Organismos Externos de Controle e Fiscalização e dos Poderes da União.

Conforme estabelecido em seus normativos, a Auditoria Interna atua com independência hierárquica e funcional das áreas auditadas, tendo acesso a toda e qualquer informação, arquivo ou dependência da empresa. A execução de suas atividades está sob a coordenação do gerente, função de confiança.

11.3.2 Atividades de Controle Interno

As ações de auditoria interna da Amazonas Energia previstas para o exercício de 2016 constaram no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2016, aprovado pelo Conselho de Administração por intermédio da Deliberação n. 066/2015, de 16/12/2015.

Em síntese, as principais atividades previstas e realizadas no exercício, foram assim distribuídas: i) Auditoria de Processos - Foram realizados os 12 testes previstos nos diversos processos da empresa conforme programado no PAINT/2016, que demandaram uma carga horária de 6.815 horas, equivalentes a 29% das horas realizadas pela unidade de Auditoria no exercício, ii) Auditoria de Agências - Foram realizados testes nas 10 Agências previstas no PAINT/2016 - sede dos municípios e localidades - consumindo 3.993 horas, equivalente a 17% das horas efetivas realizadas e iii) Trabalhos Especiais – Além dos trabalhos programados no PAINT/2016, foram realizados a pedido da Administração trabalhos especiais (não programados) que somaram a carga horária de 655 horas, equivalente a 3% das horas efetivas realizadas.

As demais horas realizadas pela equipe de Auditoria Interna foram empregadas em atividades como: análises de auditoria solicitadas pela Alta Administração e Conselhos de Administração e Fiscal; certificação de processos - Lei Sarbanes Oxley – SOX; atendimento às diligências e follow-up - TCU, CGU, Eletrobras e Auditoria Externa; treinamento para auditores; ações de desenvolvimento institucional da Auditoria Interna; processo de prestação de contas anual; elaboração do PAINT/2017 e RAIN/2016; atividades de apoio ao gerenciamento da Auditoria e atividades de apoio administrativo.

Cabe ressaltar ainda, que ao longo do exercício, a Auditoria Interna efetuou o acompanhamento das ações promovidas ou não pelas diversas áreas auditadas em relação às recomendações e sugestões destacadas nos seus relatórios, dando conhecimento às Diretorias e Conselhos, mediante relatórios gerenciais emitidos mensalmente. Considerando o cumprimento das atividades previstas, nossa avaliação é positiva em relação aos resultados alcançados no exercício de 2016, apesar de algumas recomendações da Auditoria Interna ainda não estarem atendidas pelas áreas.

11.3.3 Acompanhamento das Ações Pelos Órgãos de Controle Externo

No decorrer do exercício de 2016, no que concerne à atuação de organismos governamentais de fiscalização, observou-se marcante atuação do TCU e CGU/AM.

Todos os processos relativos ao TCU foram acompanhados pela Empresa, inclusive o processual. Periodicamente, são expedidos relatórios à alta Administração informando, resumidamente, a situação atualizada de cada processo em tramitação no Órgão de Controle Externo, objetivando, nos casos em que couber prestar informações tempestivas de defesa em relação às não conformidades apontadas.

Quanto à CGU/Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, cabe destacar que no exercício de 2016, o Órgão realizou além das demais diligências, a Auditoria Anual de Contas, correspondente ao exercício de 2015, que culminou com a expedição do Relatório n. 201601646, de 1/9/16. Destaca-se que a Amazonas Energia apresentou tempestivamente à CGU um Plano de Providências Permanente específico para cada uma das constatações do mencionado Relatório, objetivando a remediação das impropriedades apontadas.

11.4 Lei Sarbanes-Oxley – SOX

A Eletrobras, por ter títulos mobiliários negociados no mercado financeiro dos Estados Unidos, mais especificamente na bolsa de valores de Nova Iorque, está sujeita às obrigações impostas pela SOX, incluindo todas as Companhias sob seu controle.

Uma das obrigações estabelecidas na legislação americana trata-se das informações econômicas financeiras contidas nos Demonstrativos Contábeis, exigindo que as Companhias adotem sistemáticas de documentação e de controles internos para seus processos que dão origem aos números que irão compor os relatórios apresentados aos interessados (acionistas, mercado financeiro, fornecedores, etc.).

Para tanto está em desenvolvimento o Projeto SOX, que é composto das seguintes fases: Fase 1 (Planejamento geral do projeto, compreensão da definição de controle interno, organização da equipe de trabalho e avaliação do controle interno no nível da entidade); Fase 2 (Compreensão e avaliação dos controles internos em nível de processo, transação ou aplicação); Fase 3 (Avaliação da eficácia de forma geral, identificação de pontos a serem aprimorados e estabelecimento de sistemas de monitoramento e certificação da administração sobre os controles internos).

Os processos considerados relevantes e que são objeto de adequação à Lei Americana, são selecionados em função da materialidade das principais contas contábeis da Companhia, mediante procedimento específico. Quanto às atribuições de execução do Processo SOX na Amazonas Energia, a Auditoria Interna é responsável pela coordenação das atividades dos testes da administração dos processos e pelas atividades de apoio aos testes de certificação do Auditor Externo, ficando as fases de mapeamento de processos e remediação de gaps, sob a responsabilidade da Gerência de Riscos Corporativos, Seguros e Controles Internos – PRRC.

De acordo com a revisão de materialidade dos processos, a Amazonas Energia trabalhou 28 processos relevantes no escopo SOX do exercício de 2016, quais sejam:

Processos obrigatórios: (i) 23 (vinte e três) são da área de Negócios: **CCC3** – Gestão para o Recebimento do Reembolso da CCC, **CPR1** - Compra de Energia (Longo Prazo) / PROINFA / Uso da Rede Elétrica, **CPR2** – Compra de Energia (Curto Prazo), **CTB1** – Lançamentos Manuais, **CTB2** - Reconciliação/Análise de contas - Fechamento contábil mensal, **CTB3** - Preparação das Demonstrações Financeiras / Trimestral e Balanço Anual, **CTB5** – Provisões, **CTB6** – Partes Relacionadas, **CTG1** – Gestão do Contencioso, **EMP2** – Empréstimos e Financiamentos Obtidos, **FIN2** - Recebimento (todas as naturezas e PCLD), **FIN3** – Pagamentos (Todas as Naturezas), **FIN6** – Operações com derivativos embutidos, variação cambial e juros, **IMZ1** – Controle Patrimonial, **IMZ3** – Impairment e Contrato Oneroso, **MAT3** - Compras Convencionais e de Combustível/Contratos de Serviços/Gestão de Fornecedores/Recebimento, **PRC1** – Previdência Complementar, **REC1** - Venda de Energia, **REC2** - Faturamento de Energia, **RHM1** – Gestão de folha de Pagamento, **TBT1** - Apuração e Obrigações Acessórias (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), **TBT2** - Apuração e Obrigações Acessórias (Retenções na Fonte: Lei 10.833, artigo 30 a 36 e INSS), **TBT3** - Apuração e Obrigações Acessórias (ICMS), (ii) 04 (quatro) são de Controles Gerais de Tecnologia da Informação – TIGC: **TEC1** - Gerenciamento de Mudanças, **TEC2.1** - Controle de Acesso Físico e Ambiental, **TEC2.2** - Controle de Acesso Lógico e **TEC3** - Operações de TI, e (iii) o processo de Controles da Alta Gestão – **Entity Level Controls**.

Todos os gaps apontados tanto nos Testes de Administração, quanto pela Auditoria Externa, nos Testes de Certificação, são tratados pela Gerência de Riscos Corporativos, Seguros e Controles Internos – PRRC, onde as ações de remediação dos gaps são definidas e monitoradas junto aos gestores responsáveis.

Para a execução deste processo, a Auditoria Interna consumiu 1.322 horas no exercício de 2016, considerando as fases de testes de administração e apoio aos testes de certificação.

11.5 Tecnologia da Informação

Focada no suporte aos processos de negócio, fundamentais para o alcance das metas institucionais, a Diretoria Executiva manteve os investimentos e patrocínio das ações de tecnologia da informação e comunicações. Os resultados foram:

11.5.1 Segurança da Informação

No que tange à proteção contra ameaças e ataques cibernéticos, as tecnologias de proteção corporativas de segurança de conteúdo foram atualizadas, e ampliadas no segmento de redes e e-mail, além da própria segurança em estações clientes e servidores acarretando em maior disponibilidade dos serviços.

Mantendo-se no tema proteção contra ameaças de rede e ativos de informação, a solução firewall foi substituída por um firewall a nível de aplicação (camada 7 TCP/IP), trazendo um ganho na gestão dos recursos de TI, inclusive com relatórios executivos.

Foram iniciados os trabalhos para a segmentação da rede de computadores que proporcionará mais desempenho, confiabilidade e integridade no tráfego de informações, estas, muitas vezes de cunho confidencial.

Criada através da RES – 066/2012 o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) teve suas reuniões alinhadas para apoiar na implementação de ações de segurança da informação.

11.5.2 Melhoria de Desempenho

Os investimentos em novas tecnologias de hardware (desktops, notebooks e ultrabooks) permitiram a melhoria de performance dos serviços, garantindo a continuidade do negócio da Empresa.

Foi implantado o serviço de backup com redundância e sincronia física permitindo maior segurança e disponibilidade das informações em casos de paradas dos serviços essenciais de tecnologia da informação.

Foram iniciados os estudos para a atualização do banco de dados principal que visa a melhoria de performance das aplicações.

Também foi iniciada a contratação de uma nova solução de nobreak de grande porte além de nova tecnologia de servidores para substituição destes equipamentos que estão chegando ao termo de sua garantia e suporte.

11.5.3 Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Criada por meio da RES – 100/2013 a Equipe de Tratamento de Incidentes e Resposta a Redes Computacionais – ETIR, coordena a resposta aos incidentes criando os processos de resposta alinhados às normas vigentes e sugerindo atualização destas.

Criado através da CI – DGT 066/2013 o Comitê de Gestão de Mudanças de TIC - COGEM, garante que as mudanças sejam registradas, avaliadas, autorizadas, priorizadas, planejadas, testadas, implementadas, documentadas e analisadas de forma controlada, considerando os riscos de falhas na mudança, com planos para reestabelecimento dos serviços de TIC em caso de falhas na mudança, avaliando o impacto das mudanças na disponibilidade e desempenho dos serviços de TIC, reduzindo de maneira satisfatória o índice de indisponibilidade de TIC.

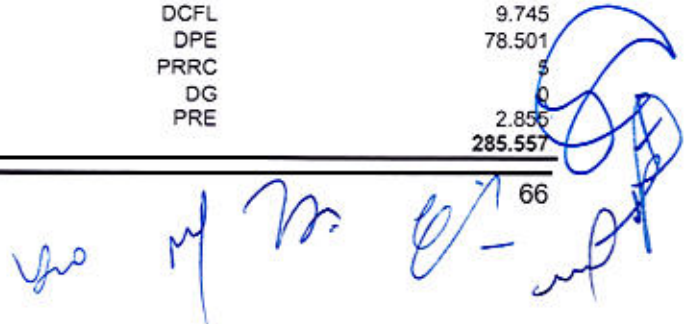
Criado através da Resolução nº 190/2011, o comitê de tecnologia da informação, automação e telecomunicações - CETIAT executa seus trabalhos com a finalidade de gerenciar as demandas e solicitações das diversas áreas da empresa, priorizando estrategicamente os projetos, em função dos recursos pessoais, materiais, técnicos e financeiros disponíveis, bem como intervir e alterar a realidade por meio de planejamento de ações que disponibilizem a melhor infraestrutura para atendimento futuro das demandas.

Criado através da Resolução nº 066/2012, o comitê de segurança da informação e comunicações - SIC executa seus trabalhos com a finalidade de assegurar a Diretoria Executiva que as ações de segurança da informação estão sendo executadas com o intuito de resguardar as informações empresariais.

11.6 Escritório de Projetos

Em 2016, o Escritório de Gestão de Projetos da Amazonas Energia atuou com vetor de planejamento e monitoramento dos projetos que compõem a sua carteira. Novos projetos foram demandados como o da unitização de ativos e de revisão tarifária. Atualmente, o EGP possui em sua carteira um total de 14 projetos em andamento, com orçamento total estimado de R\$ 285,6 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Nome do Projeto	Área gestora	Valor do Projeto (R\$ Mil)
Digitalização de Redes e Qualidade de Energia	DPE	14.254
Digitalização de UC MT e BT	DCM	71.091
Substituição de Medidores Obsoletos	DCM	12.347
Telemedição de Alimentadores de Média Tensão	DCM	1.690
Regularização de UCs em áreas com PNT>50%	PLPT	82.976
Logística e Manufatura Reversa	PRS	16
Modernização de Infraestrutura de Redes	DGT	4.451
Implantação do e-Social	DGP	0
NAE - Núcleo de Arrecadação	DC	7.626
Recadastramento de UC	DCFL	9.745
Implantação da SE Centro	DPE	78.501
Implantação da Gestão Integrada de Riscos	PRRC	5
Unitização de Ativos	DG	6
Revisão Tarifária	PRE	2.856
Total		285.557



Em 2016, o Escritório de Projetos com o apoio da consultoria contratada à época desenvolveu uma Metodologia de Gestão de Portfólio (MGPf). Essa MGPf tem como objetivo estabelecer os processos de planejamento e de monitoramento e controle das ações e projetos de investimentos. A partir desse trabalho, através da RES 201/2016 instituiu-se no âmbito da Empresa o uso dessas ferramentas de gestão para se planejar o orçamento e, posteriormente, realizar seu acompanhamento.

O Escritório de Projetos atuou na condução de reuniões de informe de progresso dos projetos entre Diretores (Patrocinadores), líderes e equipes de projetos. Foram desenvolvidos relatórios executivos com *dashboard* com informações de prazo, custo, riscos, avanços e pontos críticos de cada projeto. Esses relatórios são enviados mensalmente à Diretoria Executiva, Assistentes e Gerentes Funcionais.

11.7 Comunicação

A Assessoria de Comunicação Social e Relações Institucionais, tem como principal objetivo aprimorar o relacionamento da alta gestão com colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e meios de comunicação, por meio da divulgação de informações atualizadas, buscando, dessa forma, tornar as atividades empresariais transparentes para o público interno e externo.

Para se comunicar com o público externo a Empresa fez uso das mídias tradicionais (jornais impressos, rádio e TV) e utilizou as mídias sociais (Facebook, YouTube e Instagram, grupos de WhatsApp), estreitou o relacionamento com a imprensa, realizou eventos, gerenciamento da marca, publicidade legal e institucional.

A gestão da assessoria de imprensa administrou a relação da Empresa com a imprensa local e entidades de classe, acompanhando a diretoria em visitas de cortesia e reuniões externas, monitorando as notícias negativas e positivas veiculadas na mídia e redes sociais, apresentando as ações positivas da Empresa, por meio de releases ou sugestões de pautas, realizando entrevistas e coletivas de imprensa, dentre diversas atividades.

Vale destacar, que durante os últimos anos, a Empresa conseguiu melhorar seu relacionamento com a imprensa através de ações de aproximação, como visitas de cortesia e entrevistas com o corpo gerencial da Amazonas Energia. Como reflexo desse bom relacionamento com a mídia a maioria dos releases jornalísticos foram publicados nos principais veículos de comunicação de forma espontânea, ou seja, sem nenhum valor desembolsado pela empresa.

A comunicação com seus colaboradores passou por atualizações de *layout* de forma a chamar ainda mais a atenção do público alvo, por meio de ferramentas já conhecidas de seus usuários (intranet, Outlook, ICQ), onde foram divulgados vários assuntos relacionados a todas as áreas da empresa, dentre os quais se destacam: informativos sobre os departamentos, matérias jornalísticas, normas internas, eventos e campanhas diversas.

Por meio de diversas campanhas e eventos internos promovidos pelos próprios departamentos procurou-se atingir o foco principal da comunicação interna que foi a valorização dos funcionários, por meio da integração de todos os setores, motivando-os a construir um ambiente harmônico com sólidas relações pessoais.

Comprometida com a transparência na gestão pública, a Amazonas Energia divulga em seu site (www.eletrabrasamazonas.com) os links “*Processos de Contas Anuais*” onde são apresentados os Relatórios Institucionais da empresa, “*Acesso à Informação*” contendo dados de interesse coletivo com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública e “*Carta de Serviços ao Cidadão*”, onde são disponibilizados todos os procedimentos comerciais necessários à realização do atendimento ao cliente.

As principais campanhas divulgadas no ano de 2016 estão elencadas no quadro a seguir:

Campanhas	Período	Descrição	Estratégia
Tarifa Social – Fase 1 e 2	01/01 a 31/12	Campanha corporativa com o objetivo de	Divulgação de spots com informações sobre datas e outros referentes à Tarifa Social em todas as rádios autorizadas pela Secom, bem como postagens em redes sociais e em grupos de WhatsApp.
Energia Agora	01/01 a 31/12	Divulgação das ações realizadas, dicas de uso eficiente de energia, direito e deveres dos consumidores e serviços oferecidos pela empresa por vídeos publicados nas rádios redes sociais.	Utilização de vídeos com veiculação dos temas mencionados nas redes sociais durante todo o ano de 2016.
Campanha de Segurança	01/01 a 31/12	Campanha com o objetivo de conscientizar a população a respeito dos perigos com o uso indevido da energia.	Postagens feitas nas redes sociais em grupos de WhatsApp com informações pertinentes ao tema.
Campanha de 'Ações realizadas pelo LPT'	01/01 a 31/12	Campanha com objetivo de divulgar o resumo das ações realizadas pelo programa Luz Para Todos no Amazonas.	Veiculação de vídeos com o tema em redes sociais em grupos de WhatsApp.
Dicas de Economia de Energia	01/01 a 31/12	Campanha com objetivo de divulgar dicas de uso eficiente de energia, no qual destacam-se o uso de lâmpadas eficientes e do selo Procel.	Postagens feitas nas redes sociais em grupos de WhatsApp com informações pertinentes ao tema.
Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	18/05 a 25/05	Campanha interna com o objetivo de atender ao Plano de Ação da Resolução nº 114/2014, o qual trata da Institucionalização da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.	Sensibilização dos colaboradores por meio de banners (impressos e virtuais), cartazes, folders, informativos e palestras.
Campanha de Combate às Perdas	28/06 a 31/12	Campanha com objetivo de divulgar as ações de Combate às perdas, bem como os perigos do furto de energia elétrica.	Postagens feitas nas redes sociais e em grupos de WhatsApp e sensibilização dos colaboradores por meio de informativo interno.
Fatura Digital	04/10 a 31/12	Campanha com objetivo de divulgar a nova ferramenta de envio de fatura via e-mail aos clientes, a "Fatura Digital".	Postagens feitas nas redes sociais e em grupos de WhatsApp com informações pertinentes ao tema.
Campanha de Incentivo à adimplência	01/12 a 31/01/17	Campanha com o objetivo de divulgar os prazos para negociação de débitos.	Postagens no Facebook, spot veiculados em carro de som em algumas localidades do interior, matérias em rádios e TVs locais, banners veiculados no Whatsapp.
Campanha 'Tire suas dúvidas com o Elétrico – Composição da Fatura'	15/12 a 25/12	Campanha cujo personagem 'Elétrico' informa a população acerca da composição da fatura de energia elétrica, encargos e divisão de valores.	Veiculação de spots e vídeos com o tema em todas as rádios e emissoras de TV locais durante o período da campanha, bem como postagens em redes sociais e grupos de WhatsApp.

12. PRÊMIOS CONQUISTADOS

[Handwritten signature]

12 PRÊMIOS CONQUISTADOS

12.1 Prêmio WEPS Brasil

Eletrobras Distribuição Amazonas foi uma das 49 finalistas das 148 empresas inscritas na 2ª edição do Prêmio WEPS Brasil, tendo recebido a premiação Menção Honrosa graças ao cumprimento do plano de ação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça desenvolvido pela Distribuidora. A coordenadora do Comitê de Gênero desta empresa, Cinthia Freitas, representou a empresa nesse evento.

O Prêmio WEPS BRASIL 2016 – EMPRESAS EMPODERANDO MULHERES tem como propósito incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no Brasil.

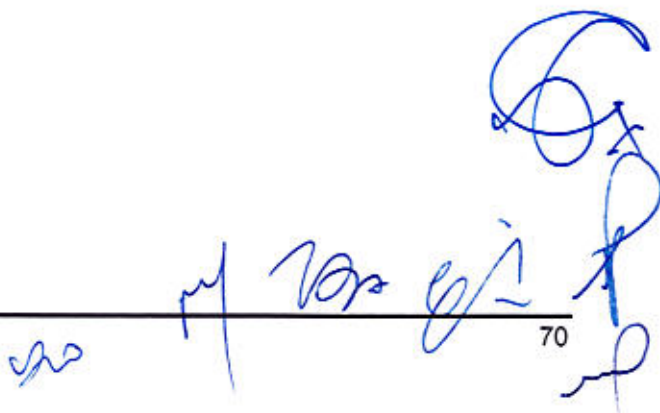
A premiação é uma iniciativa da Itaipu Binacional e demais instituições parceiras, com a chancela da Organização das Nações Unidas e Pacto Global.

12.2 Premio Nacional do Instituto Socioambiental Chico Mendes

O Projeto Piloto de Logística e Manufatura Reversa de Medidores de Energia Elétrica, da Eletrobras Distribuição Amazonas, desenvolvido por meio do Projeto Energia +, foi um dos selecionados pelo Instituto Socioambiental Chico Mendes para receber a Certificação Nacional “Selo Verde” e o Prêmio Socioambiental Chico Mendes, edição 2016, na categoria Ação Socioambiental Responsável.

O “Selo Verde” recebido pela Eletrobras Distribuição Amazonas constitui um importante mecanismo de interferência positiva na disseminação da preservação ambiental, no respeito à vida e na justiça social.

O projeto teve o objetivo de aproveitar cada componente (plástico, vidro, cobre, ferro e alumínio) dos medidores obsoletos substituídos da rede de distribuição pelas ações do Projeto Energia +, mediante o processamento desses materiais por empresas de reciclagem de resíduos sólidos detentoras de certificação ambiental ISO 14001, alvará de funcionamento e licença ambiental para a cadeia de reciclagem, sendo alienados 184 mil medidores de energia elétrica, gerando uma receita líquida que foi destinada para o investimento em projetos de responsabilidade social.



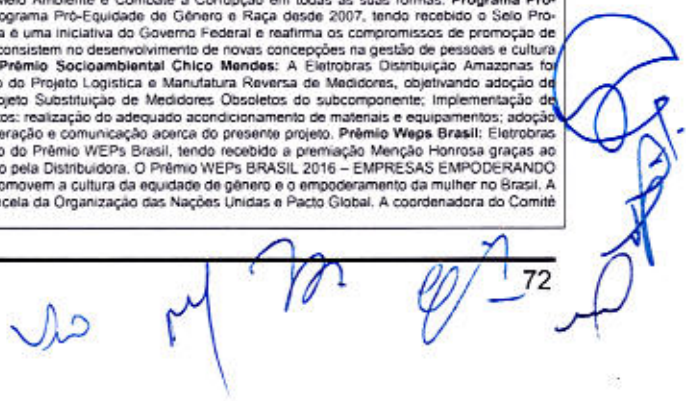
70

13. BALANÇO SOCIAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 71.

13 BALANÇO SOCIAL

Balanço Social Anual / 2016 Empresa: Amazonas Distribuidora de Energia S/A							
		2016 Valor (Mil reais)			2015 Valor (Mil reais)		
1 - Base de Cálculo							
Receita líquida (RL)		2.669.847			2.620.767		
Resultado operacional (RO)		-4.967.816			-2.344.048		
Folha de pagamento bruta (FPB)		199.592			183.720		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	
Alimentação		25.617	12,83%	0,96%	21.078	11,47%	
Encargos sociais compulsórios		78.886	39,52%	2,95%	76.141	41,44%	
Previdência privada		6.322	3,17%	0,24%	6.780	3,69%	
Saúde		34.638	17,35%	1,30%	24.693	13,44%	
Segurança e saúde no trabalho		41	0,02%	0,00%	67	0,04%	
Educação		2.395	1,20%	0,09%	2.636	1,43%	
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.281	0,64%	0,05%	2.183	1,19%	
Creches ou auxílio-creche		1.106	0,55%	0,04%	1.153	0,63%	
Participação nos lucros ou resultados		4.489	2,25%	0,17%	11.567	6,30%	
Outros		3.390	1,70%	0,13%	3.461	1,88%	
Total - Indicadores sociais internos		150.165	79,24%	5,92%	149.759	81,51%	
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	
Educação		1.155	-0,02%	0,04%	591	-0,03%	
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	
Esporte		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	
Total das contribuições para a sociedade		1.155	-0,02%	0,04%	591	-0,03%	
Tributos (excluídos encargos sociais)		851.683	-17,14%	31,90%	724.567	-30,91%	
Total - Indicadores sociais externos		852.838	-17,17%	31,94%	725.158	-30,94%	
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	
Investimentos para a produção/ operação da empresa		2.279	-0,05%	0,09%	3.288	-0,14%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	
Total dos investimentos em meio ambiente		2.279	-0,05%	0,09%	3.288	-0,14%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa		(X) cumpre de 51 a 75%			(X) cumpre de 51 a 75%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período		1.723			1.736		
Nº de admissões durante o período		2			132		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		823			652		
Nº de estagiários(as)		100			58		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		951			911		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		262			284		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		22,50%			23,81%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		698			701		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		50,00%			48,14%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		2			2		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2016 Valor (Mil reais)			2017 Valor (Mil reais)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		42,36			26,5		
Número total de acidentes de trabalho		7			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		(X) direção e gerências			(X) direção e gerências		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) todos(as) + Cipa			(X) todos(as) + Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		(X) incentiva e segue a OIT			(X) incentiva e segue a OIT		
A previdência privada contempla:		(X) todos(as) empregados(as)			(X) todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:		(X) todos(as) empregados(as)			(X) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		(X) são sugeridos			(X) são sugeridos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		(X) organiza e incentiva			(X) organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa: 440.150	no Procon: 2405	na Justiça: 148	na empresa: 66.584	no Procon: 241	na Justiça: 1.800
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa: 89,05%	no Procon: 100%	na Justiça: 100%	na empresa: 91,69%	no Procon: 100%	na Justiça: 60%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2016 : R\$ -169.226			Em 2015 : R\$ 1.279.410		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		[549,77%] governo (164,75) % colaboradores(as) 0% acionistas (2120,40)% terceiros 2934% retido			62,54% governo 20,10 % colaboradores(as) 0% acionistas 186,69% terceiros (169,32)% retido		
7 - Outras Informações		<p>ISE 2016: A Eletrobras Distribuição Amazonas manteve sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa) em 2016. Foi realinhado por meio do ISE o compromisso da empresa em contribuir para a consolidação de um ambiente de investimento, alinhado com a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sustentável de compatível com as demandas da sociedade. Relatório de Sustentabilidade no padrão GRI: A Eletrobras Distribuição Amazonas elabora em conjunto com outras empresas do Sistema Eletrobras seu relatório de Sustentabilidade no padrão Global Reporting Initiative (GRI), modelo considerado padrão internacional de relatórios de Sustentabilidade além de mais completo e abrangente. Pacto Global: A Eletrobras Distribuição Amazonas é signatária do Pacto Global e apoia os Dez Princípios relacionados a Direitos Humanos; Direitos do Trabalho; Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção em todas as suas formas. Programa Pro-igualdade de Gênero e Raça: A Eletrobras Distribuição Amazonas é participante do Programa Pro-igualdade de Gênero e Raça desde 2007, tendo recebido o Selo Pro-igualdade de Gênero e Raça nas 2ª, 3ª, 4ª e 5ª edições do Programa. O referido Programa é uma iniciativa do Governo Federal e realinha os compromissos de promoção de igualdade entre homens e mulheres. A Companhia executou satisfatoriamente ações que consistem no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no ambiente empresarial. Prêmio Socioambiental Chico Mendes: A Eletrobras Distribuição Amazonas foi contemplada com o Prêmio Socioambiental Chico Mendes, premiação recebida por meio do Projeto Logística e Manufatura Reversa de Medidores, objetivando adoção de medidas de mitigação de impactos socioambientais decorrentes da implantação do "Projeto Substituição de Medidores Obsoletos do subcomponente: Implementação de Infraestrutura de Medição Avançada do Projeto Energia+", envolvendo os seguintes aspectos: realização do adequado acondicionamento de materiais e equipamentos; adoção de critérios construtivos adequados às condições ambientais a efetivação de ações de interação e comunicação acerca do presente projeto. Prêmio Weps Brasil: Eletrobras Distribuição Amazonas foi uma das 49 finalistas das 148 empresas inscritas na 2ª edição do Prêmio WEPs Brasil, tendo recebido a premiação Menção Honrosa graças ao cumprimento do plano de ação do Programa Pro-igualdade de Gênero e Raça desenvolvido pela Distribuidora. O Prêmio WEPs BRASIL 2016 – EMPRESAS EMPODERANDO MULHERES tem como propósito incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no Brasil. A premiação é uma iniciativa da Itaipu Binacional e demais instituições parceiras, com a chancela da Organização das Nações Unidas e Pacto Global. A coordenadora do Comitê de Gênero desta empresa, Cinthia Freitas, representou a empresa nesse evento.</p>					




Diretoria Executiva



Francisco Romário Wojcicki
Diretor-Presidente


Celso de Oliveira Sant'Anna
Diretor Financeiro


Valdeni Batista Milhomens
Diretor de Gestão


Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira
Diretora Comercial


Paulo Eduardo Gama Maciel
Diretor de Operação, Planejamento e Expansão


Cláudio Rubens Pinho Nilo
Diretor de Regulação e Projetos Especiais


José Francisco Albuquerque da Rocha
Diretor de Geração Distribuída